



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
INSTITUTO AMAZÔNICO DE AGRICULTURAS FAMILIARES
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – AMAZÔNIA
ORIENTAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS**

ARLETH DE JESUS FIEL GONÇALVES

**VILA BRABA: território e parentesco em uma sociedade camponesa no
Baixo Tocantins (PA)**

**Belém
2018**

ARLETH DE JESUS FIEL GONÇALVES

**VILA BRABA: território e parentesco em uma sociedade camponesa no
Baixo Tocantins (PA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, da Universidade Federal do Pará – UFPA e Embrapa Amazônia Oriental como pré-requisito para obtenção do título de Mestra em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos.

**Belém
2018**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)**

G635v Gonçalves, Arleth de Jesus Fiel
 VILA BRABA: : território e parentesco em uma sociedade
 camponesa no Baixo Tocantins (PA) / Arleth de Jesus Fiel
 Gonçalves. — 2018.
 138 f. : il. color.

 Orientador(a): Prof^a. Dra. Sônia Maria Simões Barbosa
 Magalhães Santos
 Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
 Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de
 Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará,
 Belém, 2018.

 1. Campesinato. 2. Amazônia. 3. parentesco. 4.
 território. 5. Baixo Tocantins. I. Título.

CDD 305.563309811

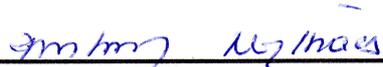
ARLETH DE JESUS FIEL GONÇALVES

**VILA BRABA: território e parentesco em uma sociedade camponesa no
Baixo Tocantins (PA)**

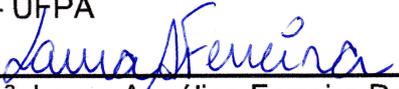
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, da Universidade Federal do Pará – UFPA e Embrapa Amazônia Oriental como pré-requisito para obtenção do título de Mestra em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Data da aprovação. Belém – PA: 12/07/2018.

Banca Examinadora



Dr^a. Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos
(Orientadora) -
INEAF – UFPA



Prof^a. Dr^a. Laura Angélica Ferreira Darnet
(Membro Titular - Examinador Interno)
INEAF – UFPA



Prof^a. Dr^a. Verena Sevá Nogueira
(Membro Titular - Examinadora Externa)
UACS – UFCG

Prof^a. Dr^a. Dalva Maria da Mota
(Membro Suplente)
INEAF - UFPA

In memoriam à Pereira e Bringela, meus avós.

AGRADECIMENTOS

À Profª Drª. Sônia Maria Simões Barbosa Magalhães Santos, pela orientação, mas principalmente pelo incentivo, pelo apoio, e pela dedicação. Por ter me feito acreditar que era possível quando eu não mais acreditava, e quis desistir. Agradeço os conselhos, acadêmicos ou não, e tantos ensinamentos. Pelo estudo, paixão e defesa do campesinato amazônico, muito obrigada;

A todos que compõem o INEAF (Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares): professores, professoras, funcionários, funcionárias e estagiários envolvidos com o Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará (PPGAA/UFPA), onde cheguei como uma estudante querendo apenas uma Especialização e saio como camponesa, orgulhosa de meu povo;

Aos meus colegas de DAZ (Curso de Especialização em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia) turma 2015, onde iniciei esta trajetória acadêmica, especialmente ao Leonardo, Claudeli, Clarisse, Camila e Kelvin, que se dispuseram a estar entre os meus, na Vila Braba;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo suporte financeiro, através de bolsa de estudo concedida.

Ao Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar (GEDAF), pelo apoio e aporte financeiro para a pesquisa, mas também por dedicarem seus estudos aos camponeses amazônicos, lhes sou grata;

Às professoras Verena Sevá Nogueira e Edila Moura pelas contribuições na Banca de Qualificação.

À turma MAFDS/2016 pela amizade e partilhas.

À Silvia, Federica, Felipe e Marcelo pela amizade, e por terem visitado a Vila Braba, contribuindo nesta pesquisa.

Aos meus pais, Dario e Luiza, por todo o incentivo a este estudo, e pela dedicação à nossa família;

Às minhas irmãs, Alcione, Chris e Anne e aos seus filhos Analuz, Felipe, Maria Luiza, Dario Neto e Luiz Fernando, por todo o amor;

À Suely Rodrigues, pela compreensão, ajuda e amor dedicado, por ser suporte nos momentos de dificuldades e incentivo em todas as horas;

A Deus, pela inspiração.

Enfim, a todos que são partes da minha vida e da minha história: Obrigada.

Madrugada camponesa
faz escuro ainda no chão
mas é preciso plantar.
A noite já foi mais noite,
a manhã já vai chegar.
Não vale mais a canção
feita de medo e arremedo
para enganar a solidão.
Agora vale a verdade
cantada simples e sempre,
agora vale a alegria
que se constrói dia a dia
feita de canto e de pão.
Breve há de ser (sinto no ar)
tempo de trigo maduro.
Vai ser tempo de ceifar.
Já se levantam prodígios,
chuva azul no milharal,
estala em flor o feijão,
um leite novo minando
no meu longe seringal.
Já é quase tempo de amor.
Colho um sol que arde no chão,
lavro a luz dentro da cana,
minha alma no seu pendão.
Madrugada camponesa.
Faz escuro (já nem tanto),
vale a pena trabalhar.
Faz escuro, mas eu canto
porque amanhã vai chegar.
(Faz escuro, mas eu canto)

Thiago de Melo

RESUMO

O presente estudo analisa o território de um grupo camponês conhecido como Pereirada, morador de uma localidade chamada Vila Braba. Localizada no município de Cametá/Pará, essa comunidade amazônida nasceu de um longo processo de deslocamento beirando os cursos d'água do grande Rio Tocantins. Para alcançar o que foi pretendido era necessária uma aproximação particularizada, o que foi permitido pela etnografia e suas ferramentas operacionais. A esta se agregou o uso de conceitos teóricos acreditados como chaves para o intento, como o de parentesco e território, uma vez que era de interesse desvendar nuances da produção e reprodução social do grupo, aspectos que passam pela forma como fazem uso do território, que por sua vez é moldado pelas relações de parentesco. Neste uso diversas unidades sociais se compõem e decompõem, preservando a indivisibilidade da terra adquirida por via mercantil associada ao uso comum dos campos de natureza, dos igarapés e da mata. Uma territorialidade alicerçada nas relações de parentesco, com predomínio do que chamamos de endogamia territorial, e fragilizada pelo contínuo processo de apropriação privada das terras e pelo empobrecimento biológico das áreas de caça e coleta. Ameaças a sua territorialidade, e ao seu território, implicam no desaparecimento deste grupo específico, uma vez que as condições necessárias à sua reprodução social não mais existiriam. É preciso, portanto, garantir seu território a fim de garantir a reprodução e existência deste seguimento do campesinato amazônida e baixo-tocantino.

PALAVRA-CHAVE: Campesinato, Amazônia, parentesco, território, Baixo Tocantins.

ABSTRACT

The present study analyzes the delimitation and territorial use by a peasant group known as Pereirada, that lived in a community called Vila Braba, located in the county of Cametá/Pará. This Amazon community was born of a long process of displacement bordering the water courses of the great Tocantins River. To achieve what was intended, a particularized approach was necessary, which was permitted by ethnography and its operational tools. To this was added the use of theoretical concepts believed to be keys to the intent, such as kinship and territory, since it was interesting to unveil nuances of production and social reproduction of the group, aspects that go through the way they make use of the territory, which in turn is shaped by kinship relations. In this use, several social units are composed and decomposed, preserving the indivisibility of the land acquired by mercantile means associated with the common use of the nature fields, the streams and the forest. A territoriality based on kinship relations, with predominance of what we call territorial inbreeding, and weakened by the continuous process of private appropriation of the lands and by the biological impoverishment of hunting and gathering areas. Threats to their territoriality, and to their territory, imply the disappearance of this specific group, since the conditions necessary for their social reproduction would no longer exist. It is necessary, therefore, to guarantee its territory in order to keep the reproduction and existence of this follow-up of the Amazonian and Tocantino peasantry.

KEYWORDS: Key Words: Peasantry, Amazon, kinship, territory, Baixo Tocantins.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	Localização de Vila Braba na Região do Baixo Tocantins	21
Figura 1	Diagrama de parentesco 01: Constituição da Pereirada	36
Figura 2	Diagrama de parentesco 02: Uso do Território	40
Mapa 2	A territorialização: localidades	46
Figura 3	Croqui do primeiro território	48
Figura 4	Croqui do segundo território	55
Figura 5	Croqui do terceiro território	64
Figura 6	Croqui da formação da comunidade em 2015	69
Figura 7	Croqui de espacialização da Vila Braba	71
Figura 8	Croqui de disposição das moradias segundo descendência	72
Quadro 1	Matrimônios	94
Figura 9	Espacialização dos Casamentos	94
Quadro 2	Demonstrativo de posse de casa e roça entre os irmãos	96

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	Batizado na Igreja de Vila Braba	28
Fotografia 2	Meu afilhado, Mequias, à esquerda e seu primo, Carlos.	28
Fotografia 3	Campo de Natureza, área que divide Vila Braba dos Sítios Xandai e Sapo	51
Fotografia 4	Vegetação encontrada no Campo de Natureza	52
Fotografia 5	Tia Alaíde segurando flores típicas do Campo de Natureza	52
Fotografia 6	Casa-Grande, Patauateua	57
Fotografia 7	Localização da casa no Guajará.	59
Fotografia 8	Placa na entrada da localidade	66
Fotografia 9	Casa-Grande, a primeira casa construída pelo casal fundador	68
Fotografia 10	Vovô Pereira	68
Fotografia 11	Igreja de Nossa Senhora de Nazaré	76
Fotografia 12	Barracão	76
Fotografia 13	Jogo de futebol feminino no campo de Vila Braba	79
Fotografia 14	Jogo de futebol masculino no campo de Vila Braba	79
Fotografia 15	Jogo da criançada visto da casa de tio Zeca	80
Fotografia 16	A criançada e a torcida	81
Fotografia 17	Os jogadores (da esquerda para a direita): Ruan, João, Maicon, Felipe, Alex e Geovane.	81
Fotografia 18	Jogo de baralho com a criançada	82
Fotografia 19	Tendal na frente da casa de tio Zeca.	83
Fotografia 20	Mapará assado na brasa	84
Fotografia 21	Mapará fifite	84
Fotografia 22	Fogão a lenha construído por Tio Zeca	85
Fotografia 23	Tio Zeca assando mapará na folha	85
Fotografia 24	Tia Sabá tratando comida.	88
Fotografia 25	Tio Cafuné descascando mandioca colocada de molho no Tambaí.	88
Fotografia 26	Tio Cafuné descascando mandioca colocada de molho no Tambaí.	88
Fotografia 27	Igarapé Tambaí	89
Fotografia 28	Crianças banhando no rio	90
Fotografia 29	Crianças banhando no rio	90
Fotografia 30	Marcelo mostra o resultado da pescaria	91

Fotografia 31	Construção de um casco	92
Fotografia 32	A Mocooca	104
Fotografia 33	Adultos e crianças na pesca de Mocooca	104
Fotografia 34	Descascando mandioca para o preparo da farinha	108
Fotografia 35	Mandioca sendo prensada no tipiti	109
Fotografia 36	Massa da mandioca ralada e peneirada	109
Fotografia 37	Forno de farinha	110
Fotografia 38	O trabalho na casa de Forno.	110
Fotografia 39:	Tio Zeca em primeiro plano, seguido por Sávio, seu filho, depois Dario, meu pai, e por último, Vaguinho, filho do tio Reginaldo	113
Fotografia 40	Da direita para a esquerda, tio Alair; Jeová, genro do tio Eduardo, tio Baduca, esposo da tia Dete e tio Bena, no centro	113
Fotografia 41	Reunião na frente da casa de tio Zeca, antes do convidado de capina	114
Fotografia 42	Vandré, filho de tio Reginaldo, após o convidado, preparando gemada (preparo de ovo em neve, com açúcar e vinho)	114
Fotografia 43	<i>Convidado</i> de planta e Dario e Bena como aparadores ou cortadores	118
Fotografia 44	<i>Convidado</i> de planta – plantação das hastes de maniva	119
Fotografia 45	Convidado de capina	120
Fotografia 46	Rádio ligado à bateria de carro para animar o serviço	123
Fotografia 47	Meu pai sobre o cavalo colhendo pimenta	123
Fotografia 48	Minha mãe colhendo pimenta	123
Fotografia 49	Colheita sobre cavalos	124
Fotografia 50	Tio Zeca	124
Fotografia 51	Primo Elielton (filho de tio Bena)	124
Fotografia 52	Retorno à comunidade (todos sentados sobre as sacas de pimentas postas no trator)	124
Fotografia 53	Pausa para o almoço	125
Fotografia 54	Prontos para o retorno à comunidade	125
Fotografia 55	Caminho percorrido atravessando o Campo de Natureza, que divide estas plantações da Comunidade de Vila Braba	125
Fotografia 56	Caminho percorrido pela mata retornando à comunidade	126
Fotografia 57	Produção artística resultante de quase duas horas de viagem até a comunidade	126

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CELPA	Centrais Elétricas do Pará
DAZ	Curso de Especialização em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia
ELETRONORTE	Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A
GEDAF	Grupo de Estudos sobre a Diversidade da Agricultura Familiar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
INEAF	Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
PPGAA	Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
UACS	Unidade Acadêmica de Ciências Sociais
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
1.1. O LOCAL E OS CAMINHOS DA PESQUISA.....	20
1.1.1 A inserção da localidade ou o nascer de um novo olhar	22
2. CAMINHOS ÊMICOS: PARENTESCO E TERRITÓRIO	32
2.1. PARENTESCO E OS ESTUDOS SOBRE O CAMPESINATO....	32
2.1.1. O parentesco da Pereirada	35
3. A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DA PEREIRADA: Origem e Deslocamento	43
3.1. SOMOS CONSTRUÍDOS NO DESLOCAMENTO	44
4. VILA BRABA: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL DE UMA LOCALIDADE CAMPONESA AMAZÔNIDA	66
4.1. O COTIDIANO	77
4.1.1 “Bora lá banhar”: a relação do povo de Vila Braba com o igarapé Tambaí.....	88
4.2. PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL	92
4.2.1. A endogamia territorial	92
4.3. FESTA E TRABALHO	100
4.3.1. As relações de parentescos e as atividades de produção: entre o roçado e o pimental	105
4.3.1.1 Da Mandioca à Farinha	107
4.3.1.2 O convidado: a importância da reciprocidade	111
4.3.1.3 Pimentais	120
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	131

1 INTRODUÇÃO

De norte a sul do Brasil as sociedades camponesas têm sido estudadas por pesquisadores de áreas diversas, agregando uma vasta produção, especialmente no campo das ciências humanas. No que se refere ao campesinato na Amazônia encontramos análises sobre três tipos específicos de camponeses: o campesinato de fronteira, o campesinato da floresta e o campesinato ribeirinho (aquele que ocupa as margens dos grandes rios). Os dois últimos também são lidos como povos tradicionais¹, isto é, populações que

[...] apresentam um modo de vida específico, marcado pela intensa simbiose e relativa harmonia com o meio ambiente em que vivem, desenvolvendo técnicas de baixo impacto ambiental, fraca articulação com o mercado, intenso conhecimento da biodiversidade que os cerca, modo de produção baseado na mão de obra familiar (CAÑETE e CAÑETE, 2010, p. 15)².

Nesta pesquisa nos debruçamos no estudo de um grupo camponês que nomeamos campesinato dos igarapés, ou campesinato dos rios interiores, cuja territorialidade buscamos compreender. Conforme será demonstrado, uma territorialidade decorrente do processo histórico de afastamento das ilhas e da beira do rio Tocantins.

Neste trabalho, como em outros da mesma área de interesse, não nos atrevemos a “fazer uma lista ideal do que possa definir as sociedades camponesas” (GODOI, MENEZES, MARIN, 2009, p. 24), o que não significa que estejamos descolados de conceitos já estabelecidos neste campo de conhecimento. Ao contrário, lançamos mão deles para melhor compreender sobre o universo simbólico desses ajuntamentos humanos tão diversos. Diversidade que se expressa na forma de propriedade, no uso dos recursos naturais, na organização territorial, na relação com o mercado e noutros aspectos específicos a cada grupo social, posto que:

Os camponeses instauraram, na formação social brasileira, em situações diversas e singulares e mediante resistências de intensidades variadas, uma forma de acesso livre e autônomo

¹ Pela instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, através do Decreto 6040/2007, os Povos Tradicionais foram oficialmente reconhecidos. Dada todas as suas características, costumes e modo de vida, aqui reconhecemos Vila Braba enquanto uma comunidade tradicional.

² Cañete e Cañete ressaltam que “este é um termo em construção, sendo criado pela sociedade nacional para classificar outras sociedades (...), desta forma estas populações em geral não se denominam tradicionais, mas sim são denominadas por outros atores sociais como tais” (2010, p. 15).

aos recursos da terra, da floresta e das águas, cuja legitimidade é por eles reafirmada no tempo. Eles investiram na legitimidade desses mecanismos de acesso e apropriação, pela demonstração do valor de modos de vida decorrentes da forma de existência em vida familiar, vicinal e comunitária. A produção estrito senso se encontra, assim, articulada aos valores da sociabilidade e da reprodução da família, do parentesco, da vizinhança e da construção política de um “nós” que se contrapõe ou se reafirma por projetos comuns de existência e coexistência sociais (OLIVEIRA *et al*, 2009, p. 13).

A respeito do campesinato de fronteira, em geral, falam sobre camponeses que são capazes de se recriarem em contextos novos. Assim, desafiados em sua organização, se recompõem pela reestruturação dos laços familiares e das estruturas de vizinhança (HEBETTE *et al*, 2002; MAGALHÃES, 2002).

Esse campesinato de fronteira se reconstrói em seu processo migratório e vai criando novos laços, e em meio a um cenário diferente de seus lugares de origem, por vezes adverso, recompõe as relações de solidariedade e vizinhança. Assim “esses agricultores apoiam-se nas relações familiares, nas relações de vizinhança e no apego ‘à terra’ reencontrados ao longo das migrações, a centenas de léguas de sua terra” (HEBETTE, 2002, p. 199).

Sobre o campesinato das terras tradicionais, Almeida (1989) chama a atenção para formas de apropriação de terras diversas da forma hegemônica, como as *terras de preto* “domínios doados, entregues ou adquiridos, com ou sem formalização jurídica, por famílias de ex-escravos” (ALMEIDA, 1989, p. 114), a exemplo das terras recebidas como pagamento por serviços guerreiros por negros que serviram na Guerra da Balaiada (1838-1841). Ou terras de santo, aquelas “abandonadas” por congregações religiosas que as cultivavam e que, desagregadas, passaram ao domínio de moradores, agregados e índios destribalizados. E as terras de índio, domínios pertencentes a tribos indígenas, repassadas, sob forma de doação ou pagamento por serviços prestados, ao Estado (ALMEIDA, 1989).

Sobre o campesinato ribeirinho³, ou seja, o campesinato presente nas beiras dos grandes rios, como Amazonas, Tocantins, Xingu, as análises têm

³ Fraxe (2000) denomina este campesinato como “das águas”, chamando-os de “homens anfíbios”. No entanto, preferimos não lançar mão deste termo pelo fato de que, para nós, a denominação de anfíbio não contempla a singularidade das relações sociais intrínsecas a esse campesinato amazônico.

demarcado uma polivalência (CRUZ, 2007; WITKOSKI, 2010) que lhe permite uma apropriação combinada da terra, das águas e da floresta. Witkoski (2010) afirma que a particularidade do camponês ribeirinho é justamente essa utilização simultânea desses três elementos, e é seu *lócus* de trabalho que permite a concretização da polivalência laboral do homem na Amazônia, articulando-se e se complementando na terra como agricultor/criador, nas águas como pescador, e na floresta como extrativista/caçador.

É um campesinato que se distingue pela forma de relacionar-se com a natureza, o que tem contribuído para a preservação dos recursos naturais. Nesse sentido, Lima e Pozzobon (2005) trabalham o conceito de sustentabilidade ecológica, ou seja, “a capacidade de uma dada população de ocupar uma determinada área e explorar seus recursos naturais sem ameaçar, ao longo do tempo, a integridade ecológica do meio ambiente” (LIMA e POZZOBON, 2005, p. 43). Assim, os autores elaboram uma classificação ou tipologia de acordo com o grau de sustentabilidade ecológica (alta, média, baixa, muito baixa), ou seja, categorizam o comportamento desses grupos em relação ao ambiente. A principal contribuição de Lima e Pozzobon (2005) é no sentido de desconstruir estereótipos de que, por exemplo, todo índio preserva a natureza e todo não índio a destrói. A bem da verdade, os autores mostram que há grupos com grau alto de sustentabilidade ecológica, tanto índio quanto não índio, e a questão não é ética, mas um conjunto de diversos fatores, como a “cultura ecológica” e a “orientação econômica”, fundamentais nessa sustentabilidade.

Na construção desta problemática, dois estudos são referenciais: o de Nogueira (2014) e o de Harris (2000). O trabalho de Nogueira (2014) consiste em “refletir sobre a existência de sistemas fundiários específicos e, ao mesmo tempo, diversos dos preceituados na legislação brasileira” (p. 51). O trabalho de Harris (2000) se propõe a discutir um problema teórico importante para a Amazônia, que é a relação entre identidade, temporalidade e mudança cultural. Em ambos os trabalhos, o foco é a análise da territorialidade camponesa. Nogueira (2014) chama a atenção para a diversidade de sistemas fundiários; Harris (2000) aponta a inovação, a capacidade de se reinventar do campesinato para que possa se reproduzir socialmente. O trabalho de Nogueira trata de uma realidade no Nordeste Brasileiro, o de Harris no Baixo Amazonas, regiões

totalmente distintas, ambos destacando o território e o parentesco como constitutivo desse campesinato.

O trabalho aqui apresentado é sobre a territorialidade camponesa de uma localidade que, ao primeiro olhar, pode ser visto como não ribeirinha, mas operando uma análise mais detida sobre a reprodução social do grupo pode-se perceber a centralidade que possuem os cursos d'água na organização da vida, desde a origem da localidade até os dias atuais. Trata-se de uma Família cujo núcleo territorial localiza-se às margens do Rio Tambaí, afluente do Rio Cairari, na sub-Bacia do rio Moju, na região do Baixo Tocantins. Denominada Vila Braba, esta localidade é formada por um grupo de *siblings*, descendentes de Manoel e Esmerina Gonçalves, casal que fixa moradia neste lugar depois de longo processo de deslocamento ao longo e em torno dos subafluentes do Rio Tocantins. São 10 grupos domésticos⁴, sendo 7 de filhos do casal fundador da comunidade e 3 de netos.

A partir do território e do parentesco mostramos como se organizam as relações sociais no uso do território, realçando como se estruturam as relações econômicas.

Até onde a reconstituição da história do grupo nos levou, indica sua origem no pequeno arquipélago chamado Mapiraí, no Rio Tocantins, dentro dos limites do município de Cametá, de onde migraram. Sobre as motivações para a primeira saída não há mais quem possa contar essa história. Depois de longo período de deslocamento seus descendentes hoje vivem às margens do igarapé Tambaí (na divisa entre Cametá e Mocajuba).

Assim, do ponto de vista territorial, o grupo que hoje compõe a localidade de Vila Braba é expressão de um campesinato que se localiza no interior da floresta, às margens de igarapés, combinando a apropriação da terra por via mercantil com a apropriação livre dos recursos da floresta.

De posse da literatura sobre campesinato e relacionando-a com as observações feitas na e sobre a Família⁵, essa sociedade camponesa se destaca

⁴ Sobre Grupos Domésticos ver GARCIA JR (1983), E. WOORTMANN (1987), E. WORTMANN (1995), conforme será tratado adiante.

⁵ Ver GONÇALVES, 2015. A. J. F. **VILA BRABA**: parentesco e território em uma sociedade camponesa no Baixo Tocantins (PA). 2015. 34 f. Monografia (Especialização). Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Campus Belém – PA.

por: manter uma organização social centrada nas relações de parentesco e uma economia compartilhada no interior da parentela, com forte organização coletiva. Esta organização socioeconômica está associada a uma endogamia territorial e à administração da migração de seus integrantes.

Parentesco e território são temas caros aos estudos sobre campesinato e sabemos que as relações entre ambos determinam o modo de produzir e de se reproduzir de um grupo social. Mas esta generalidade, como observa Harris quando afirma que “estamos lidando com algo mais permeável e maleável (...), que não está nem limitado a um único grupo, nem essa população pode ser considerada homogênea” (HARRIS, 2006, p. 86), não é suficiente ou, ao contrário, pode até encobrir a riqueza e o dinamismo das formas locais de reprodução. Para este autor, o campesinato amazônico, em especial os denominados “caboclos” são grupos heterogêneos, formados por pessoas oriundas de lugares diversos (italianos, japoneses, nordestinos), e que por ter essa diversidade há dificuldade em impor a estes grupos conceitos abstratos como cultura, pois são processos de vida e pessoas reais (idem).

Diante de todo o observado nesta pesquisa, bem como da literatura acessada, pode-se afirmar que o parentesco é a principal porta de entrada para que possamos entender a organização social do campesinato em Vila Braba, e foi preciso compreender qual o lugar que este assume neste grupo familiar estudado e na conformação do território, pois foi por meio deste que pudemos nos aproximar da compreensão de como essa sociedade vem se reestruturando e se reproduzindo socialmente ao longo do tempo, mantendo sua condição social camponesa - confirmando o que disse Harris (2006, p. 91) quando afirma que: “a chave desse sucesso [a capacidade para se reorganizar e se reproduzir sob novas condições] é a organização e o controle da mão-de-obra e dos recursos através das relações de parentesco”.

A partir da problemática exposta, chegou-se à seguinte pergunta de pesquisa: Como a sociedade camponesa de Vila Braba constitui e usa o seu território?, tendo como objetivo geral: Analisar a organização e uso territorial da Família de Vila Braba, e objetivos específicos: a) Reconstruir a história do grupo, tendo como pontos centrais a apropriação do território e os deslocamentos espaciais; b) Identificar as formas de apropriação e as regras de uso do território; c) Caracterizar estratégias do uso da terra pelos membros da Família, a partir da

indivisibilidade da família e da terra; d) Caracterizar as unidades de produção que se constituem para o uso do território.

1.1 O LOCAL E OS CAMINHOS DA PESQUISA

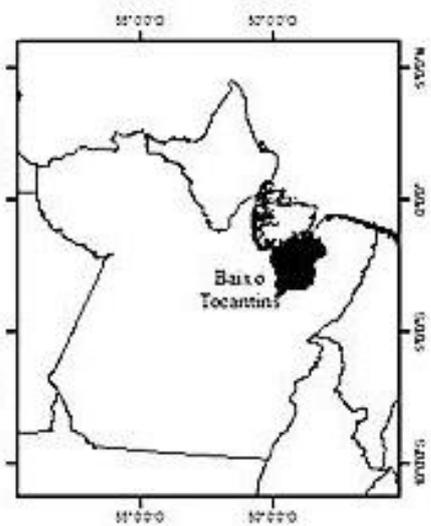
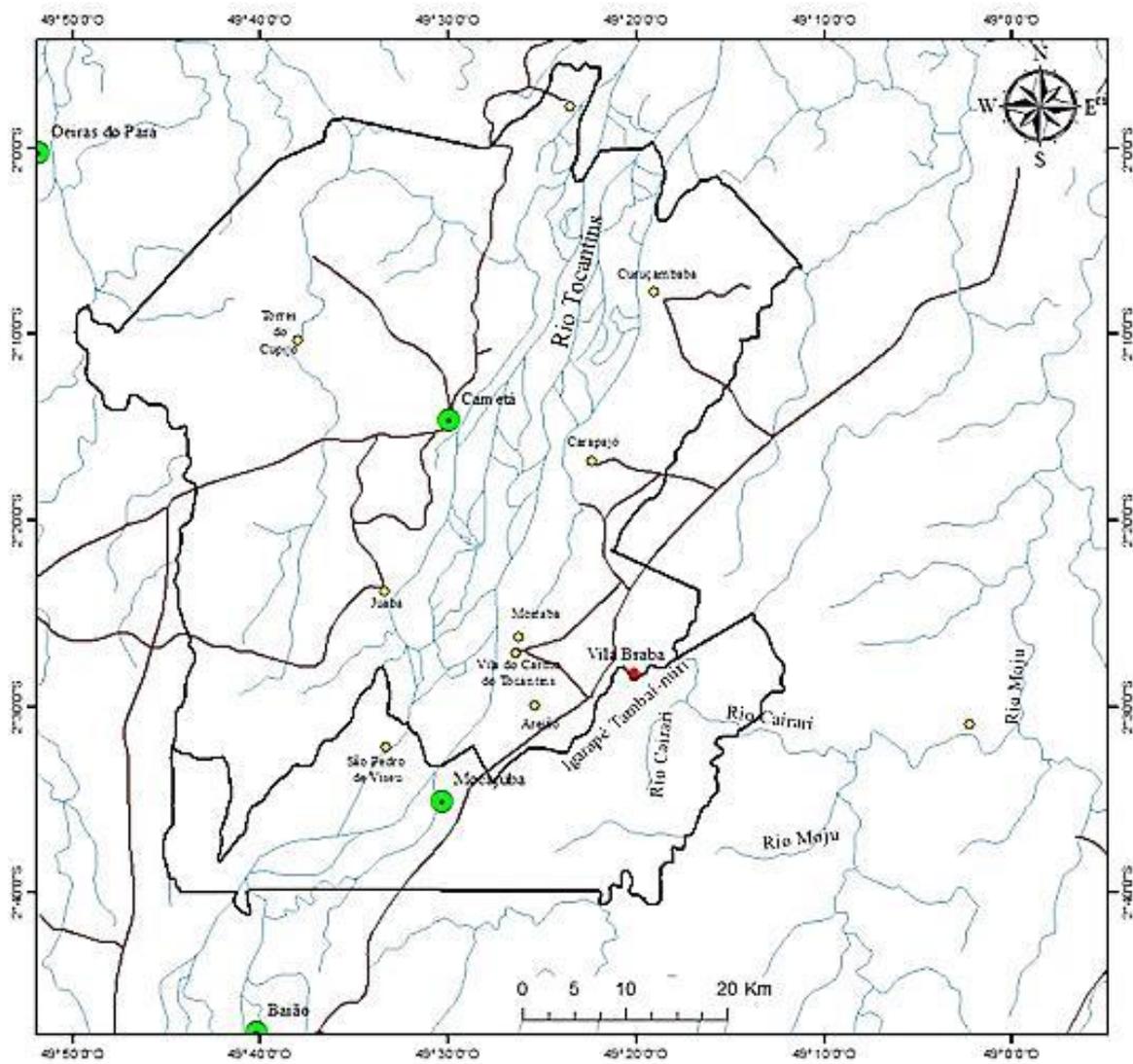
A pesquisa foi desenvolvida na localidade Vila Braba, situada na microrregião de Cametá que é formada pelos municípios de Cametá, Abaetetuba, Igarapé-Miri, Baião, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará. Esta microrregião pertence à mesorregião Nordeste Paraense, classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014).

A população do Baixo Tocantins, especialmente em Cametá, não se diferencia muito da maioria do povo nativo, ribeirinho da Amazônia, ou seja, possui fortes traços indígenas com elementos brancos e negros. A origem das famílias ribeirinhas remonta ao passado colonial, portanto, habitam tradicionalmente essa região (COSTA, 2009, p. 22).

Cametá é um município formado por 9 distritos: Cametá, Areião, Carapajó, Curuçambaba, Joanacoeli, Juaba, Moiraba, Torres do Cupijó e Vila do Carmo (IBGE, 2014). Os moradores de Vila Braba consideram-na pertencente ao distrito de Vila do Carmo, embora relembrem uma segunda versão sobre a localização da localidade, dita por um aplicador do Censo 2007 (IBGE), sobre Vila Braba estar localizada no município de Mocajuba.

De todo modo, os moradores de Vila Braba relacionam-se, política e socialmente, tanto com o município de Mocajuba quanto com o de Cametá, o que tem dificultado o acesso a políticas públicas, como a regularização da energia elétrica na localidade.

Mapa 1 - Localização de Vila Braba na Região do Baixo Tocantins



Legenda

- Vila Braba
- Vilas
- Cidades Sedes
- Limites Municipais
- Rodovia
- Hidrovia

Sistema de Coordenadas Geográficas
 Sirgas 2000
 Fonte: IBGE, 2010.
 Elaborador: HAYDEN, Diego.
 Contato: andrews.2087@hotmail.com
 Data: 01/2017

Fonte: IBGE, 2010. Elaborado por Diego Hayden, 2017.

Na elaboração do mapa hidrográfico da região (Mapa 1), percebeu-se que o rio Tambaí divide, à altura de Vila Braba, os dois municípios, de modo que, como o núcleo da localidade localiza-se na margem direita do rio, então, geograficamente, está no município de Cametá.

1.1.1 A inserção da localidade ou o nascer de um novo olhar

A localidade de Vila Braba é onde vive a família do meu pai, logo, minha família. O casal fundador de Vila Braba são meus avós. Assim, compreendo que não sou eu, enquanto pesquisadora, que sou inserida no local, mas a minha Família que é inserida na pesquisa acadêmica.

Essa proximidade com os indivíduos estudados me permitiu vantagens não desfrutadas por aqueles cuja área de estudo não lhes era conhecida, porém este fato obrigou-me também a uma vigilância constante no sentido de manter o distanciamento exigido pela academia para realizar o exercício etnográfico, que foi o método de pesquisa definido para refletir sobre as questões propostas no projeto de pesquisa que resultaram neste trabalho. Invertemos o que nos ensina Roberto da Matta (1978) quando buscamos transformar o familiar em exótico, para depois transformar o exótico em familiar novamente.

É importante dizer que a pesquisa desenvolvida sobre Vila Braba se dividiu em duas etapas. Considero que a primeira ocorreu no ano de 2015, no âmbito do Curso de Especialização em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agroambiental na Amazônia (DAZ)⁶, quando Vila Braba havia sido eleita como nosso campo de estudo. Juntamente com meus colegas de curso desenvolvemos etapas inerentes a então pesquisa, aplicando questionários, entrevistas diretas e indiretas, utilização do Diário de Campo e observação da localidade.

Esta etapa da pesquisa, em 2015, teve o seguinte percurso metodológico: primeiramente houve um pré-campo, no mês de abril/2015, para o primeiro contato da equipe com a minha Família, quando foi feito o levantamento de dados primários; a partir dessas informações preliminares foram definidos os instrumentos de coleta de dados necessários à condução do diagnóstico

⁶ Promovido pelo Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural (NCADR), da Universidade Federal do Pará (UFPA).

proposto, aplicado no mês de junho/2015. Após o tratamento dos dados coletados resultaram cinco (5) monografias.

Deste primeiro ano de pesquisa coletiva resultaram os seguintes trabalhos: *Diagnóstico da pimenta do reino na comunidade Vila Braba Cametá/PA*, de Claudely Moraes Arnand; *Os jovens de Vila Braba-Cametá e suas expectativas no contexto da educação do campo*, de Camila Lira Aragão; *Biodiversidade e Sustentabilidade: caracterização de quintais produtivos na comunidade Vila Braba Cametá, Pará*, de Clarissa Miranda Rodrigues; e *O uso de indicadores para avaliar processos de manutenção da biodiversidade de agroecossistemas familiares: estudo de caso na comunidade Vila Braba, município de Cametá, Baixo Tocantins – PA*, de Leonardo Perote da Silva. Esses trabalhos são uma parte importante do conhecimento produzido sobre a localidade e complementam a pesquisa aqui apresentada.

Os trabalhos de Rodrigues (2015) e Silva (2015) destacam a diversidade na produção, com o primeiro ressaltando a importância das relações de troca na localidade.

A prática de troca e/ou mesmo doação de produtos é muito comum na comunidade Vila Braba. Trata-se de uma prática que reforça os laços de parentescos e vizinhança e, portanto, fortalece um modo de vida baseado na reciprocidade (RODRIGUES, 2015, p. 20).

O trabalho de Silva (2015) realça o grau de sustentabilidade do sistema, trazendo à discussão também a prática de ajuda mútua e seu grande valor para o sistema de produção ali presente.

[...] a comunidade em questão se trata de uma comunidade tradicional, que possui o grande núcleo familiar e que as atividades em conjunto é algo comum. Uma das estratégias para que os agricultores consigam manejar suas plantações é o sistema de mutirão, chamado por eles de “convidado”, neste sistema podemos observar que a interação de trabalho em grupo é o que consegue manter muitas atividades agrícolas ativas e é a explicação para que muitos consigam manejar seus agroecossistemas sem necessitar contratar mão de obra. O convidado é muito utilizado para o manejo da pimenta do reino e da mandioca, principalmente presente nas atividades de plantio, capina e colheita para a pimenta do reino e de plantio e capina para a mandioca (SILVA, 2015, p. 18).

Arnand (2015) fala da importância da pimenta do reino para a economia de Vila Braba, e como as técnicas utilizadas com a mandioca influenciam a produção, podendo até desequilibrar o sistema.

Os camponeses da Vila Braba adeririam recentemente às práticas de cultivo da pimenta-do-reino, aproximadamente há 15 anos. O principal produto do sistema de produção da comunidade é a mandioca. Os produtores que iniciaram o cultivo da pimenta-do-reino, usam como base de cultivo técnicas que utilizam no plantio da maniva, como por exemplo o uso de estacas vegetativas que quanto mais grossas mais “robustas” são mais fortes e produtivas, usando também a parte mais grossa do material vegetal da pimenta-do-reino (ARNAND, 2015, p. 18).

Aragão (2015) centra suas análises na escola, enfatizando a ausência de políticas públicas e o dilema dos jovens em continuarem na localidade ou irem “morar fora” em busca de “melhoria de vida”.

[...] os jovens protagonistas deste estudo enfrentam constantemente uma luta para alcançar um equilíbrio capaz de transitar sobre suas expectativas futuras e seu processo de formação vinculados aos seus valores familiares e culturais. Para tanto, essas expectativas projetadas em um futuro melhor para si mesmo e seus familiares, levam esses jovens a um caminho em busca do acesso a escolaridade, que em seu entendimento podem possibilitá-los alcançar seus objetivos mesmo que para isso precisem vivenciar experiências que contrastam com as quais foram estimulados (ARAGÃO, 2015, p. 15).

Sobre a saída dos jovens para estudar, analisada por Aragão (2015), também me coloco como um destes que, em busca da educação formal, saiu ainda criança da casa de seus pais. A saída de meus pais de Vila Braba, ainda na década de 80, se deu pela oportunidade de minha mãe ser professora no Guajará⁷ (onde vivi minha infância) e isto permitiu, a mim e minhas irmãs, estudar (até a quarta série com ela própria, depois disso fora de lá, morando em casas de parentes na cidade de Cametá).

Dessa forma, minha relação, na infância, com a Vila Braba se resumiu a férias escolares e, excepcionalmente, à participação em alguns rituais específicos, como os funerários, por exemplo. Isso até o início da década de

⁷ Localidade às margens do Rio Guajará, que é um pequeno braço do Rio Tocantins, às proximidades da Vila Carapajó, Cametá.

2010 quando, a partir daí, a frequência de idas a localidade aumentou dada a abertura da estrada de piçarra, que possibilitou a entrada de carros e motos até o local. Antes disso só era possível o acesso com uso de trator⁸ devido a existência de areais (grandes áreas composta por areia branca, o campo de natureza, do qual falaremos adiante) e muitos atoleiros; andando, o que dificultava a ida dada a distância; ou navegando pelos cursos d'água que levavam até a Vila.

Concluído o curso de Especialização, algumas questões instigaram à continuidade da pesquisa na localidade, o que me motivou a apresentar esta proposta de pesquisa ao Programa de Pós-Graduação em Agricultras Amazônicas (PPGAA), também do Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, onde foi aprovada, e com isto iniciou-se a segunda etapa desta pesquisa. A partir daí me vi tendo que desenvolver métodos complementares para abordar o grupo, uma vez que, ausentes meus colegas de especialização, o grupo passou a não reconhecer que meu tempo estava destinado ao estudo, diferentemente do que ocorria durante os primeiros campos quando me era permitido sentar junto aos parceiros de pesquisa, discutir, elaborar ideias, escrever.

Desse modo, não tive, durante todo o mestrado, nenhuma “liberação” dos ritos que fazem parte da reprodução social do grupo. Assim, nos dias que estive na localidade buscando informações para a pesquisa, o desafio nesta coleta de dados estava em como participar da vida do grupo e ao mesmo tempo desenvolver o trabalho ao qual me predispus. Em todos os momentos que estive na localidade, desde que se iniciou a pesquisa para o mestrado, me hospedei na casa de meu tio Zeca, então tinha que respeitar o ritmo de funcionamento do ambiente, ou seja, quando o povo da casa acordava, eu acordava também, quando o povo dormia, tinha que me recolher no mesmo tempo - especialmente no tempo em que não havia energia elétrica na localidade (além daquela escassamente gerada por motor a óleo diesel). Minha participação no

⁸ O trator é veículo importante na localidade. Até a abertura do ramal de piçarra era o único transporte automotor usado pelo grupo para se locomover, como também para levar a produção (farinha e pimenta-do-reino) até às vilas de Porto Grande e Vila do Carmo. Atualmente utilizam motos, porém o trator ainda continua sendo o veículo utilizado quando há necessidade de levar grande quantidade de produção e/ou pessoas.

desenvolvimento das atividades laborais não podia ser negada depois de um “tu não vai, Arleth?”, dito por meu tio, meu pai, tia ou primo.

Todavia, a presença constante no dia a dia da Vila possibilitou maior participação nas práticas diárias, tanto nas relacionadas ao trabalho: convidados (de planta, de derrubada, de capina), arrancando mandioca, fazendo farinha, pescando, participando⁹ de varrida¹⁰, apanhando pimenta; quanto àquelas relacionadas a ritos celebrativos, como aniversários, jogos, festas e também os fúnebres. Inicialmente foi difícil lidar com essa situação, dada a dualidade entre: “se participar muito pode comprometer o distanciamento necessário, [...] participar muito pouco pode [...] não favorecer a compreensão a partir do interior” (TRAD, 2012, p. 629), mas pude encontrar, dentro da realidade permitida no trabalho de campo, meio para construir este trabalho, que conta sobre este lugar, sobre as pessoas que o dão significado, sobre sua história passada e sobre sua vida cotidiana.

Outra opção metodológica determinante foi a escolha do EGO da pesquisa, que a princípio foi meu pai, Dario, depois meu tio Zeca, até finalmente me colocar neste papel, pois por mais que tenha vivido parte da minha história fora da comunidade sou de lá e muitas informações são de meu conhecimento. Consigo descrever, sem dificuldade, qualquer das atividades produtivas ali existentes e fiz questão de participar de cada uma delas neste tempo de pesquisa: do trabalho da roça aos pimentais, acompanhei o drama vivido pela ausência de chuvas em 2017, pesquei de estiradeira, de caniço, de *mocooca*, fui até em caçada (atividade preferencialmente masculina), enfim, eu vivi ali boa parte deste tempo de mestrado.

O distanciamento físico que existia antes, entre mim e o grupo, e o olhar aguçado pelas teorias fez com que muito da realidade que me parecia tão familiar se revestisse com outras cores e formas, se tornando também novidade neste período de pesquisa, porque antes não as via da mesma forma, por isso foi de grande importância a teoria estudada, que possibilitou um novo ouvir e

⁹ Embora a caça seja uma atividade tipicamente masculina, cabia às mulheres esperar os homens enquanto estes caçavam. No entanto, nunca foi uma regra absoluta do grupo a interdição das mulheres nas caçadas, assim, fui a uma varrida com meu pai e meus tios durante trabalho de campo no ano de 2017.

¹⁰ A caçada de varrida é uma forma na qual os caçadores limpam (varrem) durante o dia um caminho por onde andam durante a noite à espera da caça. Ver mais no item 4.3 Festa e Trabalho.

olhar para perceber o que me era importante escrever – princípios ordenadores de uma pesquisa, como nos ensina Cardoso de Oliveira (2000), uma vez que “é com tais atos que logramos construir nosso saber” (2000, p.3).

Peço licença para registrar o quanto a compreensão dos docentes do INEAF (Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares) sobre o campesinato foi determinante para construir, do ponto de vista acadêmico, meu entendimento sobre o grupo estudado, com destaque para minha orientadora, Prof^a. Sônia Magalhães¹¹, e seu grande potencial em nos fazer mediar a relação entre o conhecimento formal e aquele tradicional. Foi pelo conhecimento adquirido junto a eles que me vi, por exemplo, analisando os ritos fúnebres para além da dor sentida, percebendo que enquanto velávamos a parenta também fortalecíamos os vínculos do *ser parente* – compreendi que as demonstrações de solidariedade são determinantes naquele grupo camponês.

Assim, posso dizer que a frequência com que passei a estar em Vila Braba, em razão da pesquisa de mestrado, modificou sensivelmente a minha relação com os meus parentes, como também destes para comigo – fato que se estendeu também às minhas irmãs, que passaram a se fazer mais presentes na comunidade.

O compadrio, sendo um rito de fortalecimento das redes do campesinato (k. WOORTMANN, 1990, SABOURIN e CARON, 2009; SOARES, 2010), é uma das formas de expressar esse vínculo com a comunidade, pois nesse tempo ganhei afilhados moradores de Vila Braba, assim como minha irmã. Foi na Igreja de Vila Braba, em 2017, que meus sobrinhos Analuz e Dario Neto foram batizados, o primeiro rito religioso do núcleo familiar de meu pai nesta localidade.

Esta proximidade com a localidade me fez avaliar que se desta pesquisa não resultasse este trabalho escrito, ela já teria cumprido papel muito importante em nossas vidas, pois serviu para fortalecer os laços de parentesco em nossa família. Hoje meu sentimento de pertencimento àquele grupo é mais intenso, sou parte daquele lugar e quero continuar sendo, defendendo seu direito de existir.

¹¹ Foi quem me disse algumas vezes que via a Vila Braba através dos meus olhos. A bem da verdade, eu que passei a ver a minha comunidade por uma frestinha dos olhos dela, e isso, para mim, é fantástico.

Fotografia 1 - Batizado na Igreja de Vila Braba.



Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Fotografia 2 - Meu afilhado, Mequias, à esquerda e seu primo, Carlos, afilhado de minha irmã, Alcione.



Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Pensando o desafio metodológico para essa reinserção acadêmica na localidade, a etnografia se mostrou como o mecanismo que melhor responderia a nossas ansiedades quanto à pesquisa.

Sendo reconhecido como pioneiro no uso do método etnográfico o antropólogo Bronislaw Malinowski, a etnografia se consagrou como abordagem metodológica na Antropologia e suas técnicas são utilizadas nas Ciências Sociais em geral. Caracteriza-se pela “presença de longa duração de um

pesquisador-observador convivendo com a sociedade que ele estuda” (WEBER, 2009, p. 158). No entanto, neste trabalho tomamos a etnografia pela perspectiva de Mariza Peirano, quando, em seu trabalho com título provocativo, “Etnografia não é método” (2014), afirma que etnografia não pode ser um método, uma vez que é também teoria. Para esta autora, “o ‘método etnográfico’ implica a recusa a uma orientação definida previamente” (PEIRANO, 2014, p. 381). Assim, a monografia resultado da etnografia, por contribuir teoricamente não seria apenas um método, mas formulações teórico-etnográficas, ou ainda, não seria mera descrição (PEIRANO, 2014). Para esta autora, um dos maiores desafios da etnografia é transformar em texto a ação vivida, e o fato de que não há receitas pré-estabelecidas de como fazê-lo.

Etnografia é parte do empreendimento teórico da antropologia. Não se trata de um “detalhe metodológico” que antecede uma teoria; a indagação etnográfica em si já tem um caráter teórico, porque somente (ou principalmente) ela nos permite questionar os pressupostos então vigentes pelas novas associações ou novas perguntas que nos proporciona: como já dizia Malinowski, novas pesquisas levam à “transformação de um ponto de vista teórico” (PEIRANO, 2014, p. 385).

Desse modo, Peirano (2014) revela a importância científica e social da etnografia. A etnografia mostra que há várias possibilidades de ser social. O fato de existir uma pressupõe a necessidade da existência de outras, pois são várias as possibilidades do humano, e é esse conhecimento de diversas etnografias que aguça a percepção do pesquisador sobre a realidade e faz com que este perceba as semelhanças e diferenças com o grupo estudado.

Das tantas lições dadas por Florence Weber (2009), uma das autoras eleitas para ajudar a compreender o fazer etnográfico, destacamos sua defesa de que:

[O etnógrafo] não é um sujeito unificado: é um compilador, que recopia ou transcreve os dados anunciados por Outros (da estatística à entrevista oral, passando pela imprensa ou por documentos civis), é um pesquisador que tateia em busca de princípios explicativos servindo-se largamente das diversas tradições letradas, filosóficas ou científicas das quais ele é, para o bem ou para o mal, o herdeiro; é um personagem social, tomado em diversos universos de referência, dos colegas aos sujeitos entrevistados, passando pelos círculos “privados” de sociabilidade. É enfim um observador profissional que coloca em obra, sobre a base de múltiplas identidades, uma técnica

particular de observação e de autoanálise (WEBER, 2009, p. 168).

Entendido nosso trabalho como uma etnografia, alguns recursos metodológicos escolhidos para a realização da pesquisa não possibilitaram o resultado esperado, como anteriormente dito. Para o caráter da pesquisa proposta, o uso do caderno de campo é considerado um recurso essencial para “relacionar os eventos observados ou compartilhados e acumular assim os materiais para analisar as práticas, os discursos e as posições dos entrevistados” (WEBER, 2009, p. 158), mas nesta pesquisa foi um instrumento pouco eficaz, uma vez que durante o tempo que estive em Vila Braba os ritos me consumiam como membro daquele grupo, que do amanhecer até a hora de dormir envolve a todos em um rico emaranhado de práticas sociais no seio das quais lançar mão de um caderno e escrever não achava lugar.

Quanto às entrevistas, nenhuma foi gravada porque meus interlocutores esquivaram-se diante da possibilidade que isso acontecesse. Avalio que a sutil recusa não tinha como justificativa a desconfiança, mas em alguma incompreensão sobre a necessidade de gravar o que eu já poderia (ou deveria) saber, ou que poderia ser óbvio a qualquer um. A cada vez que manifestei a intenção de conversar com eles *uma hora separado*¹² me questionavam o que eu queria falar. Ao explicar-lhes, logo em seguida vinha um “tá bom”, sucedido de uma risadinha - conjunto de expressões que significava *uma hora dessas a gente faz*.

Mais do que gravar qualquer coisa, estar presente nas atividades desde às 5h, 6h da manhã com eles me dizia muito mais do que eu conseguiria em horas de entrevistas nas quais escolheriam as palavras que iriam querer que fossem gravadas, entrevistas que poderiam dizer muito menos do que um dia de compartilhamento de trabalho nos pimentais, com todo o banguê e os causos contados e cantados durante estes momentos de trabalho e festa.

Não deixei, no entanto, em nenhum momento, meu equipamento de registro visual (*smartphone*, pela praticidade), de modo que consegui armazenar um rico acervo de fotografias. Esta forma de registro, sim, é apreciada, ao ponto

¹² Aqui me vêm à lembrança os trabalhos de campo desenvolvidos no âmbito da especialização, quando meus colegas de curso só conseguiam gravar entrevistas se eu estivesse ausente.

de muitas vezes ser requisitada: “Arleth, ligeiro, tira aqui a foto”, como ouvi algumas vezes.

Partindo desta introdução, primeiro capítulo do trabalho, na qual conhecemos a problemática que nos impulsionou à pesquisa, identificamos o lugar de estudo e o grupo social envolvido; a abordagem metodológica eleita e questões afeitas a esta, o trabalho segue estruturado com mais quatro capítulos, além das considerações finais.

No segundo capítulo apresentamos de forma mais detida as pessoas sobre as quais falamos, buscando desvendar como as relações de parentesco foram compondo a Pereirada, forma como é conhecido o povo do local, para, no capítulo terceiro, demonstrar como a territorialidade nascida de décadas de deslocamento contribuiu para fazer do grupo o que ele é hoje.

O quarto capítulo é dedicado especificamente à Vila Braba e seu cotidiano, sua organização territorial, sua territorialização. Parte do trabalho na qual buscamos expressar como a reprodução social e a produção realizada pelo grupo possibilita sua manutenção. Neste esquema percebemos quão importante é a cultura da mandioca para o povo da comunidade, tanto para a alimentação quanto para sua vida financeira, e como a relação mais ampla com a sociedade do entorno cria novas dinâmicas, tanto sociais quanto econômicas sem, no entanto, desconfigurar as características ordenadoras da forma de existir do grupo.

2 CAMINHOS ÊMICOS: PARENTESCO E TERRITÓRIO

2.1 PARENTESCO E OS ESTUDOS SOBRE O CAMPESINATO

A ordem moral do campesinato, ou ainda, de uma sociedade camponesa é fundada nas relações de parentesco (K. WOORTMAN, 1990). Assim, o parentesco é a porta de entrada para o estudo do campesinato. Em Vila Braba, o parentesco constitui o principal eixo articulador das relações sociais, é linha transversal, uma vez que perpassa as relações sociais, como também a organização do trabalho na localidade.

Para o autor, “família, trabalho, liberdade, etc... são categorias empíricas que organizam o discurso” (K. WOORTMAN, 1990, p. 56), centrais para a construção do que ele chama de *campesinidade*. Estas categorias, aliadas às categorias reciprocidade, honra e hierarquia, vão compor a articulação da *campesinidade*, que, para este autor, “remetem a um ordenamento moral do mundo”, no caso, uma sociedade (mundo) camponesa.

A principal referência teórica neste estudo, sobre parentesco, é Ellen Woortmann (1985). Para esta antropóloga

[...] o parentesco desempenha um papel fundamental para o campesinato, articulando entre si grupos domésticos (unidades de produção) numa rede mais ou menos extensa onde se constroem relações de reciprocidade e um “capital social”, tanto mais importante quanto mais descapitalizado seja o campesinato no que se refere a um “capital econômico”. As práticas matrimoniais são a esse respeito de importância central (E. WOORTMANN, 1985).

Para o entendimento do campesinato, E. Wortmann (1989) destaca três importantes teorias, que tratam sobre o Parentesco: teoria da descendência, da linguagem e da aliança.

Na teoria da descendência, pela análise desta autora, o foco principal é o grupo social, e os direitos e deveres daqueles que são membros do grupo. Nesta teoria, embora haja a compreensão de que o casamento e a afinidade são importantes, a ênfase está na consanguinidade, com a sucessão como foco central desta.

Segundo E. Woortmann (1995), “outro modo de conceber o parentesco é pensá-lo como sendo uma linguagem através da qual se ordenem certas relações sociais consideradas fundamentais por uma sociedade” (E.

WOORTMANN, 1995, p. 76). A importância desta linguagem para a concepção da Teoria do Parentesco é que se trata do “significado do parentesco como um código que regula o acesso e a transmissão dos recursos básicos da comunidade, fundamentais para a produção e para a reprodução dessa comunidade” (E. WOORTMANN, 1995, p. 76).

Na Teoria da Aliança, a ênfase está, ao contrário da descendência, na afinidade e casamento. Para E. Woortmann (1989), “a questão da aliança conduz à questão da reciprocidade” (p. 87). O casamento também é uma troca, utilizado também para se estabelecer alianças, como o compadrio. A troca exige reciprocidade, pois “retribuir é obrigatório” (idem, p. 89) e aquele que recebe está obrigado à retribuição colocando sob risco a sua honra, e a não retribuição é um sinal de desonra, demonstrando assim que não há aliança com aquele a quem se negou a reciprocidade.

Nos estudos sobre o campesinato na Amazônia, Hébette *et al* (2002) destacam o parentesco na busca pela reconstituição das estruturas sociais na região de fronteira, pela “recriação de um novo quadro de vida e de um novo espaço” (p. 176). Para o autor, os camponeses que migram para a Amazônia, no percurso de sua trajetória, e mais ainda na chegada ao neolocal, vão buscando reproduzir os mesmos laços de solidariedade de seu local de origem, reconstituindo a estrutura social a qual pertenciam antes da migração.

Estudo realizado por Nogueira (2014) em uma localidade de Aracatu, no sertão da Bahia, mostrou um sistema fundiário específico (dentre outros existentes no Brasil), fundado no parentesco, e organizado por ele. Um território familiar regido por normas consuetudinárias que, no entanto, arruma uma forma de se adequar ao sistema jurídico fundiário brasileiro, que é a “venda” da terra para dois dos irmãos, o que permite que a família continue a utilizá-la de modo indiviso.

Martim, uma terra camponesa organizada no entretencimento de normas legais e locais, onde um sistema de propriedade privada da terra existe indissociavelmente articulado a um sistema de uso comum e indiviso partilhado por uma parentela. Uma terra de uma família camponesa localizada no sertão do estado da Bahia, no Brasil, que tem parte de seus membros vivendo alhures, em razão de seus movimentos migratórios, mas que opera como lugar central de encontro e reprodução de todo o grupo (NOGUEIRA, 2014, p. 50).

Importante ressaltar no estudo de Nogueira que seu objetivo principal é justamente o de “refletir sobre a existência de sistemas fundiários específicos e, ao mesmo tempo, diversos dos preceituados na legislação brasileira” (NOGUEIRA, 2014, p. 51).

E, ainda, uma terra que compõe um território familiar que a extrapola, pois foi concebido numa articulação desta com espaços territoriais fora dali, para onde membros do grupo familiar empreendem deslocamentos migratórios (NOGUEIRA, 2014, p. 51).

A autora realça os diversos sistemas fundiários existentes no Brasil que não foram considerados pela legislação. Refletindo sobre esta afirmação da autora, podemos pensar que uma das causas para a invisibilidade destes sistemas possa ser explicada pela origem do direito brasileiro no pensamento jurídico ocidental dominante que impossibilita perceber estas outras formas de organização fundiária como válidas.

A peculiaridade do campesinato estudado por Nogueira (2014) é a apropriação da terra por via mercantil. Diferente de outros campesinatos lidos como tradicionais no sertão como as comunidades quilombolas, ou o das “soltas” (ALMEIDA, 1989; GARCIA JR, 1987), a Família Martim não admite outra forma de apropriação de terras, porém as utiliza de modo indiviso, num sistema de uso sustentado nas relações de parentesco.

A família extensa utiliza as terras sem dividi-la em lotes particulares, no entanto, no que se refere aos locais de morada, separam o chão de moradia por família nuclear.

O caso estudado por Nogueira (2014) é similar ao caso de Vila Braba, onde a terra foi conseguida por via mercantil, e também não se permite outra forma de apropriação, o uso da terra se dá de modo indiviso, e os locais de construção das casas também são separados, com espaço para o quintal. Em Vila Braba, a área do quintal é delimitada pelo que é cultivado por cada grupo doméstico. Os que plantam açaí (*Euterpe oleracea Mart.*), que exige maior parcela de terra, possuem quintais maiores que os que plantam somente hortaliças e ervas medicinais. Perceba-se que estas terras só pertencem àquela família nuclear enquanto morarem ali na localidade, em caso de migração, este local volta ao domínio comum, podendo ser utilizado por outra pessoa para fazer

o seu local de moradia, como o caso de Eduardo, que hoje mora onde já foi o local da casa de Santino, e o barracão, construído onde um dia foi a casa de Rosa e Antonio. Da mesma forma, o que foi cultivado cai em domínio comum até que outro comece a 'cuidar', e então o local passará a ser respeitado como sendo do cuidador.

A concepção de terra e a noção de propriedade da Família Martim se diferenciam do compreendido como tal no sistema jurídico brasileiro, como já dito, e se assemelha com o encontrado em Vila Braba. No entanto, a estratégia utilizada pelos Martim é diversa desta localidade amazônica.

Além dessa estratégia de titulação da terra, com seu uso indiviso, a Família Martim também se articula num território com espaços não contínuos, que ajudam a garantir a reprodução social do grupo. Os parentes nas cidades são essenciais para garantir a reprodução do grupo, principalmente pela acolhida aos migrantes, e pelo apoio nos rituais. O mesmo encontrou-se em Vila Braba, onde há parentes que migraram para Mocajuba, Cametá, Belém e Tucuruí.

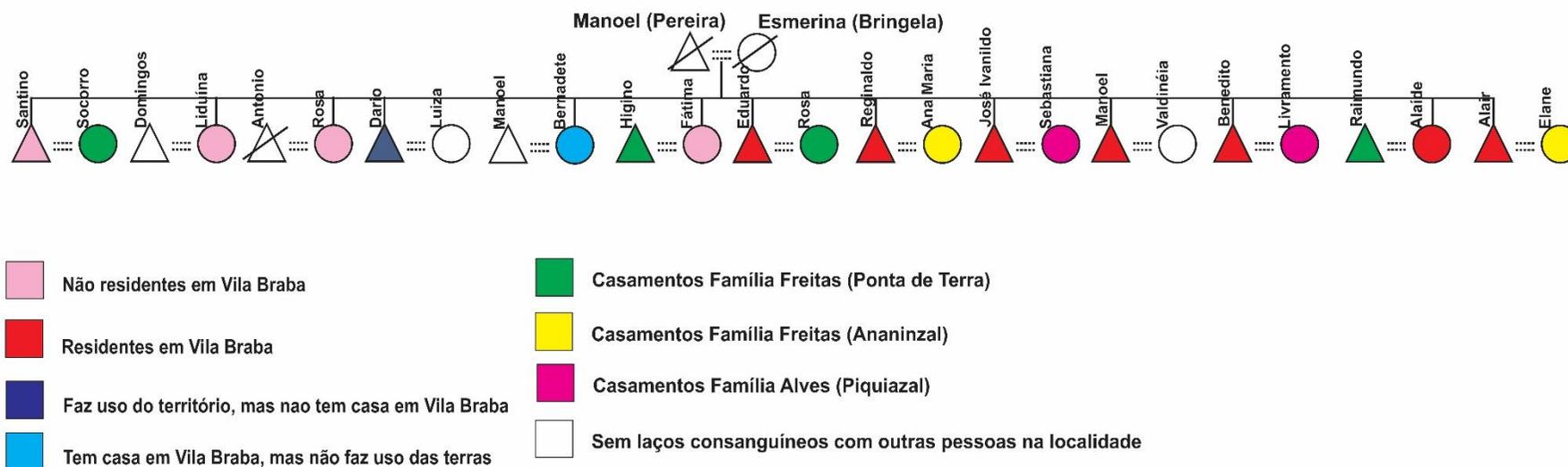
É a partir do estudo do parentesco que Nogueira (2014) mostra como se dá o uso indiviso do território, e como este organiza as regras locais na Família Martim, o que de modo similar analisamos em Vila Braba.

2.1.1 O parentesco da Pereirada

Pereirada é a forma como são conhecidos os membros da família Souza Gonçalves. Este grupo é composto por 10, do total de 13 irmãos, filhos de Manoel (Pereira) Vieira Gonçalves e Esmerina de Souza Gonçalves (Bringela), e parte de seus descendentes.

Manoel é filho de Gratuliano e Maria; Esmerina é filha de Fausto e Júlia, o primeiro casal (Gratuliano e Maria) moradores de Mapiraí de Cima, e o segundo (Fausto e Júlia), de Mapiraí de Baixo, comunidades pertencentes ao mesmo arquipélago Mapiraí, no Rio Tocantins. A Pereirada é composta pelos filhos do casal, cônjuges e descendentes. Os filhos são: Santino, Liduína, Rosa, Dario, Bernadete, Fátima, Reginaldo, Eduardo, José Ivanildo, Manoel, Benedito, Alaíde e Alair.

Figura 1 - Diagrama de parentesco 01: Constituição da Pereirada¹³



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

¹³ Para melhor visualização, utilizo na elaboração dos diagramas somente os descendentes diretos de Pereira e Bringela. No entanto, para configuração da Pereirada e conformação do território, a mesma categoria na qual se enquadra nossos pais é estendida a nós, seus filhos.

Analisando o diagrama de parentesco 01, percebe-se que a constituição da Pereirada se dá pela endogamia territorial, principalmente pelos casamentos com a Família Freitas, de Ponta de Terra. Além destas, são importantes também para essa constituição os casamentos com os Freitas de Ananinzal e os Alves de Piquiazal.

Na endogamia territorial se apresenta ainda a importância do parentesco entre os que casam com os membros da Pereirada. Os Freitas, de Ananinzal, são primos em primeiro grau dos Freitas de Ponta de Terra, de modo que Ana Maria (esposa de Reginaldo) e Elane (esposa de Alair) são primas de Socorro (esposa de Santino), Higino (esposo de Fátima), Rosa (esposa de Eduardo) e Raimundo (esposo de Alaíde). Desse modo, os Freitas, conhecidos como Cuiúzada (apelidos de seus pais Leonel Cuiú e Benedito Cuiú) são cônjuges preferenciais na constituição da Pereirada.

Os demais casamentos realizados com pessoas que não possuem parentes consanguíneos na conformação da Pereirada também se circunscrevem à endogamia territorial, sendo oriundas de localidades circunvizinhas à Vila Braba.

A partir dessas pontuações, cada grupo familiar formado a partir dos casamentos da Pereirada são importantes, no sentido que os casamentos de seus descendentes também atenderão à mesma endogamia territorial.

Atualmente, a Pereirada está em sua maioria na Vila Braba, com membros dispersos ainda em Mocajuba, Cametá e Belém. A ênfase que é dada neste trabalho é à Vila Braba.

No núcleo central da Vila Braba moram¹⁴ tio Eduardo e tia Rosinha, e suas filhas Rosi, Vilene e Eduarda; tio Reginaldo e tia Ana Maria, e seus filhos Wagner, Regiane e Wandré; Tio Zeca (José Ivanildo) e tia Sabá (Sebastiana), e seu filho Silvio; tio Cafuné (Manoel) e tia Néia (Valdinéia), e seus filhos Márcio e Neyziane; tia Alaíde e tio Mundico (Raimundo), seu filho Alailson e Domingos (filho de tia Maroca (Liduína)); tio Alair e tia Elane, e suas filhas Aline e Aliane; tio Bena (Benedito) e tia Livramento.

14 Aqui vou nominar somente a Pereirada, excluindo os cônjuges dos descendentes de segunda geração e os de terceira (netos).

Dentre os outros irmãos, papai (Dario) e tia Dete (Bernadete) são os que mais convivem em Vila Braba, dividindo-se entre suas atividades no local e suas famílias que moram em Belém e Mocajuba, respectivamente.

Depois de Vila Braba, Mocajuba é o lugar que abriga uma grande parte dos Pereirada. Ali moram tia Rosa e seus filhos Kátia, Kleidson, Klécio, Cleiciane e Cleidiane; tia Dete (Bernadete) e suas filhas Lucidéia, Lucicléia e Maria da Conceição.

Em Vila do Carmo (município de Cametá) mora Sávio, filho do Tio Zeca, que se divide entre o trabalho no local e suas atividades em Vila Braba.

Em Belém moram Suely e eu, em casa separada de meus pais. Com minha mãe mora Alcione, seu filho Dario Neto, minha sobrinha Analuz, Alailma (filha da tia Alaíde) e Silvia (filha do Tio Zeca). Alailma e Silvia vieram para Belém para estudar, alimentando o sonho de melhoria de vida de seus pais. Meu pai, como já dito, se divide entre Belém e Vila Braba, passando mais tempo lá que aqui. Minha irmã Anne e seu esposo, Raimundo, moram em Carapajó, vila no interior de Cametá. Chris, também minha irmã, mora em São Paulo, para onde foi após conseguir bolsa de estudos em Design de moda, no Instituto Belas Artes.

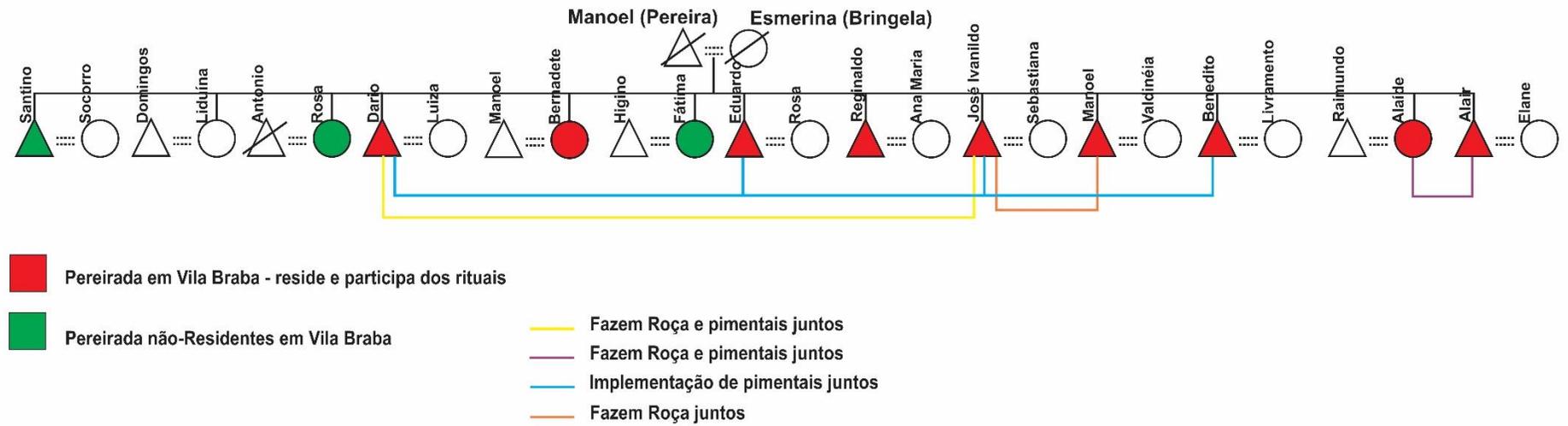
Este é o grupo dos Pereirada/Vilabrabenses.

Isto não significa dizer que tio Santino e seus filhos, Liduína e seus filhos, Fátima e seus filhos não façam parte da Família Souza Gonçalves. O são, participam de alguns ritos, principalmente festas e velórios, contribuem em diversos momentos com a localidade, principalmente a Comunidade Cristã Católica, porém, para efeitos deste trabalho, para a análise da relação do parentesco com o uso do território, estes irmãos não são considerados parte da Pereirada. Tio Santino foi criado por seus avós maternos, e separou-se de tal modo que mesmo vivendo em parte das terras de Vila Braba, suas atividades laborativas e de seus filhos são completamente diferentes das de Vila Braba, o que causa até mal estar, pois o modo parcialmente capitalista¹⁵ de produção já absorvido pela família de Santino (SILVA, 2015) é visto pelo grupo como

¹⁵ Talvez a forma de negação desse modo de produção capitalista seja expresso nas formas de relação entre os moradores do Sítio Beija Flor e Vila Braba, uma vez que a participação deles nos ritos de sociabilidade e solidariedade foram sendo fragilizados e enfraquecendo. A delimitação do Sítio Beija Flor como um sítio apartado diverso de Vila Braba serve para limitar a expansão do uso das terras cultiváveis do grupo pela família de Santino, pois estes "tem os sítios deles (um na margem esquerda do Rio Tambaí e outro próximo ao Xandai, Casca da Bala), mas querem fazer pimental aqui porque pra eles não há o que chegue".

predatório, e ameaça sua reprodução social; tia Fátima possui um sítio separado em Patauateua (Arena da Campina), adquirido por ela e seus filhos por via mercantil, onde trabalham em roça e pimentais também com uma organização própria; Liduína sempre morou no Centrinho, comunidade de origem de seu esposo, e hoje vive, doente, com seus descendentes em Vila do Carmo. Seus filhos também participam das festas e velórios, mas não partilham o território.

Figura 2 - Diagrama de parentesco 02: Uso do Território



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Essas relações de parentesco são evidenciadas na conformação e uso deste território. Pelo diagrama de parentesco 2, percebe-se que há uma hierarquização na relação com o território. Embora haja relação de parentesco biológica igual entre todos os irmãos, nem todos pertencem à Vila Braba, como também nem todos se identificam como Pereirada. Enfim, a relação com o território não é a mesma, e esta é determinante nesta análise.

Pode-se afirmar que os laços estreitam-se ou distanciam-se, fortalecem-se ou enfraquecem-se pelas relações estabelecidas e cultivadas, determinando o nível destas relações, diferenciadas entre parentes biologicamente iguais, ou ainda, criando um distanciamento social.

Há três níveis de proximidades espaciais: os mais próximos, que moram e convivem diariamente em Vila Braba; um segundo grupo, que mora em locais próximos como Vila do Carmo, Cametá e Mocajuba, que participam das atividades nos finais de semana na localidade; e um terceiro grupo, que está um pouco mais distante geograficamente, como os que moram em Belém, e que se esforçam para participar da vida local eventualmente.

No interior da Pereirada, há dois níveis de proximidade social: um entre aqueles que partilham o território e outro entre os que não o partilham. Como já dito, a participação nos ritos define o estreitamento ou enfraquecimento dos laços, e a pouca ou nenhuma participação distancia aqueles que eram considerados próximos, e estreitas relações com os que anteriormente eram considerados distantes.

Nós, como meu pai se distanciou de Vila Braba, por aproximadamente duas décadas estivemos como distantes, como os tios paternos de meu pai ainda hoje estão distantes da Pereirada. Esse distanciamento demonstra-se pelo fato de que eu, no ano de 1996, quando fui morar em Cametá para estudar, não me relacionava com os parentes na linha pertencente ao meu avô paterno, Pereira; morava com meu padrinho, irmão de minha avó, Bringela.

Esses laços são fortalecidos ainda pela relação de compadrio. É importante observar que, diferentemente de outras sociedades camponesas (ARANTES, 1982), o compadrio não é utilizado pela Pereirada para fortalecer os laços externos, mas como forma de estreitar os laços internos. Como exemplo, tomo meu pai, Dario, que por ter passado a maior parte da vida após o casamento fora de Vila Braba, não possui afilhados entre seus sobrinhos que ali

vivem, como também nem eu, nem minhas irmãs, são afilhadas de nenhum dos irmãos de meu pai.

A exceção é a minha irmã mais velha, falecida ainda bebê, afilhada do Tio Santino. No entanto, neste tempo, o Tio Santino considerava-se filho de seus avós paternos, Fausto e Júlia, e possuía relações fortalecidas com seus tios-irmãos, como também meu pai, que fazia roça e pimental em Patauateua, junto com a família de sua esposa, Luiza, e próximo de seus tios, João e Francisco. Assim, minha segunda irmã, Alcione, e eu temos por padrinhos João e Francisco, tios de meu pai, e minha irmã caçula tem por padrinhos Edinho e Edinéia, filhos de João, primos de meu pai e sobrinhos de minha mãe, uma vez que sua mãe Herotildes, esposa de João, é irmã biológica de minha mãe, no que possuímos laços consanguíneos de família paterna e materna.

Da mesma forma que meu pai, nós, filhas dele, também não tivemos afilhados até o ano de 2017, quando, após o estreitamento dos laços facultado pela realização desta pesquisa, ganhei um afilhado, Mequias, filho de Vilene (filha de Eduardo) e minha irmã, Alcione, ganhou por afilhado Carlos Eduardo, filho de Milena, também filha de Eduardo. Recebi ainda, recentemente, outro convite, para ser madrinha da filha de Neyziane (filha de Cafuné), que deve nascer este mês (junho/2018).

As relações de compadrio, a meu ver, são nós definitivos do pertencimento. São essas relações que dizem se fazes parte ou não daquele grupo. Ganhar afilhados significa “ser cheiroso” para aqueles que fazem o convite, ou seja, ter relações mais estreitas com eles.

3 A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO DA PEREIRADA: Origem e Deslocamento.

O conceito de território é um elemento importante para este trabalho. Como resultado da pesquisa bibliográfica de trabalhos voltados para o estudo da diversidade de formas de apropriação da terra encontradas no Brasil, destacamos a pesquisa seminal *Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito* (1989), de Alfredo Wagner Berno, que organiza importante reflexão partindo da análise sobre modalidades de uso comum da terra e comunidades tradicionais, desvelando uma rica heterogeneidade de agrupamentos humanos. Além de demonstrar essa diversidade, o trabalho deste autor nos mostra como a construção do território não é determinada pela apropriação privada da terra, mas que há diversos sistemas fundiários onde a apropriação se dá de outras formas, e até por meio de combinações destas. Almeida (1989) nos orienta a ter como ponto de partida a observação da diversidade das formas de territorialidades e apropriação dos territórios existentes no Brasil.

Little (2002), por sua vez, destaca a importância de desenvolver, a partir da antropologia da territorialidade, um campo de análise centrado na questão territorial, negligenciada até pouco tempo, devido, por exemplo, à apropriação do conceito de territorialidade pelos estudos em etologia (ARDREY 1966; MALMBERG 1980 *apud* LITTLE, 2002, p. 3).

Tomado como referência, por sua contribuição antropológica sobre o tema, Little (2002) define que a conduta territorial é um aspecto integral de todos os ajuntamentos humanos (LITTLE, 2002), e é definida como:

[...] o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou *homeland*¹⁶ (cf. Sack 1986: 19) (LITTLE, 2002, p. 03).

Para Casimir (1992), citado por Little (2002), a territorialidade, para qualquer grupo, é uma força latente cuja explicitação está diretamente

¹⁶ “A palavra inglesa ‘*homeland*’ tende a ser traduzida como “pátria” em português. Mas o significado mais comum de pátria faz referência a um Estado-nação, o que desvia o termo ‘*homeland*’ de seus outros significados possíveis referentes às territorialidades de distintos grupos sociais dentro de um Estado-nação” (LITTLE, 2002, p. 03).

relacionada a contingências históricas. Sendo o território resultante de conduta de territorialidade é ele produto histórico, tanto de processos sociais quanto políticos (LITTLE, 2002).

Como orienta Little (2002), para analisar o território de um grupo é preciso proceder a uma abordagem histórica que informe o contexto de surgimento deste ajuntamento, e também o “contexto em que foi defendido e/ou reafirmado” (LITTLE, 2002, p. 4). E devido à multiplicidade de expressões desta territorialidade humana, que resulta em tipos diversos de territórios, ressalta a importância de uma abordagem etnográfica para compreender as formas específicas destes territórios.

3.1 SOMOS CONSTRUÍDOS NO DESLOCAMENTO

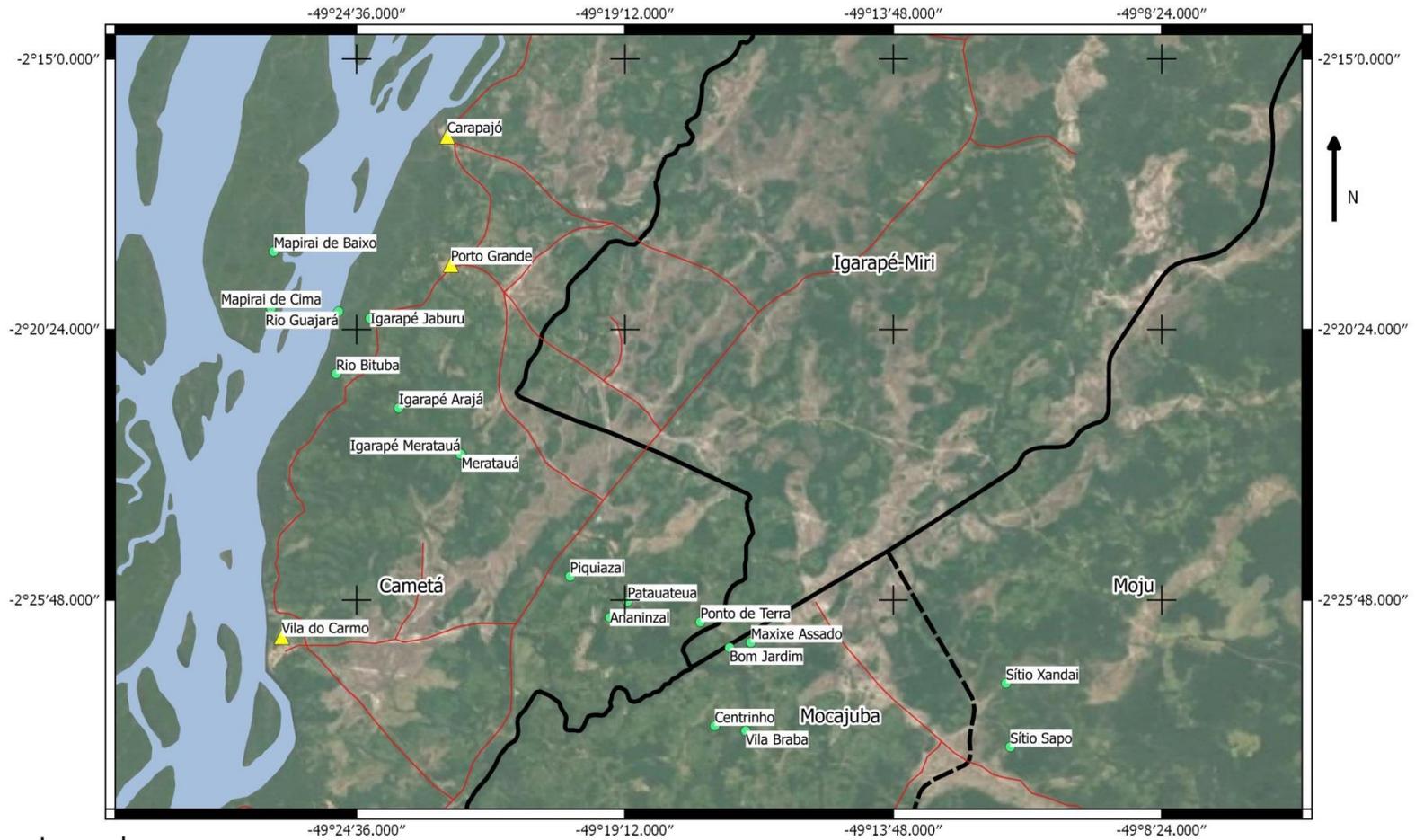
Em se tratando da reconstituição da territorialidade do grupo que deu origem à Vila Braba, as informações encontradas remetem às primeiras décadas do Séc. XX, entre os anos 20 e 30, quando o casal Gratuliano e Maria (os Gonçalves) moravam na localidade de Mapiraí de Cima, e Fausto e Júlia (os Souza), também casados, moravam em Mapiraí de Baixo - no pequeno arquipélago de Mapiraí. As relações de vizinhança e compadrio aproximavam estas famílias, tanto nessas localidades quanto em Meratauá, área de terra firme onde mantinham suas roças. Dadas estas informações podemos afirmar que estas famílias compartilhavam o mesmo território e que esta primeira territorialidade se estendia do arquipélago de Mapiraí, passando pelo Rio Tocantins, Meratauá, até o Campo de Natureza (Figura 3).

A partir desta configuração, tanto territorial, quanto de relações sociais, o casamento de descendentes dos Gonçalves e dos Souza deu origem a uma história que se inicia em Mapiraí e passa por Meratauá, Patauateua, Bom Sucesso, até Vila Braba. As distâncias, na região do Baixo Tocantins, são medidas em horas, independente do transporte utilizado. Do Mapiraí até o Bituba, deslocando-se de barco a motor, o tempo de travessia é de, aproximadamente, 30 minutos. No entanto, à época que os Gonçalves e os Souza atravessavam o Rio Tocantins, este deslocamento era feito de casco à remo, levando entre uma hora ou uma hora e meia para fazer a travessia. Para

chegar do porto do Bituba até o Meratauá demorava-se um pouco mais de uma hora. Assim, o tempo estimado de travessia do território era de três horas.

Buscamos, neste ponto do trabalho, refazer o percurso do deslocamento do grupo entre as áreas citadas para mostrar como a reprodução social dele está intrinsicamente ligada à conformação do território, e como a desconfiguração deste pode ameaçar a própria existência desta comunidade amazônica.

Mapa 2 - A territorialização: localidades.



Legenda

- Localidades
- Estradas principais
- Rio Tocantins
- ▭ Limites municipais
- ▲ Vilas

Imagem de satélite: Google Earth - 2018
 Datum: SIRGAS 2000
 Elaboração: Moacir J. M. Pereira



ENTRE MAPIRAÍ E MERATAUÁ

O município de Cametá, onde se dá, sobretudo, o deslocamento dos Pereirada, é “inundado” pelo Rio Tocantins onde estão localizadas todas as ilhas do município, com vilas e cidade marcadas pela centralidade que o rio exerce dentro dos circuitos de movimentos locais e regionais (PEREIRA, 2014).

O rio inunda a vida dessas gentes de realidades ímpares. O rio as distancia e aproxima, alimenta e é espaço de lazer, contemplação poética e quintal de lendas: Iara, Boto, Boiúna e sabe-se lá quantas outras. O rio é a vida e às vezes a morte dessa população (ALMEIDA, 2010).

Assim como para muitos ajuntamentos humanos na Amazônia, para este grupo “as águas são consideradas dádivas divinas” (DIEGUES, 1998, *apud* DIEGUES, 2007, p. 01), e desta forma a história do povo do qual se fala nesse trabalho é assim marcada pela relação com os cursos d’água e suas diversas formas de se manifestar, como braços d’água, igarapés e lagos, e o próprio Rio Tocantins.

O campesinato de Mapiraí, e por descendência o de Vila Braba, é resultante da primeira ocupação amazônica. São descendentes daqueles que foram invisibilizados pelo discurso do vazio demográfico na Amazônia (HÉBETTE, VOL III, 2004, p. 23-29). O modo de vida ribeirinho que possuíam em Mapiraí é reafirmado ao longo dos lugares onde foram fazendo morada, reproduzindo costumes e arquitetura, até afixarem-se em Vila Braba - local de terra firme, mas na beira de igarapé. A primeira casa de Manoel e Esmerina no local onde hoje é a Vila Braba foi na margem do Igarapé Tambaí, em área de várzea. A segunda casa construída foi em terra firme, porém com arquitetura ribeirinha, sobre esteios e estacas, embora não houvesse risco de inundação pelo rio.

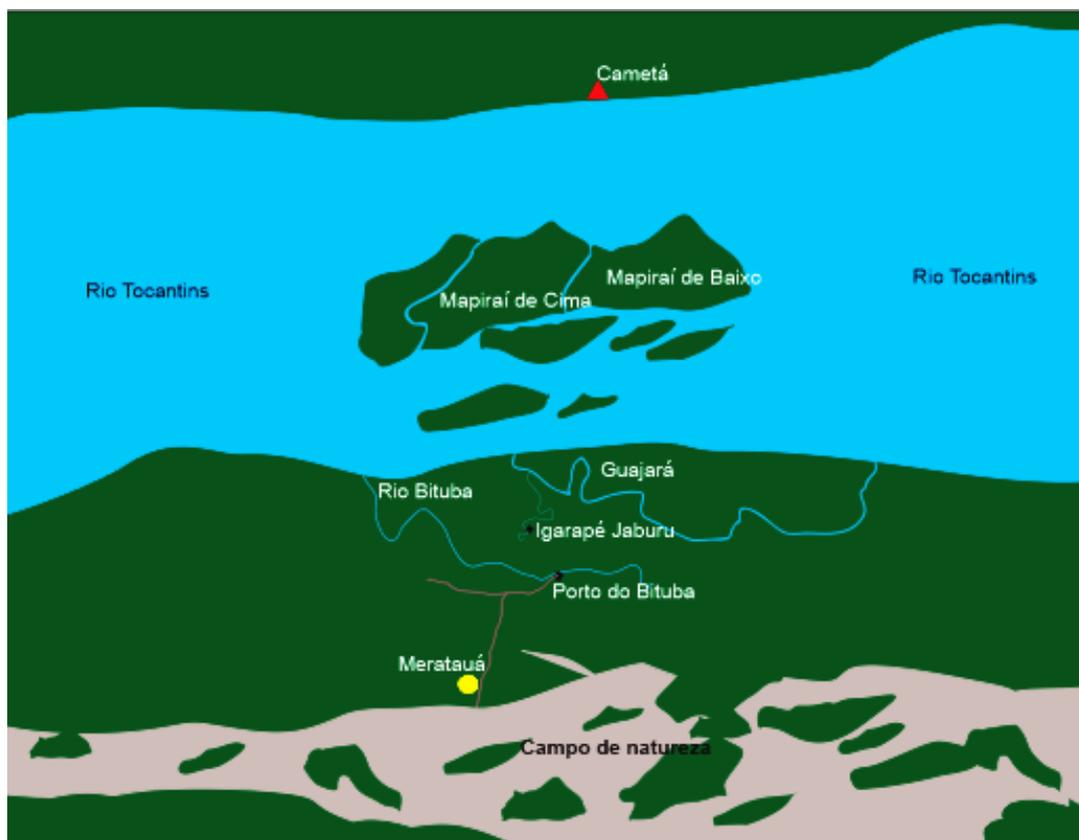
O Rio Tocantins, quando recorta o município de Cametá, guarda “mais de 90 ilhas, onde vivem mais de 100 comunidades” (CORREA, 2010, p. 58). Dentre os moradores de Cametá hoje, 58% da população é rural, da qual 50% vivem em “áreas de ilhas, à beira de rios e igarapés” (*ibid.*, p. 12).

O rio Tocantins estrutura a vida de todo o complexo ecológico regional e é fundamental para a economia e a sobrevivência da

população, uma vez que dele depende, em boa parte, o abastecimento local de água e de alimento. Pode-se dizer que o rio Tocantins sustenta e conduz a própria vida desta região (COSTA, 2009, p. 22).

Mapiraí é um pequeno arquipélago com 8 ilhas, sendo 2 grandes e 6 pequenas, que, em divisão criada e reproduzida pelos moradores locais, é formada pelas localidades de Mapiraí de Cima e Mapiraí de Baixo. Na região do Baixo Tocantins as localidades recebem o nome acrescido da localização *de cima* ou *de baixo*, de acordo com o movimento da maré. Assim como em Mapiraí, há outras localidades como Paruru: a parte do arquipélago localizada para o lado da nascente do Rio Tocantins é Paruru de Cima; a parte do arquipélago localizada para a foz é denominada Paruru de Baixo.

Figura 3 - Croqui do primeiro território.



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Manoel, fundador de Vila Braba, é filho de Gratuliano Gonçalves e Maria Vieira Gonçalves (ele nascido em Mapiraí de Baixo, ela em Mapiraí de Cima), sendo assim Manoel é filho de ribeirinhos tocantinos. Ali, no meio do Rio Tocantins, moravam também seus avós. Ambas as famílias (Gonçalves e Vieira) ainda possuem descendentes morando nas localidades.

Júlia e Fausto, pais de Esmerina, nasceram em Mapiraí de Baixo. Júlia pertence aos Portilho, e Fausto aos Souza, famílias que ainda possuem descendentes morando na ilha.

Para os moradores de Vila Braba estes são parentes distantes, ou seja, aqueles a partir de 3º grau, de acordo com o sistema de parentesco local, que os considera em linhas horizontais, sendo tios e primos em primeiro, segundo ou terceiro grau.

Sendo camponeses-ribeirinhos, as famílias Vieira Gonçalves e Portilho de Souza viviam do extrativismo animal e vegetal, especialmente da pesca e coleta do açaí (*Euterpe oleracea*), utilizando-se dos rios e das matas para sobreviver. O camponês amazônico é extrativista e também agricultor, por isso a plantação de roça é aspecto essencial para sua sobrevivência e deslocamento. As famílias que moravam em Mapiraí plantavam, sobretudo, mandioca, macaxeira, arroz, feijão e milho. Ao que descrevem, as frutas consumidas eram provenientes do extrativismo. Pela necessidade de um lugar para a roça, entra na história uma segunda localidade, para onde se estendia o território do grupo, chamada de Meratauá.

De Mapiraí essas famílias atravessavam para a margem direita do Rio Tocantins, onde se situava Meratauá. Para se chegar a Meratauá havia duas possibilidades: atravessar, de canoa ou barco, para a margem direita do Tocantins, entrando no Rio Bituba ou por Guajará, braço do Tocantins, adentrando o Rio Jaburu, chegando à terra firme.

Para compor as roças, então, deslocavam-se para terra firme, onde “paravam” quando estavam em período de implantação de roçados, e em dias de farinha (quando produziam farinha e outros derivados da mandioca). A expressão “parar” é usada para dizer que ali *não* é o local de morada, mas um abrigo temporário, mesmo tendo casas construídas nesses locais. A mesma denominação é usada para expressar a relação que os moradores de Vila Braba possuem hoje com os sítios Sapo e Xandai.

Aqui o sentido de “parar” é diferente do encontrado, por exemplo, por Magalhães (2002) quando desenvolveu trabalho sobre os camponeses do Médio Tocantins. Para aqueles o “parar”, em seu processo de emigração, expressa o ato de afixarem-se em algum lugar (mesmo que por tempo indeterminado).

[...] após a experimentação, ou melhor, após constatar se o novo local e/ou a nova atividade agrada que se admite o processo emigratório; então o camponês *pára* neste novo local e/ou atividade. O verbo que os camponeses utilizam para indicar a permanência – parar – é bastante evidenciador da possibilidade sempre presente de se iniciar um outro movimento de emigração [...] E o local onde se *pára* é o local que *agrada* (MAGALHÃES, 2002, p. 270).

Pelas atividades econômicas podemos perceber a conformação do território, uma vez que ele comportava área de moradia (Mapiraí), área de pesca (Rio Tocantins), área de roça (Meratauá) e área de caça (matas e pontas de mata no Campo de Natureza - nome popular das Campinas Amazônicas¹⁷).

A mesma conformação encontra-se no segundo território, quando a área de moradia passa a ser o Meratauá, com o Campo de Natureza e as matas adjacentes como área de caça, o Patauateua como área de roça, e os Igarapés Meratauá e Patauateua como áreas de pesca.

O território atual contém em si a mesma dinâmica de organização. A Vila Braba é a área de moradia, de roças e pimentais, o Campo de Natureza e as pontas de mata restantes, dada a devastação principalmente por extração irregular de madeira, são as áreas de caça, o Igarapé Tambaí é a área de pesca, e os sítios Xandai e Sapo são as áreas de roças e pimentais.

Na década de 50, o local de moradia passa, então, do Mapiraí para o Meratauá, distante, aproximadamente, duas horas de caminhada da margem do Rio. O motivo do deslocamento não foi possível saber. Meratauá é margeado por uma porção do Campo de Natureza.

Antes de continuarmos nossa caminhada façamos uma parada para compreender um pouco a relação que possuem as pessoas da região com este ecossistema. O Campo de Natureza é caracterizado por solo formado de areia quartzosa, aquela utilizada na construção civil e outras atividades (MONTEIRO, 2013), o que faz dele um ecossistema em ameaça – ainda que protegido por legislação municipal.

As campinas amazônicas ocorrem como enclaves em áreas de floresta ombrófila, cerrado ou campinarana. Os substratos arenosos colonizados pelas plantas de campina podem ser de diferentes naturezas, tais como: (a) leitos de antigos corpos de água que secaram, (b) perfis arenosos oriundos da

¹⁷ Formações vegetais cuja importância para a comunidade falaremos mais adiante.

decomposição de arenitos do Escudo Guianense e do Escudo Brasileiro, e (c) antigas dunas arenosas de origem eólica (FERREIRA, 2009 *apud* MONTEIRO, 2013, p. 2).

Os areais são citados, nas décadas de 40/50, como locais de sociabilidade, onde se realizavam, por exemplo, os jogos de futebol – atividade intensamente agregadora intra e intercomunidade - recorda Neuza Rodrigues (Neca), hoje com 89 anos, sobre o tempo em que viviam no Meratauá. Foi Neca quem me trouxe mais informações sobre esta sociabilidade deste tempo de moradia deste local, embora eu ainda as tenha da infância, quando ela ainda possuía um sítio nessa localidade. “Era o Meratauá grande. Uma festa só. Tinha arena, os meninos se ajuntavam para jogar bola” (Neuza Rodrigues, trabalho de campo, 2017).

Neca é filha de Pedro Corrêa e Otilia Corrêa, que foram vizinhos dos casais Fausto e Julia e Grataliano e Maria quando moravam no Meratauá, e é minha avó materna.

A importância do Campo de Natureza está em ser ele uma fonte de alimentos, com caças disponíveis nas pontas de mata e a pesca no período do inverno amazônico, quando este ecossistema fica inundado, criando pequenos lagos onde ocorre grande incidência de peixes pequenos. No início do verão amazônico (junho) os moradores vão ao campo em busca destes peixes, em uma forma de pescaria chamada mocooca (ver item 4.3- Trabalho e Festa).

Fotografia 3 - Campo de Natureza, área que divide Vila Braba dos Sítios Xandai e Sapo.



Fonte: Medeiros, 2016.

Fotografia 4 - Vegetação encontrada no Campo de Natureza.



Fonte: Registro de Silvia Monteiro,
Trabalho de Campo, 2016.

Fotografia 5 - Tia Alaíde segurando flores típicas do Campo de Natureza.



Fonte: Registro de Silvia Monteiro,
Trabalho de Campo, 2016.

Rondam ainda o Campo de natureza superstições e lendas que acabam mediando a relação das pessoas com esse ambiente, como as histórias a seguir, recontadas cotidianamente, nas rodas de conversas (Ver Item 4.1), e em casos de visitas.

A “mulher do campo”¹⁸.

Estavam vindo no Campo quando ouviram o choro de uma criança. Quando o choro parava, então se ouvia um gemido de mulher. Uma dessas pessoas que viram essa mulher teria sido um senhor que fazia transporte de

¹⁸ Diversos narradores contam a mesma estória.

farinha a cavalo. Um dia ele saiu pouco depois da meia noite para levar farinha para a Vila do Carmo. Chegando lá ainda estava noite e ele decidiu voltar para buscar mais um frete. Veio carregado de baldes feitos de cumaru (Dipteryx odorata). Quando atravessava o campo o cavalo empacou, recusando-se a continuar caminhando. O montador fez o que pode, chegando a bater no cavalo para que ele andasse. Desceu do cavalo, tentou puxá-lo e nada. Então resolveu subir novamente, foi quando olhou para o lado e viu a mulher com a criança na boca, no mesmo instante em que o cavalo desandou a correr, espalhando os baldes de cumaru pela estrada, e salvando seu dono do mal que a mulher iria lhe fazer. Mas também, conclui, “quem mandou ficar pela beira da estrada altas horas da noite” (Tio Bena, trabalho de campo, 2017).

Outra estória muito contada é a dos dois compadres que foram caçar na véspera de Finados (dia 01 de Novembro). Fizeram a “varrida”, armaram a rede em árvores e ficaram à espera da caça. Foi quando um deles ouviu ruídos de alguém vindo. Quando chegou perto, era alguém todo de branco, que passou por baixo das redes e continuou seu caminho. Passou um tempo e lá vem outra pessoa: uma mulher, toda de branco também, que passou para o lado inverso que o primeiro homem tinha passado. Ouviram-se então sons altos de reza, de cantos. Um compadre olhou para o outro, já com medo, e se aquietaram. Quando viram, era um cortejo fúnebre, com todos vestidos de branco, e quando passaram embaixo das redes, alguém jogou algo para dentro da rede. Assim que passaram, os dois desceram rápidos, cortaram as cordas das redes, jogaram dentro dos paneiros e correram, sentindo que alguém vinha atrás deles. Chegaram à beira do rio, entraram no casco, foi quando ouviram uma voz: “o que te vá, que hoje era o dia de vocês!” (Tio Zeca, trabalho de campo, 2017).

Meratauá então era o local de roça na primeira conformação do território, e depois passou a ser local de moradia, por um breve período, que logo passou a ser de transição para a segunda conformação. Era como atualmente o são os sítios Xandai e Sapo, em Vila Braba: extensão dos locais de morada. Percebe-se, dessa forma, que os Pereirada vêm repetindo, há mais de quatro gerações, a mesma forma de territorialidade, com local de morada e roça separados. O Meratauá localiza-se às margens do Campo de Natureza e nesse contexto o campo significava a maior distância a ir - um limite colocado pelo próprio grupo.

Além das famílias já citadas, outras também tinham o Meratauá como local de roça, como é o caso da família Corrêa, de Neuza Corrêa, sogra de Dario Gonçalves. Em Meratauá os Souza, os Gonçalves, os Corrêa e os Portilho, na relação com outras famílias, formavam um pequeno povoado, dividindo-se entre a ilha e o sítio. É nesse período, nas vivências construídas entre o Mapiraí e o Meratauá, que Manoel Vieira Gonçalves e Esmerina Portilho de Souza se conhecem e se casam, e de onde migram, logo após o casamento¹⁹. Junto com a família Portilho de Souza, seguem para o sítio Patauateua.

ENTRE MERATAUÁ E PATAUATEUA

Para sobreviver na nova terra Manoel Vieira Gonçalves repete as atividades de seu pai, Gratuliano, pescando, colhendo o que a natureza oferece e plantando.

Fausto e Júlia e Gratuliano e Maria mudaram-se, com seus filhos, para o Meratauá e ali permaneceram algum tempo (sobre o qual não guardam na memória). Depois, Gratuliano e Maria retornaram para Mapiraí, e Fausto e Júlia deslocaram-se para Patauateua. Estes últimos, quando passaram a morar em Meratauá, seguindo prática anterior, transformaram Patauateua no local de roça. Os locais de roçado eram, e ainda são, “descobertos” pelas caçadas – exceto aqueles cujas motivações de deslocamento são aqui explicitadas. O local de roça primeiro foi local de caça. Sendo assim, as caçadas, que eram feitas em locais próximos ao Sítio Meratauá se estenderam até o sítio Patauateua, ultrapassando o então limite dado pelo campo de natureza, após o qual ainda havia mata “fechada”.

19 A forma mais comum de “casamento” nas vilas rurais da Região do Baixo Tocantins foi e ainda é a fuga, ou “roubo”, quando o casal “foge” de alguma festa, ou qualquer evento social, para casa de parentes que “aceitam” o casamento, consumando-o, e passando a morar juntos (WOORTMAN e WOORTMAN, 1993). O casamento, de forma oficial, ocorre depois, por ocasião de batizados de filhos (Igreja Católica) ou no cartório.

Figura 4 - Croqui do segundo território.



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

A partir dessa nova territorialidade a relação com a terra firme e igarapés será estreitada. O Rio Tocantins é deixado. Meratauá, com incorporação do Patauateua, mantém-se território. As terras do Mapiraí, pertencentes à Família Portilho de Souza, são vendidas posteriormente, venda da qual não se tem informação; as dos Vieira Gonçalves continuam até hoje com a família de Pituca, filha de Gratuliano.

As águas do Rio Tocantins foram substituídas pelas águas do Igarapé Patauateua, afluente do Rio Tambaí e subfluente do Rio Cairari. Estar próximos a igarapés é determinante para a escolha dos locais de morada do grupo, fato que pode ser percebido pela observação dos locais para onde foi se deslocando a família, sempre se colocando nas margens dos igarapés.

A partir do momento que o território passa a ter a segunda configuração, com a exclusão do Mapiraí e inclusão do Patauateua, o Campo de Natureza passa a ser uma linha divisória e não mais o limite.

Diante da notícia de que “alguém” queria vender aquele pedaço de terra, partem em busca de oficializar o que a prática já confirmara, que a territorialidade

estava em expansão. Depois da compra, Patauateua passa a ser o novo local de morada.

A apropriação de terra por via mercantil é um ato de honra para o grupo. A apropriação de outra forma, como por ocupação, sem que se tenha dado algo em troca pela terra é visto como desonroso, pois é vergonhoso apropriar-se do que não é seu e *tudo que existe tem dono*.

Nas narrativas sobre o passado, seus antepassados também compraram as terras, embora não haja registros de outras famílias ocupando aquele lugar. Note-se todavia que apenas a fração do território destinada à agricultura é concebida desta perspectiva. A relação de apropriação da fração do território na qual realizam caça, coleta, pesca e extrativismo se dá sem a mediação mercantil. É possível encontrar em Little (2002) uma interessante reflexão sobre este fato:

O regime (ou regimes) de propriedade que existe(m) dentro de um território determinado constitui “uma parte essencial do que chamamos a estrutura econômica de uma sociedade, visto que constituem a condição legal – embora não necessariamente legitimada para todos – que governa o acesso aos recursos e aos meios de produção” (GODELIER, 1986, p. 84 *apud* Little, 2002, p. 8).

O Sítio Patauateua está localizado à margem direita da PA 151, com entrada no Ramal da Neca (Piquiazal), na altura do KM 156. Na transição de Meratauá para Patauateua, na década de 50/60, encontram a localidade ainda com mata fechada (vegetação primária), em porção localizada após o Campo da Natureza.

Algo indeterminado nesse trabalho (por não se encontrar na memória do grupo) é o motivo dos Portilho de Souza (Fausto e Júlia) *abandonarem* a ilha, até então local de morada²⁰,

Sobre o tempo que viveram em Mapiraí, parece-me ser uma memória evitada. As duas pessoas que poderiam ter informações (Manoel e Francisco, irmãos de Esmerina) dizem não se lembrar da vida na ilha.

O porto da casa de Fausto e Júlia, em Patauateua, em tempos onde não havia caminhos ou estradas, era o local onde as pessoas dos sítios Lago Grande, Tambaí e Bom Jardim, que moravam “mais para dentro da mata”,

²⁰ Os Vieira Gonçalves, Gratuliano e Maria, não deixam o Mapiraí, onde continuam morando até o falecimento, na década de 70.

pegavam os cascos²¹ para poderem chegar até suas casas, localizadas à margem do Igarapé Tambaí-Miri. Assim acontecia com Galileu, irmão mais velho de Manoel, que nesse mesmo período migrou para o Sítio Bom Jardim, próximo do Rio Tambaí, em local conhecido por Lago Grande.

Patauateua foi, por muito tempo, o local mais animado das redondezas, onde ocorriam jogos de futebol, festas, portanto, era importante local de sociabilidade entre os grupos familiares, onde se encontravam os membros de todas as famílias circunvizinhas. A maioria dos casais de Vila Braba se formou nos eventos nesse local.

No Patauateua fica a Casa Grande do “pai velho” (como era chamado o vô Fausto). A casa é atualmente habitada por João Portilho de Souza (irmão de Esmerina) e sua esposa, Maria Herotildes (irmã de Luiza, esposa de Dario Gonçalves).

Fotografia 6 - Casa Grande, Patauateua.



Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

A localidade de Guajará é parte ilha e parte terra firme, banhada por um braço do Rio Tocantins. Em Guajará localizavam-se os maiores comércios daquela região, com venda de: alimentos, ferramentas de trabalho, vestuários e toda a sorte de miudezas, o que tornava a localidade uma referência comercial. O simbolismo que possui essas localidades para os camponeses que vivem

²¹ Canoas feitas de tronco único, cavada no interior e utilizando técnica de abertura com fogo para equilíbrio maior sobre a água.

distantes de centros urbanos ainda persiste. Quando se anuncia a ida aos locais de comércio, é choro de criançada, é encomenda de jovens, é recomendação de idosos. É ainda uma festa dirigir-se a estes locais, pois é neles que se concentram bens e serviços de desejo de muitos. Guajará entra na história do grupo quando Francisco (irmão de Esmerina) e Maria do Carmo se mudam para lá, com o intuito de entrar no ramo do comércio.

Foi no Guajará que eu nasci. O local era privilegiado também para nascimentos, pois lá morava uma das parteiras mais reconhecidas e procuradas da região, conhecida como tia Dalica (Margarida Cruz). O Guajará também tinha localização privilegiada por estar a duas horas de barco da sede do município, onde se podia chegar ao hospital de forma mais fácil, pois contava ainda com a ajuda de João (irmão da vovó Esmerina) - o tio comerciante que possuía barco.

Por esses motivos o Guajará se tornou um local atrativo para as mulheres da família que estavam por parir. Foi assim com minha avó Esmerina, mãe do papai, parindo pelo menos dois de seus filhos na localidade e também minha mãe, que, além de mim, pariu mais três de suas cinco filhas (uma falecida ainda na infância, aos oito meses, por complicação de sarampo – sua primeira filha). O motivo se sua última filha nascer no hospital foi o procedimento cirúrgico que sucedeu ao parto, para não ter mais filhos (isso aos 31 anos), tendo parido a primeira aos 21 anos de idade.

Então, com a mudança para Vila do Carmo, João cedeu-nos a casa no Guajará, onde fomos morar, como já dito. Minha mãe, professora, conseguiu transferência para a localidade, e dava aula em uma escolinha improvisada no antigo galpão de beneficiamento de arroz de tio João, local cuidado por ela e mantido, sem muita assistência, pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC) – chamava-se Escola Estadual de Guajará de Cima. Lembro-me que todos os móveis da escolinha foram feitos por papai, com madeira colhida por ele ou cedida pelos pais das crianças que estudavam lá. Mamãe chegou a cuidar sozinha, com todas as dificuldades, de mais de 70 crianças, de diversas idades, divididas em dois turnos, incluindo crianças com deficiências. Seu trabalho era alfabetizá-los, no que ela era muito boa, e ensiná-los até a quarta série. Foi nesta escola que eu e minhas irmãs fomos alfabetizadas. Somente no início da década de 1990 a SEDUC procedeu à criação de sala especial para crianças com deficiência e a partir daí mamãe passou a cuidar destes alunos no período da

manhã, lecionando 3ª e 4ª séries no período da tarde. Outra professora, que passou a morar na localidade após seu casamento com um jovem de lá, assumiu as 1ª e 2ª séries. O serviço público municipal também mantinha outra escola localizada próximo a de mamãe, onde a professora era tia Dalica.

Além da plantação de pimenta que possuíamos no Patauateua, e da roça compartilhada com outros parentes, meu pai assumiu o local do comércio deixado por seu tio, João, colocando mercadorias próprias. A casa era comercial-residencial: de palafitas, feita à beira do rio Guajará, a alguns metros do encontro deste com o rio Tocantins (Guajará, na verdade, é um braço deste rio). Na fotografia a seguir, registrada na frente da atual casa do Guajará (mantida por meu pai), podemos ver o encontro do Rio Guajará e Rio Tocantins, este à direita.

Fotografia 7 - Localização da casa no Guajará.



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

A primeira casa, já envelhecida, era composta de uma sala da frente, onde funcionava o comércio (chamado “venda”), com três portas para acesso, uma delas dava de frente para a porta da segunda sala, onde dormíamos e onde ficava a televisão, a estante e outros apetrechos domésticos. Continuando pela casa, se chegava à cozinha, localizada na parte direita e um quarto que só servia para guardar entulhos e gato ter filhote. Aos fundos outro compartimento com a máquina de bater açaí e uma porta de saída para o quintal, onde a alguns metros à frente se localizava o sanitário e logo à direita da casa, uma casinha com o motor de energia e o criadouro de porcos e galinha. O motor funcionava a diesel, fornecendo energia para a máquina de bater açaí e para iluminar a casa das 18 às 22 horas, ou desde que começava a primeira novela da noite e terminava a

última. Quando o óleo era pouco, a energia era desligada durante o horário do jornal.

A nossa venda era um típico comércio de interior, “tinha de tudo”, de prego a martelo, de palito de fósforo, vela, a combustível, de analgésicos a antibióticos. Dia de domingo, quando alguém da localidade matava um porco, era levado para ser vendido no comércio de papai, pelo próprio dono, que usava nossa balança. Vendíamos peixe pescado por nós: papai, minhas irmãs e eu, em nosso cacuri – espécie de armadilha para peixes²². A meu pai parecia faltar o “dom” da negociação e, não suportando a concorrência de novo comerciante que apareceu no local, logo fechamos as portas e meu pai continuou suas atividades na agricultura. Do Guajará íamos, no período da colheita da pimenta do reino, para Patauateua e Vila Braba. Aos poucos nosso núcleo familiar vai saindo do Guajará, primeiramente eu e minhas irmãs, em busca de educação formal, depois minha mãe, que abandona o Guajará de vez, ao se aposentar e vem morar conosco em Belém. Nosso pai continua no fluxo de ir e vir, entre Belém, Vila Braba e Guajará.

É percebida uma regra de sucessão por ocasião de deslocamentos. Prioritariamente os bens são repassados a algum parente, e esse repasse pode ser por posse somente, que chamam de “tomar conta” ou por compra, com preços abaixo do valor de mercado. Uma hipótese para a existência dessa regra pode ser o medo de perder suas terras para um estranho. O que posso afirmar é que todas as pessoas que mudaram em *busca de melhoria*, para as vilas ou cidades, foram substituídos, nas localidades, por parentes. Os motivos dados são os mais variados possíveis. Assim, quando Francisco (irmão de Esmerina) muda-se com sua família para a cidade de Cametá, em sua casa, no Guajará de Cima, fica a família de João, seu irmão. Quando João decide morar em Vila do

²² Furtado (1981, apud MORAES, 2005) descreve o cacuri como “uma espécie de cesto confeccionado com talas de jupati (*Raphia taedigera*), com a boca afunilada, onde o peixe penetra sem possibilidade de retorno” (p. 72). No entanto, para nós do Baixo Tocantins, o cacuri é uma armadilha para pegar peixes na qual se precisa da parceria do boto, como um cão de guarda das águas. É confeccionado com talas de palmeiras, principalmente açazeiro (*Euterpe oleracea*) ou paxibeira (*Iriartea Deltoidea*), com as quais se tece Paris (espécie de esteiras) de aproximadamente 5 metros de altura, montando a armadilha permanente com dois depósitos ligados por uma grande parede, razão pela qual também é conhecido como paredão. Na enchente, o boto persegue o peixe, que nada até encontrar a parede e segue o curso da parede até ficar preso no depósito. Quando a maré baixa é feita a retirada dos peixes dos depósitos.

Carmo, este vai até Bituba, onde morava meu pai Dario (seu sobrinho) e família, e propõe que Dario se mude para o Guajará, substituindo-o.

ENTRE PATAUATEUA E VILA BRABA

A chegada dos Pereirada em Patauateua acontece depois de Manoel e Esmerina já terem casado, lembrando que o casamento religioso se dava por ocasião do batismo dos filhos, em geral na Igreja Católica, em raras vezes com efeito civil. Nessa região, o casamento se dava pela consumação. Costumeiramente os noivos fugiam, ou ainda o homem “roubava” a mulher e após passarem a noite juntos já não se podia impedir que constituíssem família, ou seja, a família da mulher não podia tomá-la do homem.

Havia muitas histórias de impedimento de casamentos, chegando ao ponto de o homem ou a mulher, ou ainda os dois, serem expulsos de casa. Por quebrar as regras das interdições matrimoniais, muitos jovens ficavam até anos sem falar com seus pais, como é o caso de minha avó materna, Neuza, que passou cinco anos sem falar com Herotildes, sua filha, por esta ter fugido com João (irmão de Esmerina), fazendo transparecer a interdição matrimonial entre estas duas famílias.

Quem muda para Patauateua é o grupo familiar de Fausto e Júlia, do qual Manoel passa a fazer parte pelo casamento com Esmerina.

Há três hipóteses possíveis para que Manoel seja integrado à família de Esmerina, e não esta levada ao grupo de Manoel, como era usual. A primeira é o fato de que Gratuliano e Maria voltaram para Mapiraí, de onde já tinham saído para Meratauá, e possuíam um grupo familiar maior que o de Fausto e Júlia, com mais força de trabalho e, com disponibilidade maior de recursos, aparentemente, pois tinham maior quantidade de força de trabalho disponível, embora tivessem menos recursos financeiros. Ou seja, a força de trabalho do casal podia ser dispensada. O segundo motivo é o fato de que Esmerina era filha única de Fausto e Júlia, fazendo com que o casal quisesse que a filha continuasse morando com eles, como aconteceu durante, aproximadamente, 10 anos após o casamento desta. Um possível terceiro motivo é a busca por um lugar de morada, com perspectiva de melhorias, expectativa esta que o Patauateua criara, como novo lugar. Compreenda-se melhoria nessa sociedade como

abundância de caça (comida) e terras para plantar mandioca, que era a mercadoria que se podia vender no mercado, embora nem sempre com comprador disponível nessa época, mas que garantiria os mantimentos que não produziam, como açúcar e sal.

As terras de Vila Braba

O Bom Sucesso, em Baião, aparece na memória de Dario como o local onde ele ganhou uma rês, que foi usada para adquirir as terras de Vila Braba (GONÇALVES, 2015). O primeiro a ir para Bom Sucesso foi Carmo, irmão de Pereira, em busca de trabalho. Pereira e Bringela também vão, depois, tentar a vida lá, porém passam pouco tempo, retornando para Patauateua. Não obtive informações das atividades ali desenvolvidas.

Ao mesmo tempo, em Bom Jardim, às margens do Lago Grande – Rio Tambaí, o irmão de Pereira, Galileu, tinha feito amizade com a mãe de uma família, Sra. Ana, que tinha ficado viúva recente, com filhos pequenos e com dificuldade de mão de obra para os roçados. Ela, então, começou a dar terras para pessoas sem acesso à terra fazerem roças, dividindo a farinha após a produção, em regime de “terça”, onde a terça parte da produção ficava com ela e sua família. Com o tempo, Galileu acabou casando com Ana, morando em uma casa às margens do Rio Tambaí, na região do Lago Grande, Sitio Bom Jardim.

Pereira estava também “botando” roça nas terras de Ana, e após esta passar a ser sua cunhada, foi convidado a morar no Sitio Bom Jardim com sua família. Ele então construiu uma casa ao lado da de Galileu e Ana, e passaram a morar lá.

Segundo Dario, o acesso às terras de Vila Braba foi através da compra. Um homem chamado Costa estava querendo vender suas terras, o que chegou ao conhecimento de Pereira. Nesse tempo, o sitio Tambaí era mata fechada, com uma casa às margens do rio, e roça ao lado da casa. Era possível caçar na mata ao lado da casa também, e como a família tinha crescido, Pereira e Bringela compraram as terras, vendendo a rês que Dario havia ganhado do senhorio em Bom Sucesso e um rádio que era de Bringela, possivelmente recebido de seus pais. O animal e o rádio foram vendidos ao irmão de Bringela, João, que nesse tempo era comerciante em Guajará.

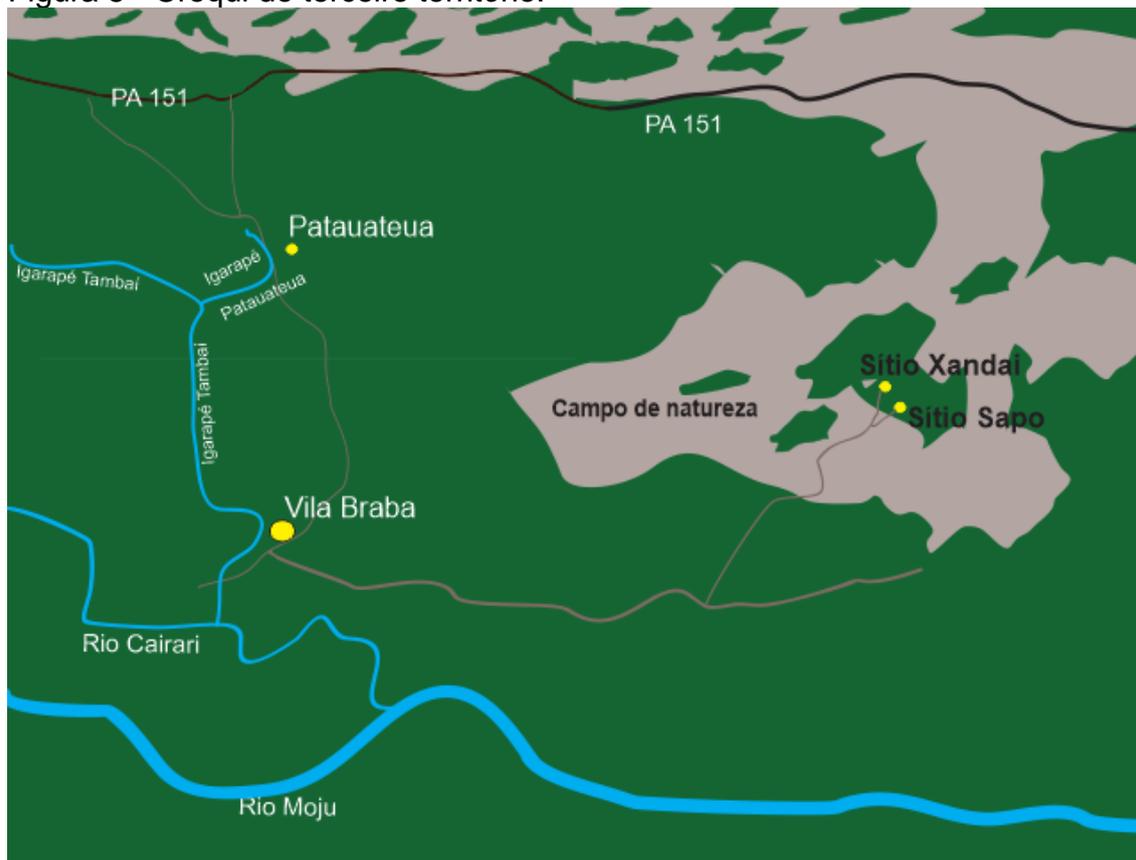
Francisco, em Mapiraí de Baixo, Guajará de Cima e na cidade de Cametá, e depois João, em Guajará de Cima e Vila do Carmo, mostram que o comércio sempre fez parte da trajetória familiar dos Portilho de Souza. No entanto, o comércio não era a única atividade, os Portilho de Souza também faziam roças, e já nas décadas de 80/90 passaram a plantar pimenta do reino na região do Baixo Tocantins, atividade até hoje desenvolvida por João e Francisco, em Patauateua, e pela Pereirada em Vila Braba.

Após comprarem as terras de Vila Braba, Pereira e Bringela se mudaram para lá. A casa ficava na beira do igarapé Tambaí, construída no estilo palafita, o que reforça mais uma vez nossa afirmação que a água ao alcance do grupo é essencial à sobrevivência de sua forma de vida. Nesse momento de mudança, Manduca, irmão de Bringela, também foi com a família, e ali começaram a plantar e caçar. O rio provia os peixes, em abundância. Temos a partir daí a reconfiguração do território do grupo, resultando no que há hoje. O território da Pereirada atualmente estende-se do campo de natureza (inclusive), nas proximidades da PA 151, passa por Patauateua, Vila Braba, até os sítios Sapo e Xandai, que se localizam após a travessia do campo de natureza, em faixa distante da PA 151.

Esse território agrega ainda os igarapés Patauateua e Tambaí, e os Rios Cairari e Moju. Em Patauateua estão terras pertencentes à família Souza, ascendentes da Pereirada, e é um local de ritos ainda. A festa de Patauateua é tão sagrada ao grupo como a Festa de Vila Braba. Nas proximidades do Patauateua ainda há locais de caça, utilizados, ainda que raramente, pela Pereirada.

Nas proximidades de onde era o Bom Sucesso, Alaíde e Rosa compraram um terreno, que hoje serve como porto para a pesca na área do Lago Grande.

Figura 5 - Croqui do terceiro território.



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Vila Braba é o local de morada, de roças e pimentais. De lá, segue-se pela estrada do igarapé Sucurijuquara, até novamente alcançar o campo de natureza, e atravessando-o teremos os novos locais de roça, Sapo e Xandai, que possuem configuração idêntica: pequeno alojamento, roças e pimentais. Foram comprados porque as terras de Vila Braba “estavam fracas”, ou seja, não suportavam mais a demanda de roça e pimental do grupo, que se vê obrigado a expandir o território. Os dois sítios foram comprados por “sociedade” entre os irmãos, melhor dizendo, quem pode contribuir financeiramente naquele momento (*Sítio Sapo*: Papai, tio Zeca, tio Eduardo, tio Cafuné, tio Alair, tio Mundico, tio Reginaldo, Jeová. *Sítio Xandai*: tio Zeca, tio Eduardo, tio Cafuné, tio Alair, tio Mundico, tio Reginaldo) “ajuda” a comprar as terras, e todos que moram em Vila Braba a utilizam.

Depois de todo esse percurso há no grupo um sentimento intenso de pertencimento à Vila Braba, mesmo que se pense que o tempo de morada na localidade seja pequeno. Little (2002) pondera esse possível crédito ao tempo x sentimento de pertencimento.

A situação de pertencer a um lugar refere-se a grupos que se originaram em um local específico, sejam eles os primeiros ou não. A noção de pertencimento a um lugar agrupa tanto os povos indígenas de uma área imemorial quanto os grupos que surgiram historicamente numa área através de processos de etnogênese e, portanto, contam que esse lugar representa seu verdadeiro e único *homeland*. Ser de um lugar não requer uma relação necessária com etnicidade ou com raça, que tendem a ser avaliadas em termos de pureza, mas sim uma relação com um espaço físico determinado (LITTLE, 2002, p. 10).

O território, ocupado durante gerações, não é definido somente pela extensão territorial e os recursos naturais nele existentes, mas também pelos símbolos que representam a ocupação de longa data, como as roças antigas, os caminhos e também os mitos e lendas, o que os tornam ligados a ele.

Buscando as motivações para tantos deslocamentos, pudemos concluir que, em sua origem e reprodução social, este grupo, ao deslocar-se, apresentava motivações semelhantes àquelas identificadas em pesquisas com outros grupos camponeses, como no trabalho de Magalhães (2002), Hebette (2002), Nogueira (2014). No universo dessas motivações, temos a busca por uma vida melhor como uma constante, como cita Magalhães (2002):

[...] é através do que designam busca de *melhoria* que verbalizam os diversos motivos individuais que estão na raiz da emigração. Motivos, por sua vez, não redutíveis – como fazem ver muitas análises sobre emigração de grupos camponeses – à expropriação da terra e/ou à pressão de outros grupos sociais. A *melhoria* diz respeito a uma série de fatores importantes para o desempenho social e econômico [...] (MAGALHÃES, 2002, p. 266).

Ao chegarem às terras onde hoje existe a Vila Braba encontraram condições que possibilitaram a permanência da família. É sobre esta nova fase que tratamos a seguir.

4. VILA BRABA: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL DE UMA SOCIEDADE CAMPONESA AMAZÔNIDA

Vila Braba ocupa um lugar central no território, é a partir dela que se constroem as distâncias. É o lugar sagrado, onde “nossos pais deram o suor para criar a gente”. Ali, “quem deixa entrar terra da Vila Braba no canto da unha já sabe, não sai mais de lá”.

Fotografia 8 - Placa na entrada da comunidade.



Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Indagado sobre a origem do nome da comunidade, Dario conta que foi um vizinho que morava do outro lado do Tambaí que a batizou como Vila Braba, inspirado pela forma expansiva de falar de seus moradores, que fazem muito barulho, dando a impressão que se trata de discussão e não de amistosa conversa. No entanto, como eles mesmos fazem questão de enfatizar, *são gente de paz*.

Veza ou outra surge conversa quanto à grafia do nome da comunidade, pois há aqueles que, movidos por questionamentos externos, dizem ser Vila Brava, e não Braba. Isso parte especialmente dos mais jovens.

Já mudaram o nome do time (de futebol da comunidade), agora querem mudar o nome da comunidade. Foram os mais velhos que colocaram esse nome, agora os mais novos já querem

mudar. Diz que já é Vila Brava. Era assim (Vila Braba) que os mais velhos falavam (Luiza, trabalho de campo, 2017).

Ao principiar a ocupação de Vila Braba, a família era composta pelo casal, Esmerina e Manoel, e seus filhos Liduina, Rosa, Dario, Bernadete, Fátima, Eduardo, Reginaldo e José Ivanildo (Zeca). Já morando no local, a família foi acrescida com os filhos Manoel, Benedito, Alaíde e Alair, nascidos em Guajará, na casa de Francisco (irmão de Esmerina) e sua esposa, Maria do Carmo, onde, conforme mencionado, morava a parteira que atendia àquelas localidades.

Vila Braba era considerada distante, geograficamente, e sem acesso algum por terra sem que fosse enfrentando a mata fechada. Para chegarem lá, seguiam o curso do rio Tambaí, usando cascos²³ fabricadas por Pereira, conhecimento adquirido com seus antepassados e transmitido a seus filhos. Ainda hoje tio Eduardo, Zeca e Reginaldo fabricam cascos utilizados em Vila Braba. Quando chegaram ao local que originou a comunidade já havia uma casa construída pelo antigo morador, às margens do igarapé Tambaí – que até então era o único acesso. Os Pereirada moraram nesta primeira residência durante algum tempo (que não foi precisado), construindo outra casa em seguida.

Como o papai sabia tirar madeira e também era carpinteiro e a primeira casa era mais estragada aí ele fez uma casa nova pra nós morar. Foi na mata e tirou madeira. Ele fez também a casa de forno. Ai nós abandonamos lá a casa velha (Tio Zeca, trabalho de campo, 2017).

Escolhido o local para a construção da “casa grande”, esta foi orientando a organização espacial da comunidade que ia se formando.

Além da casa de morada, era essencial que outras condições fossem criadas para morar no local, então implementaram roças e construíram a Casa de Forno (como chamam a Casa de Farinha), que é o espaço onde ocorre o beneficiamento da mandioca - principal gênero cultivado pelo camponês da região.

²³ Na região, há diferença entre cascos e canoas. Cascos são as embarcações feitas de um só tronco de árvore, utilizando o fogo para abrir a madeira; canoas são embarcações feitas de tábuas, utilizando diversos pedaços de árvores.

Fotografia 9 - Casa Grande, a primeira casa construída pelo casal fundador. Fotografia 10 – Vovô Pereira.



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

O igarapé permitia a pesca, a mata fornecia frutos, leite²⁴, madeira e caça; no quintal criavam animais para o consumo, mas o item essencial da alimentação era e ainda é a farinha de mandioca e seus subprodutos, como beijus (tipo de biscoito), farinha e pipoca de tapioca. Todos estes aspectos possibilitaram a produção de alimento e a reprodução das relações.

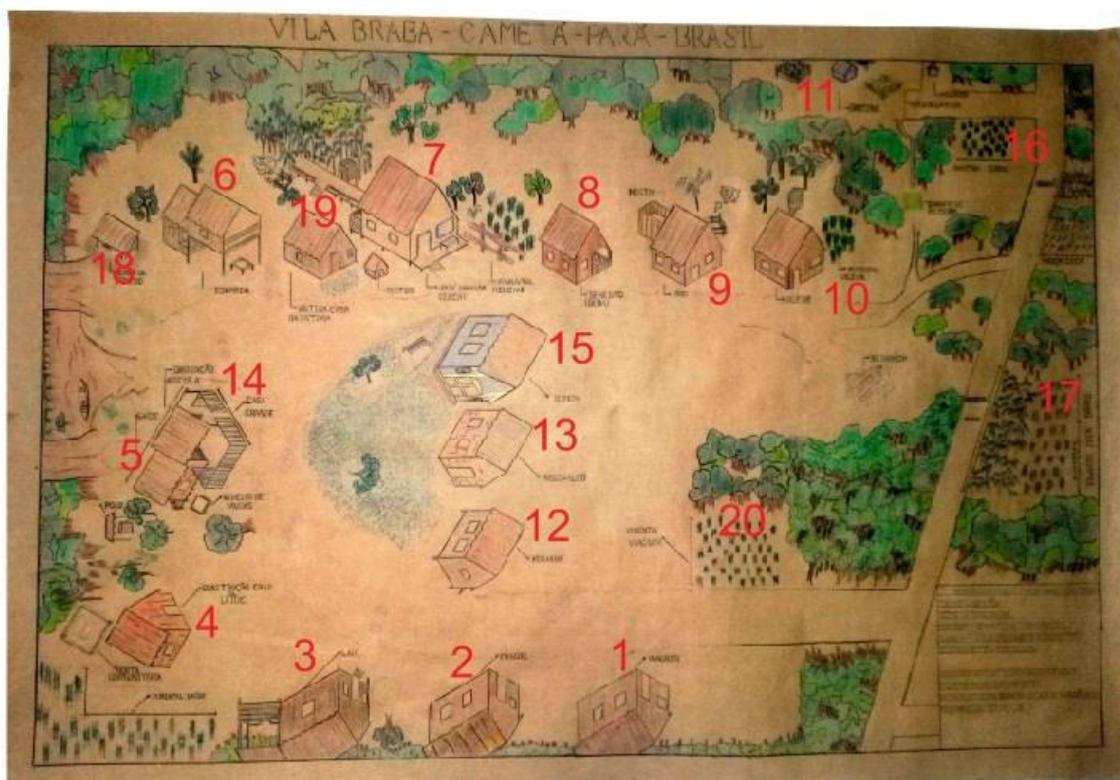
Os anos se passam e os filhos crescem. A cada filho que se casava, novo núcleo familiar era formado, dada as regras das trocas matrimoniais. Para a Pereirada, não consegui visualizar nenhuma regra determinante que explicasse quem deteria direito de permanência na comunidade ou se mudaria. Tanto homens (Eduardo, Santino, José Ivanildo, Reginaldo) como mulheres (Rosa, Alaíde, Fátima), após os casamentos, constituem moradia em Vila Braba, de modo que posso afirmar que o casamento não é um marcador para a permanência ou não em Vila Braba.

Hoje na localidade há um total de doze residências, sendo que duas são construídas em alvenaria (da tia Alaíde e tio Reginaldo), três são de madeira (do Tio Zeca, prima Regiane e Casa Grande) e as outras sete são mistas, ou seja,

²⁴ Os leites de Amapá (*Parahancornia fasciculata*) e sucuba (*Himatanthus sucubus*) são utilizados como remédio para problemas estomacais e intestinais. Já o leite de maçaranduba (*Manilkara huberi*) era utilizado como alimento, em mingau de arroz, porém hoje, devido ao desmatamento, são raramente encontrados na região.

mescladas com parte em madeira e parte em alvenaria; é também de madeira o barracão, uma sede de festas (hoje abandonada pelo fracasso do empreendimento proposto por tio Cafuné); e quanto à Igreja, esta é toda em alvenaria. Construções que, somadas à Casa de Forno, formam o núcleo de Vila Braba. Percebe-se uma mudança na construção das casas, que saem da madeira para a alvenaria, porém, ainda não se pode afirmar que isso determine posições na comunidade, pelo que percebo a decisão é tomada pelo acesso do material. Pela dificuldade em se encontrar acapu (*Vouacapoua americana*) para esteios, o piso é feito de alvenaria, e o restante da casa em madeira. Reginaldo e Alaíde foram os primeiros a mudarem para material de construção em alvenaria, porém, pelo que se percebe já há certo arrependimento, pois suas cozinhas foram adicionadas à casa, em madeira, por ser melhor para trabalhar.

Figura 6 - Croqui da formação da comunidade em 2015.



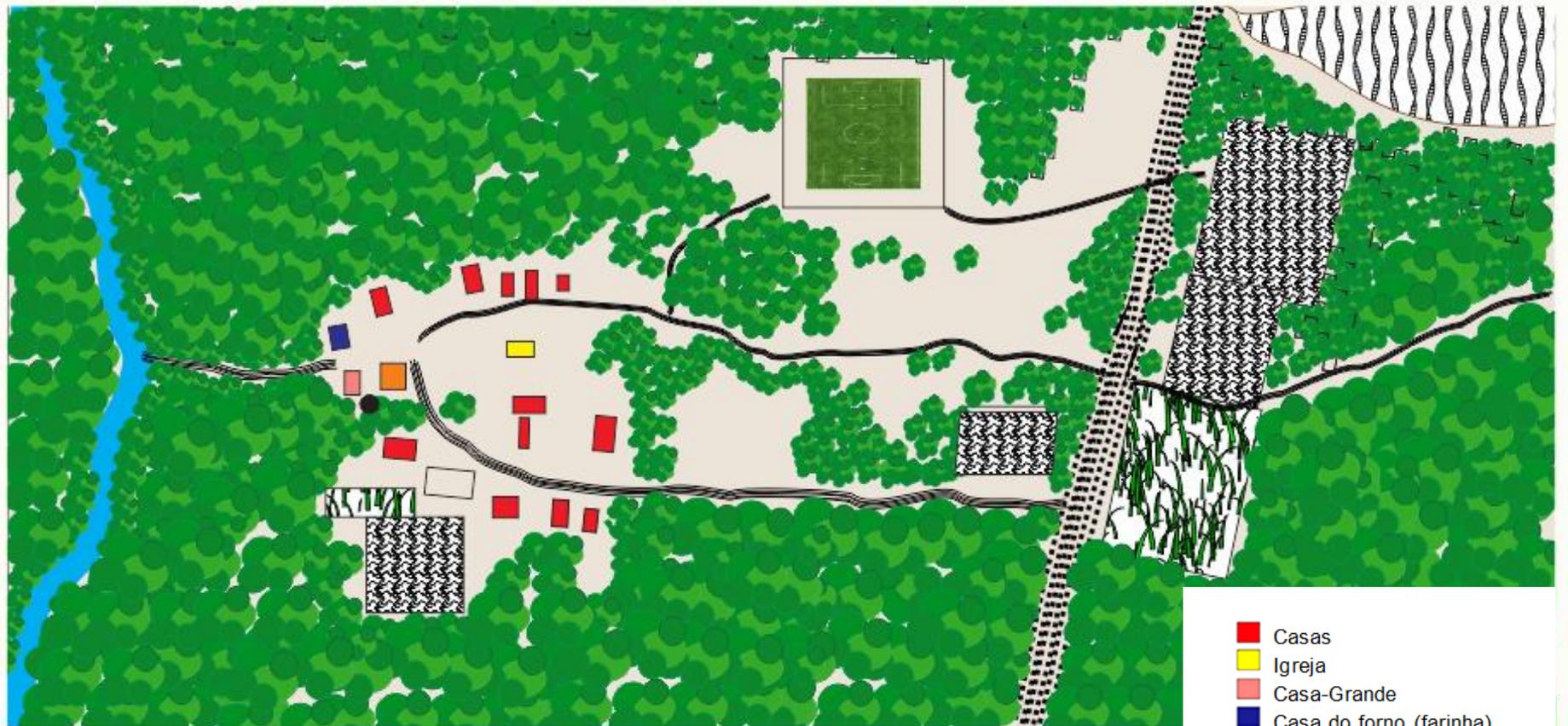
Fonte: RODRIGUES, 2015.

Legenda: 1: Wagner - 2: Manoel (Cafuné) - 3: Alair - 4: Alaíde - 5: Casa-Grande - 6: Eduardo - 7: Zeca (J. Ivanildo) - 8: Benedito - 9: Rosi - 10: Vilene - 11: Sitio Beija-Flor - 12: Regiane - 13: Reginaldo - 14: Barracão - 15: Igreja Católica - 16: Plantio de dendê - 17: Pimental e roças - 18: Casa do forno (farinha) - 19: casa para guardar pimenta - 20: Pimental.

A disposição das casas se dá, atualmente, pela divisão do quintal. Explica-se: a resposta para a pergunta “com quem eu vou dividir o quintal?” é

determinante para a escolha das casas, atualmente. Tio Bena construiu sua casa ao lado da casa de Tio Zeca, uma vez que suas esposas são irmãs e quando eles (Tio Bena e tia Livramento) não tinham casa “paravam” na casa do Tio Zeca. Tia Alaíde fez casa mais perto de Alair e Cafuné, com quem faz roça também, ou seja, com quem as relações são mais estreitas. Rosi e Vilene, quando fizeram suas casas, foram pra onde ainda não tinha ninguém com quem se dividir o quintal, em uma forma de expansão da Vila.

Figura 7 - Croqui de espacialização da Vila Braba.



Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Figura 8 - Croqui de disposição das moradias segundo descendência.



- Tio Eduardo e filhas
- Tio Zeca
- Tio Bena
- Casa-Grande
- Tia Alaíde
- Tio Alair
- Tio Cafuné
- Tio Reginaldo e filhos
- Tia Dete
- Igreja Católica
- Barracão de festa
- Casa do forno

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

São descendentes de Esmerina e Manoel 13 filhos, 62 netos, 23 bisnetos e 8 tataranetos. Dentre os treze filhos que Manoel e Esmerina tiveram, oito moram atualmente em Vila Braba: Eduardo (49), Reginaldo (46), José Ivanildo (45), Manoel (43), Benedito (40), Alaíde (38) e Alair (37), todos com seus respectivos cônjuges, exceto Benedito que se divide entre a casa e o trabalho em Vila Braba e outra casa em Cametá, onde ficam sua esposa e filhos. Moram também na comunidade famílias pertencentes à segunda geração, netos dos fundadores: Vilene e Rosi (filhas de Eduardo); Wagner e Regiane (filhos de Reginaldo). Santino (62 anos) e seus filhos Jarlene e Eládio moram no sítio chamado Beija-Flor, em uma parcela de terra retirada do território de Vila Braba.

No início da década de 90, Esmerina falece deixando ainda jovens os filhos Ivanildo, Manoel, Benedito, Alaíde e Alair. Manoel não tornaria a se casar, permanecendo viúvo até sua morte, em 2011. Na casa grande ficou morando com ele sua filha Alaíde, mesmo depois de casada. Em 06.07.2017, durante a noite, quando a Casa-Grande era ocupada pela família de Rosa por ocasião da Festa da Padroeira da comunidade, Nossa Senhora de Nazaré, a Casa-Grande ruiu, ferindo diversas pessoas, pois, por ter ficado sem morador fixo, os cupins acabaram estragando as madeiras. Atualmente, restam somente os escombros no local, infelizmente.

No início da década de 2000, o marido de Alaíde, Raimundo, decide mudar-se para Cametá em busca de melhoria de vida e trabalho e Manoel segue com eles. Quanto aos outros filhos, atingindo a idade adulta, José Ivanildo (Tio Zeca) contraiu matrimônio com Sebastiana (Tia Sabá) e estabeleceu moradia na localidade; Manoel (Tio Cafuné) também casou-se, com Valdinéia (Tia Néia), migrando para a casa da família de sua esposa, em Maxixe Assado. Benedito (Tio Bena) também migra quando se casa com Maria do Livramento (Tia Livramento), para a cidade de Cametá. Dentre os filhos, Tio Alair foi o único que migrou para estudar, sendo o único de sua geração a completar o ensino médio e concluir graduação, voltando depois para a comunidade para trabalhar como professor, trazendo consigo sua esposa, Tia Elane, de Ananinzal. No final da década de 90 esse processo migratório estava mais consolidado, pois Tio Reginaldo, Tio Zeca, Tia Rosa, Tia Fátima e Bernadete (Tia Dete) também saíram da comunidade para viver em áreas urbanas próximas, como Vila do

Carmo, Mocajuba e Cametá. Após breve período, Tio Reginaldo e Tio Zeca, assim como o fez Tia Alaíde, retornam, com seus cônjuges e filhos.

O único dos irmãos que nunca migrou foi Tio Eduardo que, durante cerca de três anos, viveu em Vila Braba somente em companhia de sua esposa, Tia Rosinha, e as quatro filhas. Primeiro retornou à Vila Braba o vovô Pereira com tia Alaíde e sua família, depois retornam tio Reginaldo e tio Zeca em fins dos anos 2000. O “pai velho” viveu ainda cerca de 10 anos na localidade, até seu falecimento. Esta dispersão dos irmãos por lugares diversos tem como explicação comum o mesmo motivo para os deslocamentos que se sucederam na história de seu povo, mudaram em busca de melhorias. O distanciamento de serviços, como a educação para os filhos está no norte destas melhorias almeçadas, assim como as condições de trabalho na terra.

Aos poucos, os demais irmãos foram retornando para Vila Braba, reocuparam casas, reconstruíram e construíram outras. Voltaram para a vida na roça. Quando questionados o porquê do retorno dizem que “não se acostumaram”. Tio Zeca conta uma história engraçada de uma dessas tentativas de mudança.

Quando a gente se mudou pra Vila (do Carmo), diziam que na cidade a gente não janta, na cidade a janta é café com pão. Aí chegamos lá e de tarde eu comprei uma saca de pão. Sabá fez o café e nós tomamos né, então já tinha jantado. Rapaz! Quando deu umas nove horas da noite eu tava doido de fome, chega o estômago roncava. Tive que sair atrás de mortadela e açaí pra comer. Vim embora. Negócio de jantar café com pão não é pra mim (Tio Zeca, trabalho de campo, 2017).

Os filhos do casal fundador que não moram na comunidade mantêm relação próxima com o território. Cultivam roças mesmo não residindo no local, por exemplo. Dada às práticas cotidianas que perpetuam costumes e orientam a vida na comunidade, é constante a presença daqueles que por motivos diversos residem em outras localidades: retornam sempre aos finais de semana, participam das festas de santo (como a da padroeira da comunidade, Nossa Senhora de Nazaré, comemorada no dia 7 de setembro) e festas não religiosas, como o festival do Camarão, que é festejo familiar que tem por objetivo reunir os Pereirada (celebrada no dia 31 de maio); a participação em aniversários, casamentos, batizados, funerais. Nas atividades laborais, participam, às vezes, de convidados de planta ou fabricação de farinha.

O segundo motivo pelo qual eu mais me fiz presente na comunidade, excetuando os momentos da pesquisa e festas, foi para participar de velórios. Percebemos que as famílias dos mortos esperam que “a família” se faça presente. A ausência é comentada ao pé do ouvido nas rodas de conversa durante o velório e lembrada posteriormente:

A atitude e a forma de participação de uma pessoa em um velório, enterro, cremação ou cerimônia religiosa evidenciam tanto sua posição no grupo quanto seu vínculo com o falecido. O exame das práticas mortuárias fornece um conjunto de dados acerca do comportamento dos parentes – e da própria estrutura familiar –, e também da comunidade (COHEN, 2002, p. 1 *apud* RACHEL e EDLAINE).

Assim como “a morte reitera os vínculos entre os membros da comunidade e confirma o pertencimento individual” (RACHEL E EDLAINE, 2011, p. 98), a ausência destitui os ausentes da condição de parentes, no sentido de aceitação dos mesmos. É parente quem participa. Quem se ausenta, mesmo tendo a mesma consanguinidade, passa a ser visto de forma diferenciada. Com risco de exagerar, mas pelo que se mostra, o acúmulo das ausências pode causar a rejeição, e tal exagero decorre da percepção dos convites que recebemos para apadrinhamentos após o começo das participações nos ritos. Tais apadrinhamentos demonstram a necessidade de se estreitar cada vez mais os laços, como já explicado.

É a religiosidade um aspecto constitutivo importante da sociabilidade na comunidade e desta com outras. A igreja de Vila Braba foi construída há cinco anos, feita em homenagem à padroeira da comunidade, Nossa Senhora de Nazaré. Antes de possuir comunidade/igreja própria, se dirigiam à Vila de Patauateua para participar das celebrações realizadas na Igreja de Santa Maria - padroeira de lá. Mas também realizavam algumas celebrações no Barracão construído em regime de mutirão. O barracão ainda hoje é utilizado para velórios e uma vez que a pessoa tenha sido velada em um espaço, o mesmo passa a receber sempre as celebrações religiosas por esta pessoa.

Fotografia 11 - Igreja de Nossa Senhora de Nazaré.



Fonte: Trabalho de Campo, 2015.

Quanto às missas, estas são realizadas na igreja. No barracão acontecem ainda as festas da comunidade (de santo ou não). É no barracão também que ocorrem as aulas dadas às crianças até a 4ª Série. As aulas são ministradas pelo Tio Alair, que é contratado pela Prefeitura de Cametá.

A presença de pessoas no barracão é constante. Nos fins de semana em que há muitos moradores presente, costumam reunir-se para jogar baralho ou dominó. Trata-se de um espaço muito usado pelos jovens da comunidade para ensaios para celebrações religiosas, ensaios para quadrilhas juninas ou mesmo para repetirem os jogos dos mais velhos.

Fotografia 12 - Barracão.



Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

4.1 O COTIDIANO

Papai não tem casa em Vila Braba. A casa sobre a qual falo é a do tio Zeca, mas poderia ser qualquer uma das existentes na comunidade, com a diferença que nesta casa, assim como na de tio Bena e Alaíde, não há crianças pequenas, o que confere um ritmo um pouco diferente. É a partir desse meu local de hospedagem que conto um pouco sobre o dia a dia da comunidade.

Se você não é o que acorda primeiro, sempre é despertado pela conhecida conversa alta ou por um grito de alguém do lado de fora chamando alguém do lado de dentro, ou de alguém de dentro tentando comunicação com pessoas de outra casa da comunidade. Tio Zeca costuma acordar junto com o sol, ou seja, pouco antes das seis horas da manhã, e muitas vezes é ele quem faz o café; em seguida acorda meu pai, quando esta por lá, e tia Sabá. Aos poucos os demais vão despertando ou sendo despertados – refiro a meus primos e quem mais estiver na casa, como eu, minha mãe, minhas irmãs e seus filhos ou algum outro parente ou convidado da família. Conforme vão se levantando, uns se dirigem para a cozinha em busca do café, outros para uma pequena área construída na frente da casa, que tem assento e é o lugar da conversa e dos jogos.

Este horário informado é quando não há trabalho na roça, ou quando este trabalho é em roçado próximo às casas. Quando é necessário ir para as plantações mais distantes, como as do Sapo ou Xandai, todos que vão acordam mais cedo, por volta das quatro da manhã, saindo antes do sol nascer. Nestes casos, como a ida é menos constante, por ser mais distante, é comum que pessoas de todos os núcleos familiares aproveitem a viagem, desta forma o trator parte repleto de pessoas e seus aparatos para mantê-los quase o dia todo nessa jornada.

Quando não há trabalho na roça, o dia é consumido em atividades diversas, especialmente no caso dos homens, aos quais não competem as atividades domésticas. Põem-se a andar entre as casas, conversam, jogam, banham-se no igarapé, pescam, arrumam equipamentos de trabalho. Quando a dona da casa chama pra almoçar, é sagrado que se largue tudo que estão fazendo para responder ao chamado. Após o almoço é hora da, igualmente sagrada, *peleca* (sesta), quando cada um se deita em algum canto da casa,

especialmente na sala, local tradicional de dormida, ou utiliza-se de sua rede antes suspensa ao amanhecer. O televisor pode ser ligado para acompanharem os telejornais e entreterem-se com as demais programações. Descansados, muitos levantam, homens e mulheres, em grupos separados por sexo, e dirigem-se para se refrescarem no igarapé e darem continuidade ao dia que funciona como se deu o período da manhã.

O elemento lúdico é um componente importante na reprodução das relações entre os indivíduos, entendido como um elemento que possibilita a interação humana através de seus vários mecanismos, como o jogo, a brincadeira (KISHIMOTO, 2014). Em Vila Braba, o tempo de vida é assim empregado, predominantemente entre o espaço do trabalho e o da casa, mas também no igarapé e no barracão.

Os momentos de ludicidade animam a convivência aos fins de semana, mas também nos demais dias. Um evento cumprido tradicionalmente é o jogo de futebol todo final de semana, podendo acontecer também ao longo da mesma. Como sábado e domingo são dias privilegiados para o jogo, o eventual será se não houver. Nestes dias, todos já estão preparados para este momento. Em dias de semana a motivação para o jogo não precisa ser excepcional, bastando que um ou dois mais animados comecem a ir de casa em casa incitando os demais, e logo os times estarão formados. Quando não alcançam quantitativo suficiente para o jogo de futebol, o esporte pode mudar, mas o objetivo que é a diversão não, pois praticam também o voleibol, em quadra improvisada no centro da vila. Neste tipo de jogo mesclam-se homens e mulheres nos dois times.

Quando os jogos de futebol não são feitos no campo de futebol, quer em times formados por membros desta, ou em disputa com times de outras localidades, seguem para comunidades vizinhas. Esse deslocamento possui grande simbolismo. Não se trata da disputa em si. É criado um compromisso, implícito, de um time, ou vários, se deslocarem entre as comunidades para realização de jogos ou torneios. Estes torneios geram recursos que podem ser revertidos para diversos fins, como, por exemplo, contribuir com alguma necessidade da Comunidade Católica local. Meu primo, Gervásio, filho de tio Santinho, é responsável por um time que agrega jovens do Sitio Beija-Flor e Vila Braba. Nas disputas que está organizando no momento o recurso tem por fim inscrever seu time nos campeonatos locais. Em Vila Braba, Alailson, filho de tia

Alaíde, também é responsável por um time, cujos jogadores dividem-se com o time de Gervásio.

O futebol é jogado por homens, mas também por mulheres. Primeiro disputam os times de mulheres depois o dos homens.

Fotografia 13 - Jogo de futebol feminino no campo de Vila Braba.



Fonte: Registro de Silvia Monteiro,
Trabalho de Campo, 2016.

Fotografia 14 - Jogo de futebol masculino no campo de Vila Braba.



Fonte: Registro de Silvia Monteiro,
Trabalho de Campo, 2016.

Apesar de haver o respeito que garante a participação das mulheres nessa atividade lúdica, alguma diferença é sentida quando, por exemplo, se pensa no prêmio para as equipes vencedoras. Em um dos torneios, enquanto

que para o time de mulheres o prêmio foi meia banda de frango assado, para o time masculino vencedor o prêmio foi um porco.

Neste ano de 2018, quando estive lá durante a Semana Santa, pude acompanhar mais uma vez um destes momentos de encontro entre duas comunidades, quando homens e mulheres de Vila Braba se deslocaram, em comitiva, em direção à Comunidade Livramento. Enquanto uns seguiram de moto, grande parte deslocou-se sobre o trator, especialmente mulheres e crianças, muitas crianças – este levando cerca de 30 minutos para chegar ao local do jogo.

Como de costume, no encerramento dos jogos, após o retorno à comunidade, se concentram na frente de alguma das casas, em especial a do tio Zeca, pondo-se a conversar sobre o jogo, quem fez ou não fez gol, quem perdeu gol feito, *quem não tava prestando pra nada*. Aos poucos foram se dispersando. Enquanto uns seguiram para suas casas, outros foram para o banho no igarapé – mulheres primeiro, e juntas, se ainda for dia; com homens em seguida.

A tradição do jogo de futebol já é seguida pelas crianças da comunidade, recebendo incentivo dos adultos. Na Fotografia 15 vemos um desses momentos do jogo da criançada, que costuma ser realizado no centro da comunidade, em frente à igreja. Ao redor, os adultos, divididos em torcidas, incentivavam as crianças. Neste jogo, em especial, havia crianças de Vila Braba e também aquelas dos Pereirada que moram em Mocajuba e Belém.

Fotografia 15 - Jogo da criançada visto da casa de tio Zeca.



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Fotografia 16 - A criançada e a torcida.



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Fotografia 17 - Os jogadores (da esquerda para a direita): Ruan, João, Maicon, Felipe, Alex e Geovane.



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Apesar de na fotografia aparecerem apenas meninos, meninas também jogam. Costumam fazer times mistos. Neste dia duas meninas participaram do jogo.

Depois de uma tarde de jogo a diversão continua à noite, com os jogos de baralho ou dominó. Basta que alguém pegue o baralho que logo aparece parceiro, mesmo que seja criança. O jogo de pife (pife-paf) é o mais jogado, porém o de serra²⁵ é o mais divertido. Durante a semana santa, o sete e meia

²⁵ Joga-se com dois times de três jogadores, sentados alternadamente. Para começar, cada um tira uma carta, o jogador que tirar a maior carta vai embaralhar, sendo que o jogador próximo à direita irá “cortar” e também distribuir as cartas, em número de três, começando por si mesmo, quando deve escolher dentre as suas cartas aquele que será o tronfo (trunfo). Isso significa que o time de quem embaralhou está “em cima” do outro time, ou seja, se ganhar a partida continua embaralhando, até ganhar três partidas consecutivas, quando o outro time será “serrado”, utilizando-se as cartas para “cortar” o pescoço dos jogadores adversários. A vitória se define pelo

(conhecido popularmente como Sete e Meio) é o jogo tradicional. Em questão de minutos a roda está cheia. O café não demora a chegar, preparado pela dona da casa, muitas vezes acompanhado de beiju ou pipoca (espécie de biscoito preparado de goma de mandioca). Nestas rodas de jogo e de conversa os fatos do dia são lembrados, seja os relacionados ao trabalho, ao jogo de futebol ou aos demais assuntos de interesse do grupo. Em momentos como estes também são revividas memórias do passado, quando um fato recente as faz lembrar.

Fotografia 18 - Jogo de baralho com a criançada²⁶.



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Enquanto moradores da casa e da vizinhança se divertem no tendal²⁷ da residência, na cozinha a dona da casa faz o preparo da alimentação em uma atividade quase sempre solitária.

O jantar costuma ser servido por volta das sete da noite, ou no horário que o preparo permitir. Anunciado o jantar, desfaz-se a mesa de jogo. Quem é da casa segue para a cozinha, junto com algum convidado para jantar, quem não é segue para seu lar.

número de biscoitos (Ás, Sete e cartas com figuras) conseguidas. No entanto, este jogo contém uma espécie de morte súbita, pois o jogador que pega a carta Sete do trunfo deve jogá-la sem que algum jogador do time adversário esteja com o Ás e ainda por jogar na rodada. Se o jogador detentor do Ás ainda estiver por jogar, o adversário fará o que chamam de “chia”, ou seja, jogará o Ás em seguida ao Sete, encerrando a partida naquele momento.

²⁶ Ao fundo, no chão da frente da casa, a pimenta do reino de Tio Zeca secando sobre a lona.

²⁷ Como chamam a construção feita na frente das casas, e que é o principal local para as rodas de conversa.

Fotografia 19 - Tendal na frente da casa de tio Zeca.



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

A composição da mesa de refeições é outro momento peculiar e importante para a socialização do grupo, a ponto de se ouvir falar que a mesa cheia de gente dá até gosto de comer, que a comida fica sem gosto com a casa vazia. O significado dessa observação feita por Tio Zeca costumeiramente, e repetida por outros, só é possível quando se tem a experiência de vivenciar uma roda de almoço em uma das casas do grupo em dia de família reunida.

Na mesa, item privilegiado é o açaí, que deve estar presente tanto no almoço quanto no jantar. Quando há fartura de carne de caça, ou outra, ou ainda o tão prestigiado peixe, especialmente se for o mapará, ouve-se repetir a frase “não vou me atrapalhar com isso não”, se referindo a feijão, arroz ou macarrão, bastando apenas que, para acompanhar a proteína e o açaí, haja farinha.

No preparo das carnes é mais comum que sejam assadas ou cozidas, do que frita, a não ser que seja o que chamam de mapará fifite, que é o filhote deste peixe e cujo aproveitamento se dá melhor nesta forma de preparo.

Fotografia 20 - Mapará assado na brasa.



Fonte: Registro de Silvia Monteiro, Trabalho de Campo, 2016.

A despeito da pesca e comercialização deste peixe tradicional para os moradores de Cametá, obedece-se à legislação específica. A pesca de peixe com medida abaixo de 30cm é proibida, tanto para consumo como para comercialização. A pesca predatória não é vista com bons olhos, o que me faz lembrar do dia que tio Eduardo chegou com dois quilos de mapará fifite e levou grande repreensão de tio Zeca, que repetia “é por isso que pescam o bicho pequeno, porque tem o Eduardo pra comprar”.

Fotografia 21 - Mapará fifite.²⁸



Fonte: Site da Prefeitura de Cametá

²⁸ Quando são apreendidos peixes pescados fora dos padrões estabelecidos por lei específica eles são doados para comunidades carentes do município. <http://prefeituradecameta.pa.gov.br/semma-realiza-apreensao-de-mapara-fora-tamanho-padrao-permitido/>.

Tomando como exemplo a casa de tio Zeca, na hora do preparo do alimento o cheiro exala na casa toda, especialmente porque o fogão a lenha fica localizado dentro da casa.

Fotografia 22 - Fogão a lenha construído por Tio Zeca.



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

O assado pode ser também preparado, em momentos mais festivos, no quintal, com a técnica que chamam puqueca, que consiste em cozinhar o mapará na folha da bananeira em fogo a brasa (queima de carvão ou madeira). Como é um evento, há a participação de outras pessoas, além da dona da casa, na preparação.

Fotografia 23 - Tio Zeca assando mapará na folha.



Fonte: Trabalho de campo, 2018.

O açaí é um dos cultivos encontrados nos quintais das casas de Vila Braba, mas apenas naqueles que estão em área de várzea, como do tio Zeca, tia Alaíde, tio Eduardo e até mesmo tio Bena. O mesmo não acontece nos quintais das casas construídas na porção de terra firme da Vila, como o caso do tio Lair.

O açaí produzido na comunidade não é suficiente pra suprir a necessidade dos moradores de Vila Braba, sendo constante a entrada de vendedores de açaí na comunidade. Já houve iniciativas para expandir a plantação da palmeira, mas não obtiveram sucesso. Tio Zeca tentou plantar próximo ao seu pimental, sem sucesso, dada as condições exigidas pela planta para crescer e frutificar.

Assim como a dona da casa é responsável pelo preparo do alimento, é também por preparar a mesa, dispondo nesta os pratos, talheres, cumbucas para o açaí e toda sorte de alimento disponível para a refeição. Enquanto adultos e crianças se revezam em encher seus pratos com o que houver nas vasilhas servidas á mesa, a dona da casa ocupa-se em não deixar que cada uma destas se esvazie, e sua vigilância é constante. Neste momento ela não senta à mesa, não até que todos tenham se alimentado e que grande parte já tenha até mesmo saído da mesa.

A ideia de mesa farta de gente muitas vezes não é regalia aproveitada pela mulher, que pode, por se alimentar por último, muitas vezes comer sozinha o alimento que separara para si. É ela que lavará a louca e higienizará o local finalizado o rito da refeição, para depois se integrar aos demais, que novamente se reúnem para continuar a diversão, ou ainda recolher-se para descansar. Hoje esse descansar pode significar pôr-se à frente da televisão para consumir os poucos sinais que chegam ao local, principalmente com utilização de antenas parabólicas, no que se refere a emissoras públicas de televisão. O próprio ato de se por a assistir televisão de forma mais constante é recente, uma vez que até pouco tempo a energia, para fazer funcionar motor da bomba de água, a televisão ou outro aparelho, era gerada por óleo diesel. Não era uma energia barata, por isso o uso de alguns eletrodomésticos, como geladeiras e máquinas de lavar, aparelhos de som, não era possível. Ao chegar a noite logo o motor era desligado, restando encerrar o dia com conversas regadas a um bom café, sob a luz de um candeeiro.

Depois de serem enganados com muitas promessas de fornecimento de energia, o que custou aos moradores da comunidade algumas centenas²⁹ de reais (e não só uma vez)³⁰, a eletricidade passou a ser usufruída, ainda que de forma improvisada³¹, apenas a partir de março de 2016.

Essa constância no fornecimento da energia introduziu também novos hábitos, como o uso da água gelada, poder ligar uma lâmpada a qualquer hora, entre outros. Esse assunto me faz lembrar um dos dias em que amanheci na comunidade e vi meu pai reclamar porque “o Eduardo agora acorda com o som torando desde cedo”, referindo-se à musica que vinha da casa de tio Eduardo e que podia ser ouvida na comunidade toda, quando em outro momento o que reinava era apenas a barulhada das crianças correndo, o latido dos cachorros, o piar das galinhas no quintal, o ronco dos porcos debaixo da casa ou o barulho das copas das árvores se alvoroçando com o vento.

A sutileza das mudanças faz pensar que são imperceptíveis aos olhos dos moradores a criação de novos hábitos, o que é contradito com o ainda constante estranhamento das transformações trazidas pela energia elétrica. Em uma das últimas viagens de campo (para fins de coleta de informações para este trabalho), era noite e havia quase dez pessoas adultas, além das crianças, envolvidas no jogo de dominó, dispostas na frente da casa do Tio Zeca.

Pela janela via-se a televisão ligada, cujo som era pouco perceptível. Bastou que iniciasse a “novela da Ritinha”, como chamavam a telenovela “Força do Querer”, para que Tio Zeca, seguido por mais algumas pessoas, abandonasse a mesa de jogo. Sob questionamento dos parceiros de jogo e

²⁹ Na busca por pessoas que pudessem fazer o serviço de ligação da energia elétrica, os moradores de Vila Braba, bem como os das localidades vizinhas, foram vítimas de estelionatários, que pediram quantia significativa em dinheiro para fazerem a ligação e não efetuaram o serviço, causando enorme prejuízo à economia doméstica local.

³⁰ O primeiro registro de pedido à Eletronorte da inclusão das localidades do ramal do Canudo/Patauateua é datado de 2002, com um abaixo assinado protocolado pela Sra. Neuza Rodrigues (minha avó materna). Depois disso, foram inúmeras as visitas ao responsável do Programa Luz para Todos na sede da Eletronorte em Belém, das quais eu também participei em algumas, saindo sempre com a promessa de que as localidades seriam atendidas pelo próximo projeto, sem que fossem de fato incluídas.

³¹ A energia elétrica chegou à localidade por meio de ligação feita pelos próprios moradores, que cansados de requerer a energia às empresas responsáveis (CELPA/Centrais Elétricas do Pará e Eletronorte/Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A), e não terem seus pedidos atendidos, se organizaram, contrataram um electricista, compraram os materiais básicos necessários e “puxaram” a energia de Umarizal, localidade pertencente ao Moju até a Vila Braba, Sítio Beija Flor, Vila São Jorge e vizinhos, em 2016.

demais, entraram no espaço da sala e sentaram-se ao chão, junto com os que já estavam por lá, para acompanhar o desenvolvimento da trama.

4.1.1 “Bora lá banhar”: a relação do povo de Vila Braba com o igarapé Tambaí.

Reafirmando esta relação íntima que as sociedades amazônicas possuem com os rios e igarapés, o Tambaí é parte intrínseca à Vila Braba e possui diferentes usos, como lazer (de adultos, jovens e crianças), banhos, lavagem de roupas, louças, amolecimento da mandioca, entre outros.

Fotografia 24 - Tia Sabá tratando comida.



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Fotografia 25 e 26 - Tio Cafuné descascando mandioca colocada de molho no Tambaí.



Fonte: Trabalho de campo, 2017.



No entanto, reduzi-lo ao utilitarismo seria deformar a compreensão da relação desta comunidade camponesa com o Tambaí. Essa relação é também mística.

Assim como o Campo de Natureza, as estórias de seres encantados no Igarapé são diversas. Existem regras para seu uso, assim como para o uso do Campo e da mata. Há horários para pescar, para banhar-se, e dificilmente veremos alguém tomando banho sozinho ou mariscando³² em certos horários estabelecidos como impróprios, sob pena de ser “mundiado”, ou seja, por algum encantamento, se perder no meio da mata. Como exemplo destas regras temos a das mulheres, que em seus dias de menstruação não podem banhar-se no igarapé. Outra é sobre as crianças pagãs, aquelas não batizadas na Igreja Católica, que não podem demorar-se no igarapé, principalmente em horário de meio dia e ao cair da tarde, às 18h, pois podem, assim como as mulheres, ser assombradas. É risco para estas últimas, ainda, ocorrer de ficarem grávidas de encantados.

Fotografia 27 - Igarapé Tambaí.



Fonte: Registro de Silvia Monteiro, Trabalho de Campo, 2016.

³² Pescando.

Fotografias 28 e 29 - Crianças banhando no rio.



Fonte: Registro de Silvia Monteiro, Trabalho de Campo, 2016.

Assim como não podem estar todo dia na mata caçando, também não se deve ficar o dia todo, e todo dia, no igarapé pescando pois a mãe d'água, assim como a anhangá (mãe do mato) e o curupira (pai do mato) pode encantar a pessoa, de modo que esta nunca mais retornará à comunidade. Ser encantado também equivaleria a metamorfosear-se em outro ser que não o humano.

Nos dias santos, por exemplo, é proibido trabalhar, caçar e pescar, e quem quebra essa regra sofre duras punições. É o caso lá do Moju, que *tinha um menino que era responsável por arrumar a comida da casa. Aí no dia da Festa do Carmo (16 de Julho) ele já estava todo arrumado, já ia saindo, quando o pai dele perguntou pra onde ele tava indo. – Vou para a missa da Santa e vou ficar lá na festa! O pai disse pra ele: - Que festa que nada! Vai é procurar o que comer que não tem nada em casa. O menino ficou triste, mas não podia desobedecer o pai dele, né? Aí ele chamou os três cachorros dele e saíram pra caçar. Deu meio dia, deu quatro horas, deu seis horas e nada do menino voltar. Quando o pai dele viu que ele não chegava chamou os vizinhos para procurarem. Saíram pro mato, procuraram, procuraram e não acharam. Andaram o dia inteiro do outro dia e nada, até que desistiram, pensaram que ele foi morto por algum bicho. Aí quando foram pescar, viram que no meio do rio tinha aparecido 4 pedras, uma grande e três pequenas. Com certeza foi o menino com os três cachorros que estão lá encantados, quem mandou o pai dele não respeitar o dia santo.*” (Tio Alair, trabalho de campo, 2017)

O igarapé, em boa parte das vezes, é o provedor da comida, assim como a mata. Então, a mata é a mãe, o igarapé é o pai, e os dois são as fontes importantes de alimentos.

Fotografia 30 - Marcelo mostra o resultado da pescaria.



Fonte: Registro de Silvia Monteiro, Trabalho de Campo, 2016.

Um exemplo desta responsabilidade do igarapé como provedor do alimento eu tive durante a pesquisa:

Sentados na frente da casa do Tio Zeca, estávamos ele, papai e eu. Não tínhamos jantar. Era pouco mais de cinco da tarde e perguntei o que íamos jantar, pois sei que uma das regras da casa é providenciar cedo a comida. Papai sugeriu que comprássemos enlatados:

- é o jeito entrar na sardinha ou na mortadela! Tio Zeca concordou, para logo em seguida discordar, lembrando do igarapé:

- Rapaz, nós com um igarapé desse que está estrondando jandiá uma hora dessa e vamos jantar sardinha? É muita preguiça! (risos) Bora lá no igarapé ver o que nós arranja? Se não arrumar nada na volta a gente compra.

Papai e eu concordamos (na verdade, eu me animei muito com aquela possibilidade de pescaria). Tio Zeca pegou a enxada e eu a lata que serve para colocarmos minhocas, coletadas por nós nos fundos da casa. Descemos para o igarapé, era pouco mais de seis horas. A pesca, nesse período e no horário é melhor de estiradeira. Subimos um pouco depois das oito na noite e voltamos para a casa (antes da novela) com uns dois quilos de peixe. Foi assim que conseguimos o jantar.

Foi o igarapé que levou a Pereirada para a Vila Braba. É o caminho de águas, e faz parte do cotidiano.

O igarapé foi, durante muito tempo, o único caminho para chegar ali. A estrada findava no Patauateua, como já dito, e de lá se seguia de canoa até a Vila Braba. Apesar das estradas e caminhos abertos, o rio ainda é usado para chegarem às localidades próximas, então a construção de cascos (espécie de canoa) ainda é um conhecimento preservado.

Fotografia 31 - Construção de um casco.



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

O igarapé é retratado como uma grande riqueza da comunidade. Durante a pesquisa ouvi Tio Zeca, após um banho no Tambaí, expressar essa importância: *“Imagina, três horas da tarde, nesse calorzão e a pessoa tem um igarapé desse pra se jogar e ficar lá de molho. O que a pessoa quer mais?”*

Compartilho deste sentimento expressado, pois de todas as coisas que sinto falta, morando em uma Zona Urbana, a mais contundente é do Igarapé.

4.2 PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL

No que concerne ao uso do território, foi interesse nosso a caracterização deste partindo do pressuposto da indivisibilidade da família e da terra, buscando ainda caracterizar as unidades sociais que se constituem para este uso.

4.2.1 A endogamia territorial

O território de Vila Braba é composto por diversos espaços de acordo com o seu uso: o local onde está situada a vila, as terras compradas e que são

utilizadas comunalmente para os plantios (Vila Braba, Sapo e Xandai), as terras livres (Campo de Natureza), os locais de caça (terras privadas, porém adentradas para a atividade de caça) e o Rio Tambaí-Miri.

Quando voltamos nossa atenção para a preservação do território como pertencente ao grupo e sua indivisibilidade, chamam atenção as estratégias de casamento e a influência sobre a “divisão do território em ramos (no) momento do ciclo evolutivo da família elementar do ancestral, com o casamento dos filhos homens, transformando esta em uma família extensa” (Castro, 2009, p. 77), sendo que em Vila Braba o casamento da filha mulher também cumpre a mesma função.

Percebemos a preocupação com a interdição de matrimônios entre membros da Pereirada, com todos os parentes até terceiro grau, e a busca por parceiros em grupos familiares circunvizinhos, como os Freitas, do sítio Ponta de Terra; os Gaia, de Maxixe Assado; e outros (todas são comunidades próximas). A família Freitas se destaca na troca de cônjuges: Socorro (esposa de Santino), Rosa (esposa de Eduardo), Higino (esposo de Fátima) e Raimundo (Mundico, esposos de Alaíde), são quatro casamentos entre membros da família Gonçalves e Família Freitas, resultando em quatro famílias Freitas Gonçalves; destas, residem em Vila Braba Alaíde e Raimundo, e Eduardo e Rosinha. Higino e Fátima se dividem entre Mocajuba e a Arena da Campina, em Patauateua, e Santino e Socorro moram no sítio Beija-Flor.

Santino, quando se casou com Socorro, fez sua casa próximo à “casa grande”; Liduína, casada com Domingos, primeiro morou próximo à casa dos pais, depois se mudou para a localidade chamada Centrinho; Rosa casou-se com Antônio e permaneceu morando em Vila Braba, onde Antônio passou a exercer atividade de professor; Dario se casou com Luiza e mudou-se para a localidade chamada Bituba, onde sua esposa passou a trabalhar como professora, depois para a localidade Guajará, onde permaneceram até mudarem para Belém; Bernadete casou-se com Manoel (Baduca) e se mudou para um sítio próximo, que pertencia aos pais do esposo; Fátima casou primeiro com Inácio, com quem teve dois filhos, e depois com Higino, com quem teve os demais, morou um tempo em Vila Braba, e atualmente se divide entre a casa em Mocajuba e um sítio próximo à PA 151 chamado Arena da Campina; Reginaldo

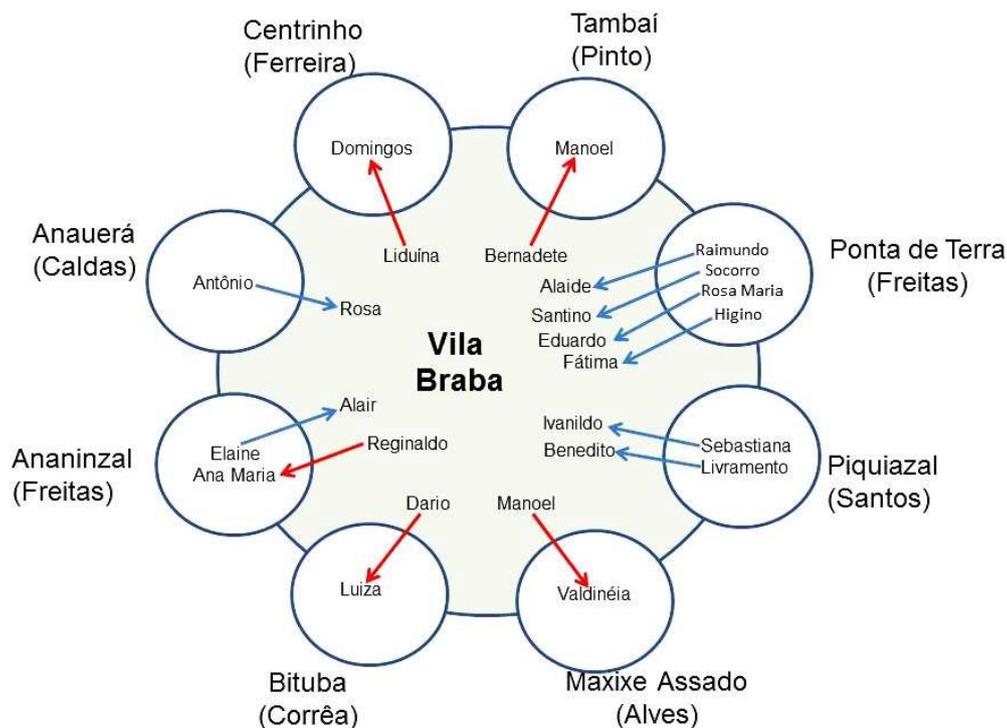
se casou com Ana Maria e foi morar em Patauateua, nas terras da família de sua esposa, mas atualmente mora em Vila Braba.

Quadro 1 – Matrimônios.

Família Gonçalves	Cônjuge	Família do cônjuge	Local de origem	Onde foram morar
Santino	Socorro	Freitas	Ponta de Terra	Vila Braba
Liduína	Domingos	Ferreira	Centrinho	Centrinho
Rosa	Antonio	Caldas	Anauerá	Vila Braba
Dario	Luiza	Corrêa	Bituba	Bituba
Bernadete	Manoel	Pinto	Tambaí	Tambaí
Fátima	Higino	Freitas	Ponta de Terra	Vila Braba
Reginaldo	Ana Maria	Freitas	Ananinzal	Ananinzal
Eduardo	Rosa Maria	Freitas	Ponta de Terra	Vila Braba
Ivanildo	Sebastiana	Santos	Piquiazal	Vila Braba
Manoel	Valdinéia	Alves	Maxixe Assado	Maxixe Assado
Benedito	Livramento	Santos	Piquiazal	Vila Braba
Alaíde	Raimundo	Freitas	Ponta de Terra	Vila Braba
Alair	Elane	Freitas	Ananinzal	Vila Braba

Fonte: Gonçalves, 2015, p. 19.

Figura 9 – Espacialização dos Casamentos.



Fonte: Elaboração própria.

Pela análise do croqui do território, do quadro de matrimônio (Quadro 1) e da espacialização dos casamentos, podemos afirmar que as relações de

casamento em Vila Braba se dão por uma espécie de endogamia territorial, uma vez que não é permitido o casamento entre pessoas do grupo (endogamia), mas também não acontece com pessoas distantes social e geograficamente (exogamia). Aqui cabe ressaltar o que afirma E. Woortmann (1985) sobre estas estratégias que formatam as relações de parentesco:

[...] o parentesco desempenha um papel fundamental para o campesinato, articulando entre si grupos domésticos (unidades de produção) numa rede mais ou menos extensa onde se constroem relações de reciprocidade e um “capital social”, tanto mais importante quanto mais descapitalizado seja o campesinato no que se refere a um “capital econômico”. As práticas matrimoniais são a esse respeito de importância central (E. WOORTMANN, 1983, p. 192).

Quanto ao acesso a terra, levando em consideração o direito formal, segundo a sucessão parental, as terras que compõem a comunidade de Vila Braba pertencem a treze herdeiros diretos, que são os filhos do casal fundador da comunidade. No entanto, observamos que, para compreender a passagem da propriedade da terra entre os que têm direito a ela, segundo as regras do grupo, temos que pensar esta realidade para além do sentido legal de herança, uma vez que o acesso a terra “por parte de um indivíduo não se dá porque ascendentes seus, pela morte, deixaram de tê-lo, mas em razão de outros fatos sociais” (MOURA, 1978, p. 3).

À exceção de Dario e Santinho, os demais irmãos homens possuem residência e moram na comunidade. Incluindo Dario, todos os irmãos homens mantiveram a atividade de roça no local. Quanto às mulheres, apenas Alaíde possui roça em Vila Braba - ela e Bernadete são as únicas que possuem casa. Observando a realidade aparente poderíamos concluir que aqui, como em outras comunidades camponesas, a “*lógica específica da herança*” seria orientada por uma lógica patrilinear, onde os filhos homens são reconhecidos socialmente enquanto os herdeiros legítimos da terra, mas a situação de tia Alaíde é um marcador importante para determinar que em Vila Braba o espaço da mulher, quanto à posse da terra, não está condicionado ao casamento.

Observando o Quadro 1, das cinco irmãs, apenas Alaíde se mantém com casa e roça na comunidade, porém, as demais, ao casarem, tiveram o mesmo direito reconhecido de permanecer com seus esposos na terra, o que fizeram por algum período, depois mudaram-se para as comunidades de seus maridos

ou para vilas e cidades. Fátima mora com Inácio e depois com Higino em Vila Braba até passar em um concurso para gari e mudar-se para a sede do município de Mocajuba. Bernadete alterna sua estadia entre a Vila Braba e o sítio vizinho da família de seu esposo, e só saiu em definitivo com a aprovação no mesmo concurso de Fátima, na mesma função. Rosa viveu em Vila Braba até a aposentadoria de seu esposo, já nos anos 2000.

Quadro 2 - Demonstrativo de posse de casa e roça entre os irmãos.

Irmãos	Roça	Casa	Pimental
Dario	X	-	X
Reginaldo	X	X	X
Eduardo	X	X	X
Ivanildo	X	X	X
Manoel	X	X	X
Benedito (1)	X	X	X
Alair (1)	X	X	X
Santinho ³³	X	X	X
Irmãs	Roça	Casa	
Liduína	-	-	-
Rosa	-	-	-
Bernadete	-	X	-
Fátima	-	-	-
Alaíde	X	X	X

1 - Casa em outra localidade, mas moram em Vila Braba

2 - Possui também casa em Vila Braba, mas mora em Mocajuba.

Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

A única que passa a maior parte da vida fora de Vila Braba é a tia Maroca, que morava no Centrinho, comunidade circunvizinha, mas que costumeiramente vinha “dormir³⁴” na Casa Grande.

Em nenhum momento Alaíde ou suas irmãs foram importunadas pelas suas situações de mulheres e usuárias de uma parcela das terras. O mesmo teria acontecido com as demais irmãs, se tivesse havido a liberdade de escolha junto a seus maridos e as lógicas distintas existentes nas outras comunidades. Assim como acontece com tia Alaíde, as filhas de tio Eduardo, Vilene e Rosi, possuem casa e mantêm roça em Vila Braba, direito igualmente concedido a Vaguinho e Regiane, filhos de Reginaldo, o que nos leva a considerar que a

³³ Sítio Beija-Flor, retirado das terras de Vila Braba.

³⁴ A dormida foi uma das principais atividades que garantiram a reprodução social do grupo. Era uma atividade costumeira de agrupamento, nas décadas de 80 e 90, quando as famílias dos filhos que moravam nas proximidades (família da Tia Maroca, família do Tio Santinho, família da Tia dete) fossem dormir na Casa Grande, onde ficavam até tarde da noite contando histórias e/ou jogando baralho e dominó.

patrilinearidade ou a matrilinearidade são insuficientes para explicar o direito à moradia e à roça nesta sociedade camponesa.

Mesmo que nem todas morem na comunidade, a relação de parentesco deixa subtendida na fala dos irmãos que a qualquer momento que desejem firmar moradia na comunidade, o acesso estará livre. Uma liberdade que só pode ser de fato garantida se as regras todas que configuram o ser *parente* estejam em dia, sendo uma delas o de se fazer presente.

Quem vive fora de Vila Braba, quando precisam parar uns dias lá, se alocam em uma das casas existentes. A casa é escolhida conforme afinidade entre as partes. Por exemplo, quando tia Rosa vai para a comunidade se hospeda na casa de Alaíde. Eu, assim como minhas irmãs, pai, mãe e amigos, paramos na casa do Tio Zeca.

Essa hospedagem na casa também demarca as parcerias mais constantes nas relações de produção, para além dos “convidados” realizados. Por exemplo, os irmãos Dario e Zeca, no dia a dia, dividem-se entre o trabalho na roça de um e outro, que comumente são plantadas juntas e divididos após encerrado esse período. Cooperação que se dá tanto na plantação de mandioca quanto no pimental. Em uma segunda instância de relações, ambos também podem oferecer ajuda ou serem solicitados por tio Bena (Benedito). Nestes moldes a relação se reproduz também entre Alair e Alaíde, que compartilham a força de trabalho de forma mais rotineira, do que com outros irmãos. Essa troca de trabalho se justifica em grande parte pela carência de mão de obra, mas dizem muito sobre como os laços de parentesco determinam as relações de produção. No caso de Zeca, dos três filhos que possui (dois homens e uma mulher) apenas um dos jovens continua morando com ele. A menina está morando em Belém, *investindo* nos estudos; o outro menino mora em Vila do Carmo, onde possui um pequeno negócio e aos fins de semana retorna para Vila Braba (quando pode ajudar o pai no trabalho com a terra). Bena possui um filho que mora e trabalha em Cametá e uma filha que mora e estuda nesta cidade. Aos fins de semana, de forma não regular, também vão para Vila Braba e trabalham com o pai. É quando podem ajudar os pais. A história se repete com Alaíde. Quanto a tio Alair só possui filhas pequenas. Este cenário justifica a necessidade da ajuda mútua.

Assim, como alertam Garcia Jr. e Heredia (2009), no que se refere à economia camponesa, a categoria fundamental é “grupo doméstico”. Para estes autores, o grupo doméstico é o “conjunto de indivíduos que buscam assegurar a reprodução física e social de cada um e do coletivo” (p. 225). No entanto, esse conjunto de indivíduos apresenta a particularidade de serem

[...] vinculados por laços independentes das necessidades dos processos produtivos, isto é, são as relações de parentesco que delimitam os membros que podem ser mobilizados para as mais variadas tarefas (GARCIA JR. e HEREDIA, 2009, p. 225).

O grupo doméstico pode equivaler à família nuclear, mas uma característica para a distinção entre os dois é que o grupo doméstico pode abarcar outros membros além da família nuclear (os agregados, aqueles que são acolhidos (afilhados, sobrinhos) como estratégia para equilibrar a unidade de Produção com a unidade de Consumo (E. WORTMANN, 1985; E. WORTMANN 1987). Percebe-se tal característica na casa de Alaíde, com a qual reside e trabalha seu sobrinho, Domingos, filho de Maroca. Porém, pelo menos uma dezena de pessoas já passou por alguma casa de Vila Braba, como agregado, na qual moravam e participavam da produção.

É responsabilidade do pai, geralmente o “chefe” do grupo doméstico, gerir de forma que a força de trabalho disponível seja empregada para a reprodução social do grupo, trabalhando com os arranjos necessários para que haja equilíbrio no que se produz e que se consome. A divisão entre o que é parte das tarefas do universo feminino e o masculino, muito bem abordado no trabalho de Garcia Jr. (1983), é regida pelo caráter indissociável entre a unidade de produção e a unidade de consumo.

O caráter indissociável do vínculo entre unidade de consumo e unidade de produção apresenta-se, então, não como uma coletividade de indivíduos homogêneos e intercambiáveis, como tende a ser concebido o processo de trabalho industrial ou agroindustrial, mas conformado pela distinção de domínios complementares pensados como mundo das mulheres e mundo dos homens (GARCIA JR e HEREDIA, 2009, p. 229).

Essa não é, porém, uma regra imutável, pois, havendo necessidade para o equilíbrio entre a unidade de produção e a unidade de consumo, as tarefas do roçado serão executadas também pelas mulheres.

No caso de Vila Braba, o trabalho da mulher se divide entre a casa e a roça, entre as atividades domésticas e as atividades agrícolas. Moura (1978), em sua pesquisa sobre a Comunidade de São João da Cristina, observou que operavam uma oposição entre unidade de produção – unidade de consumo, na qual às mulheres não era permitido o trabalho na roça (com rara exceção) e separava-se “o trabalho feminino do trabalho masculino de maneira radical” (MOURA, 1978, p. 19). Para a autora, observar este fato foi uma oposição chave para compreender a lógica da herança da terra naquela comunidade, segundo a qual mulheres não herdavam terras, restando-lhes o casamento. Aqui este estudo é tomado como parâmetro, escolhido por ser uma expressão de organização social com aspectos bem distintos do visto neste trabalho. Em Vila Braba se mulher trabalha, mulher tem direito a terra para trabalhá-la com seu esposo, o que também indica que o casamento determina a autorização para ter roça independente da dos pais.

O trabalho na terra é compartilhado entre homens e mulheres (respeitando os limites colocados), mas o trabalho na casa não. No que tange ao trabalho na roça, sua intervenção com caráter de “ajuda” é observado no momento em que o serviço é considerado pesado. Por exemplo, quando o serviço está na fase de derrubada da mata e limpeza da área, e é feita nos locais mais distantes, como o sitio Sapo, o papel da mulher se resume ao preparo de alimentos. Na fase posterior, de coivara e plantio, o trabalho passa a ser de responsabilidade igual. Nesta fase não há diferenciações entre o trabalho do homem e o da mulher, e assim continuam nas fases seguintes, de manutenção das áreas plantadas, colheita e transformação da mandioca, quando seu trabalho possui a mesma importância que o trabalho dos homens.

Já o trabalho no pimental, em sua maior parte, é restrito aos homens. Estes são responsáveis pela limpeza da área, preparação das mudas, empinação das estacas, abertura e preparação das covas, e plantação das mudas. Na capina e colheita precisam da “ajuda” das mulheres. Tal exclusividade dos pimentais aos homens é bem percebida na forma como as mulheres se referem aos pimentais, que diferentemente das roças que “são nossas”, os pimentais “são deles”. Minha mãe, Luiza, costuma perguntar, nas proximidades da safra, quanto meu pai vai tirar de pimenta no “pimental dele”.

O trabalho da casa cabe à mulher, sendo ela reconhecida socialmente como a responsável pelo preparo do alimento, cuidado com a roupa de todos os membros da casa, limpeza do ambiente, cuidado com os filhos. Tão logo a filha mulher possua alguma habilidade, aos sete, oito anos de idade, começa a ser inserida na lida doméstica, assim como no trabalho com a terra.

4.3 FESTA E TRABALHO

“O saber camponês revela um conhecimento complexo relativo à sua prática agrícola”. É com essa frase de Ellen Woortmann, que iniciamos este momento do trabalho. Aqui a concepção da relação da terra com o homem busca inspiração na tríade expressa por esta mesma autora quando relaciona “Deus, Homem, Terra”. A relação com a terra não é meramente instrumental, indo além do meio para se chegar ao sustento. Há uma moral imbricada nesta relação, que media a antropização.

O trabalho do homem implica respeito para com a terra (e a natureza em geral) esperando dela aquilo que “ela pode e quer dar”, em especial os alimentos que é capaz de produzir. O homem não deve forçar a terra a dar aquilo que não é de sua vocação, isto é, não deve “corrigir o solo”, como se a natureza pudesse estar “errada” (E. WOORTMANN, 2009, p. 119).

Convivendo com a terra, aprende-se sobre suas necessidades, como o seu tempo de descanso, “o pousio”; as práticas para sua preparação, para a plantação; aprende-se a conhecer com que tipo de terra qual cultura *se dá melhor*, sofre-se junto com a terra quando há falta de água, quando Deus *não manda a chuva* (WOORTMANN, 2009) e alegra-se com sua chegada. Como diz meu pai “É o tempo dela, temos que respeitar”.

A terra também possui papel ativo nessa relação, cabendo a ela “receber a semente, fazer nascer e crescer a planta, alimentando-a”, com a ajuda do homem e com a ajuda de Deus e a *graça que é ver a chuva cair*, que é quando este ser supremo assume o seu papel (E. WOORTMANN, 2009)

A esta tríade, acrescentamos um quarto elemento, composto pela relação que o povo da Vila Braba estabelece com a natureza, que ultrapassa a explicação de sua relação com a terra. Aí encontramos também a influência da religiosidade e do misticismo pagão, que irão mediar esta relação. Ao respeitar a natureza, estarão respeitando a Deus (E. WOORTMANN, 2009) e obedecendo

a esta *lei* terminam por equilibrar a relação prática com a própria natureza. O não trabalho em dia santo é um dos exemplos de prática mediada por esta relação. Podemos citar como exemplo a caça e os seus dias e horários distintos em que esta é permitida. Quando se descumpre tais regras, a punição vem em forma de assombração. É o que aconteceu com um vizinho, da Ponta de Terra, nos conta Tia Alaíde:

Tinha tido convidado e todos voltaram entre onze horas e meio dia. Daí o vizinho, que é crente (cristão de confissão evangélica) e não acredita nessas coisas ficou pra trás, e vinha sozinho na estrada quando viu um anajazeiro que já tava caindo anajá. Aí ele pensou que tatu podia tá comendo embaixo (pelos caroços roídos, se percebe que tatus estão comendo o fruto embaixo da árvore e a partir dessa percepção se prepara a armadilha) e foi lá ver. Mas não era hora de ficar vendo caça pelo mato! Aí ninguém soube mais dele. Quando já tava noite, ligaram o motor para o culto, foi quando ele escutou o barulho e veio no rumo até chegar na beira da casa, morto de cansado de tanto andar o dia inteiro no mato sem achar o rumo (Trabalho de campo, 2018).

A explicação para o sumiço do homem teria sido em razão de este ter ido *ver caça* em horário impróprio. A mesma história é usada para reafirmar a necessidade da fé católica.

Quando ele chegou na casa ele tava ardendo em febre, e com uma grande dor de cabeça. Nem deram banho nele, levaram direto pra rede, e os crentes se amontoaram do lado dele e começaram a orar, e gritar. Faziam um grande barulho, era uma gritaria, e nada, ele só gemia na rede. De vez em quando ouviam o “bicho” gritar no punho da rede dele. Até que uma certa hora, já tarde da noite, a mulher dele se lembrou do “pai nosso”. Aí ela perguntou se alguém ainda sabia rezar o pai nosso (porque eles são crentes né, e crente não ora o pai nosso), e alguém disse que ainda sabia, e começaram a rezar. Quando tavam na metade o “bicho” deu um grito, mais um grito, e foi aí que ele acordou. Pediu água, perguntou onde ele tava, e foi quando ele foi contar o que tinha acontecido. No outro dia foram lá ver e a bicicleta dele tava bem do lado do terçado (facão) na beira do caminho, e o anajazeiro não dava 100 metros da beira (Trabalho de campo, 2018).

A partir da narrativa, a narradora aproveita o momento para dizer aos presentes que sempre avisa aos seus filhos “para não se porem andando *teteé* (sem necessidade) pelo mato”.

Caçar é uma atividade ainda praticada por membros de algumas comunidades próximas. Como vimos, essa atividade cumpriu papel importante nos momentos de expansão do território do grupo estudado, pois era ela que

dava a permissão para ir além do conhecido, para adentrar em terras que não lhes pertencia. A motivação da caça foi determinante para os primeiros passos sobre o que seriam, posteriormente, domínios de uma territorialidade específica. Já foi uma atividade fundamental, assim como a pesca, de acesso à proteína animal, e permitia a segurança alimentar *antigamente*, o que fazia ser uma prática comum. Hoje não mais, dada a escassez provocada pelo crescimento da população local e diminuição das áreas de mata. Não deixaram de praticá-la porque é também um traço cultural deste povo.

Como na vida do homem camponês trabalho e festa não são atividades dicotômicas (BRANDÃO, 2009), a caçada também é encarada como uma atividade lúdica, acompanhada de meticuloso ritual que inclui o preparo das armas e armadilhas, a escolha e preparo do mesmo, a espera pela caça. Escolhido o local, dentre os que hoje os moradores locais frequentam (Ponta do Bacuri, Casca da Bala e também a mata do Xandai, do Umarizal e do Enviral), partem os homens (e somente eles) para a “varrida”, que consiste nas técnicas de limpeza da área com “vassouras” preparadas com galhos de pequenas árvores e ganchos. Dividem-se entre os que vão com as vassouras e os que usam os ganchos. Os que utilizam os ganchos retiram o “grosso” do caminho, as folhagens mais densas; atrás vêm os que utilizam as vassouras, limpando melhor o caminho. O ideal da “varrida” é que fique totalmente limpo, para que na hora da caçada não se pise em nenhuma folha, pois isso fará barulho e espantará a caça. À noite, a varrida será dividida entre os membros da caçada, e estes a percorrerão devagar, escutando o barulho das folhas que denunciam a chegada dos animais, que, ao aproximarem-se do caminho varrido serão abatidos e levados para a comunidade. O retorno à Vila é regado pelas histórias dos tiros errados e dos animais que alguém deixou fugir, ou de alguma assombração que tenham visto durante a atividade.

Assim como a caçada, a pesca ocupa espaço privilegiado no fornecimento de alimento aos membros da comunidade, apesar de ser um dos artigos mais apreciados para consumo. Isso se deve ao fato de não possuírem rios com grande potencial pesqueiro ao alcance fácil, mas pescam. No final do inverno, ou final da época das chuvas, ocorre a pescaria nos lagos que se formam no Campo de Natureza.

Para a pesca no Campo usam uma técnica chamada *mocooca*³⁵, que consiste em fazer uma barreira com folhas e pedaços de árvores, dividindo os pequenos lagos em dois espaços. Feito isto, escolhem um lado para secar e começam a jogar a água para o lado contrário até que seja possível pegar os peixes com as mãos.

Desde a preparação na casa, antes de partir para esta pescaria, acontece uma grande festa, na qual participam pessoas de todas as idades, homens, mulheres e crianças. Vão todos, de mais de uma casa, e são convidados e influenciados a irem. Pergunta-se quem vai “só pra pegar piquirinha”. Explica-se: a piquirinha é um peixinho que, ao ser cozinhado, fica com um sabor diferenciado, característico, e é consumido amassado com farinha, em uma espécie de farofa, e é o principal objetivo de muitos ao irem para a pescaria no campo, porém, para pegá-lo, é preciso muita técnica, utilizando redes finas ou até mesmo “escorredores de arroz”. É uma decepção a chegada ao lago e a percepção de que neste não há piquirinhas.

Seguindo, como o Campo de Natureza fica a certa distância, usam como transporte o girino (trator), por comportar grande número de pessoas em sua carroceria, por possibilitar passar por áreas alagadas e enlameadas e por possibilitar o transporte do resultado do trabalho até a comunidade. Dada a grande quantidade de peixes que costumam coletar, levam recipientes grandes, com água (baldes e até uma caixa d’água), para trazer peixes ainda vivos a fim de jogá-los em poços, açude ou no próprio rio. São recolhidos, a cada ida ao campo, de vinte a trinta quilos de peixes aproximadamente, ou como dizem “são baldes e baldes de peixinhos do campo” (tia Alaíde). Jogá-los no rio pode significar nunca comê-los, mas deixá-los no campo significa a morte dos mesmos quando os lagos do Campo de Natureza secam.

³⁵ A técnica da *mocooca* também é utilizada na captura de camarão nos igarapés subafuentes do Rio Tocantins, no que chamamos de “gapuia”. Quando se vai gapuiar camarão é preciso fazer a *mocooca*, para jogar a água para fora dela até que se consiga pegar os mariscos.

Fotografia 32 - A Mocooca.



Fonte: Trabalho de campo, Junho de 2016

Fotografia 33 - Adultos e crianças na pesca de Mocooca.



Fonte: Trabalho de campo, Junho de 2016

A pesca também acontece no Rio Tambaí, respeitando o ritmo que a natureza impõe, com períodos de cheias e secas, e assim como todo o campesinato ribeirinho da Amazônia, os camponeses de Vila Braba conhecem cada ciclo do *seu* rio, sabem que em janeiro, quando o inverno chega e a chuva faz o rio subir, o peixe não fica no fundo do rio e então passam a pescar, usando de técnicas diversas como: a) De “estiradeira”, que consiste em posicionar uma linha de pesca com vários anzóis em uma área determinada de várzea. A experiência e a observação os ensinaram que o melhor horário para “pescar de estiradeira” é “bem no cair da tarde”, até no máximo nove, dez da noite, como diz tio Bena; b) Para garantir o almoço do dia seguinte, podem pescar de malhadeira, que é feita colocando uma rede de pesca na várzea para ser

“revistada”³⁶ logo ao amanhecer; c) No verão há pesca de figa³⁷, que consiste na utilização de mergulho usando um pequeno arpão como instrumento. Destaca-se, nessa pesca, a busca pela captura do tucunaré (*Cichla ocellaris*); e d) a pesca de caniço, feita com utilização de linha e iscas.

Os peixes mais pescados na estiradeira são o jandiá (*Rhamdia quelen*.) e o ronca (*Rachelyopterus Oncinus*), já na malhadeira se pega pacu (*Piaractus mesopotamicus*), aracu (*Leporinus friderici*) e jutuarana (*Brycon sp.*). Isso não impede que também peguem itui (*Apteronotus albifrons*), sarapó (*Gymnotus carapo*), tamuatá (*Callichthys callichthys*), dentre outros. Quando o rio começa a baixar, a estiradeira vem saindo com ele, até que ele chegue ao seu nível mais baixo, quando a pesca será realizada com caniços espalhados à margem do rio, presos em árvores, em busca da captura de jacundá (*Crenicichla lenticulata*).

4.3.1 As relações de parentesco e as atividades de produção: entre o roçado e o pimental.

No universo do trabalho camponês, a organização das atividades produtivas, diferentemente de uma empresa capitalista, deve atender à satisfação das necessidades de todo o grupo doméstico, não sendo o lucro o objetivo.

No estudo de um grupo camponês amazônico, Witkoski (2010) tece as seguintes considerações:

O trabalho da família persegue como fim a satisfação de sua necessidade. Para esse fim, o miolo fundamental da prática camponesa passa a ser o balanço entre a exploração da força de trabalho e o consumo familiar (WITKOSKI, 2010, p. 168).

Uma organização da produção é familiar não somente por ocupar a mão de obra dos membros da família, mas também porque:

[...] o sítio produz de acordo com as necessidades dos variados membros da família – crianças, mulheres gestantes ou “de resguardo”, doentes, idosos –, o que implica não só distintos consorciamentos, mas variadas alocações de partes da terra disponível (E. WOORTMANN, 2009, p. 120).

³⁶ Retirar os peixes capturados.

³⁷ Pequeno arpão.

Em Vila Braba, além das caçadas e pescarias, o trabalho sistemático que permite a reprodução deste grupo se assenta nas atividades voltadas para o cultivo na terra, destacando artigos distintos, com lógicas de produção e fins distintos:

1º - O cultivo da mandioca para a produção de farinha e seus derivados (beijú, farinha de tapioca, goma de tapioca, tucupi), cuja produção está voltada para casa e para venda. É uma atividade praticada por todas as unidades familiares da comunidade e a produção é individual de cada unidade.

2º - O cultivo da pimenta do reino, voltada para o mercado, para a venda. Não é uma atividade realizada por todas as famílias da comunidade. A produção e comercialização da pimenta do reino funcionam como uma espécie de poupança, com a qual os membros da comunidade adquirem bens que exigem maior investimento financeiro, como motos, motores, tratores, etc.

Antes de adentrarmos nas especificidades da produção da mandioca³⁸ e da pimenta³⁹, busquemos perceber a diversidade que há na roça e que é pouco percebida por quem não vive na comunidade e que também é pouco mencionada pelos moradores.

Há o que chamam de *Roça de Janeiro* e *Roça de todo tempo*, diferenciadas conforme período em que são realizadas, tempo de colheita, trabalho empreendido e produtos cultivados.

A Roça de Janeiro é caracterizada por uma grande diversidade de produtos como o arroz, o milho, a mandiocaba, a macaxeira, a melancia, o gergelim etc. Encontramos também a plantação de legumes (jongome, taioba) e hortaliças (chicória, alfavaca). No que tange à plantação de maniva, neste tipo de roça é plantado o que se calcula como necessário à unidade familiar até a próxima roça, tanto no que se refere ao consumo quanto ao comércio.

No entanto, se há alguma possibilidade da Roça de Janeiro não ser suficiente até a maturação da roça do ano posterior, então se socorre a um segundo tipo, a *Roça de todo tempo*, que é mais flexível quanto ao período de planta e colheita, mas não com relação ao produto cultivado, pois nesse tipo de

³⁸ As roças são denominadas conforme o descendente de Pereira e Bringela. Ex: Roça da Alaíde, roça do Zeca, roça do Alair.

³⁹ Os pimentais são designados conforme o homem da casa, desconsiderando a descendência: Ex. Pimental do Mundico, pimental do Zeca, pimental do Dario, pimental do Jeová.

roça só é plantada a maniva. Sobre a Roça de todo tempo, Dario nos diz o seguinte:

[...] começa o verão, começa a plantar. É julho, agosto, setembro, outubro, novembro. A de dezembro já é de janeiro (...) o costume dela é mexer depois de ano. Se plantou em agosto, só vai mexer em Agosto. Quando dá tempo, quando não tá muito esfomeado. Quando ta esfomeada começa a mexer com oito mês (Trabalho de Campo, 2018).

Ambos os formatos são praticados por todas as famílias, e a alternância do tempo de planta possibilita que quando um tipo de roça esteja sendo feita, a outra esteja em tempo de colheita. A *Roça de todo tempo* possui papel importante, pois assume a posição de suprir necessidades em casos emergenciais, como quando a Roça de Janeiro não responde às demandas de consumo e nem de retorno financeiro.

4.3.1.1 Da Mandioca à Farinha

Uma boa roça começa pela escolha do lugar de plantio. O local escolhido influenciará na diversidade da plantação. Roça em “capoeira baixa” não serve pra plantar arroz, “milho até que dá, mas não é boa igual de capoeira alta ou ponta de mata”, diz tio Bena. Escolhido o local, é preciso roçar, ou seja, cortar a vegetação baixa, por baixo das árvores, para que sequem e possam ser queimadas. Para esta atividade realiza-se o primeiro Convidado e é observando como se dá esta forma de cooperação que podemos apreender muito da relação do grupo com a terra.

O tempo tido como ideal para a maturação da mandioca é de 12 meses, ou seja, deve ser colhida após um ano de plantio. No entanto, devido a necessidade, muitas roças são “mexidas” antes deste tempo, o que leva à perda da produção, uma vez que se precisa colher muito mais mandioca para produzir farinha, dada a rentabilidade da raiz que ainda não atingira seu potencial. Costuma-se dizer que, após mexida, difícil segurar, e dessa mexida precoce decorre a necessidade de fazer a roça de todo tempo, que, como já dito, amadurece em até oito meses.

Da transformação da mandioca se obtém diversos produtos, porém poucos são vendidos. Para consumo se produz beijus, tucupi, goma e farinha de tapioca, além da própria farinha de mandioca.

Para o comércio, o principal produto decorrente da transformação da mandioca é a farinha, vendida para garantir renda para o consumo de produtos que não produzem, e assim garantir o sustento da casa mensalmente.

Pode-se apontar diferenças na fabricação da farinha feita para a venda e aquela destinada ao consumo. A *farinha pra casa*, na maioria das vezes, é feita só com massa de mandioca mole, que é aquela colocada dentro d'água por três dias para amolecer, e que, pelo fato da água retirar muito do tucupi, acaba ficando uma farinha mais *fraca*. Esta farinha, para ficar torrada, demorará mais tempo no forno. Algumas vezes adotam a “prática dos antigos”, que é a de colocar a mandioca imersa no igarapé, mesmo local onde é feita a retirada da casca da mandioca quando ela atinge o ponto.

A farinha para a venda é feita de *mandioca mole* acrescida de *mandioca ralada* (aquela que “não vai n’água”). Essa farinha rende mais porque não perde massa como quando parte do processo é o “ficar de molho”. É uma farinha *mais forte*, por não ter perda de tucupi, e é menos apreciada pelos moradores locais, pois afirmam que a mesma causa má digestão.

O processo de produção da farinha é composto por um conjunto de técnicas mediadas por um conjunto de relações. Reúne-se a família nuclear para o serviço, assim como possíveis agregados e visitantes.

Fotografia 34 - Descascando mandioca para o preparo da farinha



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

Enquanto um grupo se reúne ao redor do monte de mandioca e põe-se a descascá-las, especialmente as mulheres e as crianças, outros membros da família cuidam em fazer o fogo que aquecerá o grande tacho feito de cobre e no qual a mandioca será torrada e dará origem a produtos diversos.

Após esse processo de raspagem, os membros se envolvem no trabalho de moagem da mandioca, tanto a que estava de molho quanto a que acabara de ser descascada – processo sucedido pela prensa da massa no tipiti para a retirada do tucupi e depois é levada à peneira.

Fotografia 35 - Mandioca sendo prensada no tipiti.



Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Fotografia 36 - Massa da mandioca ralada e peneirada.



Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Massa que depois segue para o tacho, onde homens e mulheres, em movimentos precisos, jogam a massa da mandioca de um lado para o outro até

que a mágica se complete, até que a mandioca seja então farinha e tudo que ela representa para o povo da região.

Fotografia 37 - Forno de farinha.



Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Fotografia 38 - O trabalho na Casa de Forno.



Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

É nesse fazer coletivo, e quase que diário, que o conhecimento sobre esse processo de produção vai sendo repassado de geração em geração.

Refletir em torno da produção da farinha em comunidades agricultoras de base familiar se revela duplamente imprescindível, uma vez que tal atividade se apresenta tanto como produtora de um dos itens estruturantes da dieta alimentar destas famílias- a farinha- quanto um elemento fundamental na economia destes agricultores (LINHARES e SANTOS, 2014, p. 54).

A venda da farinha d'água é feita nas vilas de Carapajó, Porto Grande ou Vila do Carmo. Antigamente se tinha muita dificuldade em comercializá-la dada as condições de infraestrutura para chegar até os pontos de venda. O comércio era então feito somente nas manhãs de domingo na Vila do Carmo ou Porto Grande. Tentavam compensar a baixa frequência de ida a estes locais levando quantidades maiores de farinha.

Atualmente, pela facilidade de acesso com a abertura de estradas, a venda é feita em quantidades menores, porém com maior frequência, e em dias de semana também, indo de moto até as vilas (Carapajó, Porto Grande ou Vila do Carmo) sem a obrigatoriedade da venda aos domingos. Há ainda a possibilidade de vender a farinha na própria comunidade, uma vez que há atualmente uma maior frequência de entrada de compradores na região, e neste caso o preço é um pouco menor do que o praticado nas vilas.

4.3.1.2 O convidado: a importância da reciprocidade

Brandão (2009) nos inspira a pensar sobre o trabalho na vida do camponês, mas não dissociado da festa, não de forma dicotômica. Como ele mesmo diz, é uma característica de nosso tempo pensar estes dois momentos de forma separada:

Uma coisa é o trabalho: necessário, duro, penoso, vazio de ritos e, não raro, até mesmo de palavras [...] Outra coisa é a festa, mesmo quando “dê trabalho” prepará-la. Ela é o oposto do trabalho. Nela mulheres e homens reúnem-se em algum lugar sagrado ou profano para, juntos, conviverem entre gestos, palavras e objetos carregados com a leveza e a força dos símbolos, a fé, a alegria, o conagraçamento, a homenagem, a data festiva de uma pessoa, de uma família, de uma parentela, de um clã, de uma tribo, de uma aldeia, de uma comunidade, de uma nação (BRANDÃO, p. 39, 2009).

E quando trabalho e festa se encontram? A realidade da vida camponesa é uma brecha para o *antes* da nossa relação com o outro, no caso o não humano, o que chamamos natureza e o que o trabalho, predominantemente, significou na vida humana.

Mutirão é uma instituição universal, cultivada geralmente nos grupos primários, onde o organizador, necessitando de uma rápida, larga e eficiente cooperação para um serviço, a solicita dos seus vizinhos, comprometendo-se tacitamente a retribuí-la

nas mesmas circunstâncias, tão logo lhe seja pedida essa retribuição (HÉLIO GALVÃO, 1959, p.16, *apud* BRANDÃO, 2009, p. 41).

Nos estudos sobre comunidades camponesas na Amazônia, assim como no Nordeste, apresentam-se fortemente as formas coletivas de trabalho. São mutirões, Ajuris, batalhão (SABOURIN e CARON, 2009; WITKOSKI, 2010) e “convidados” (GONÇALVES, 2015), nomes dados às diversas formas coletivas de trabalho, de ajuda mútua, que fazem parte desse equilíbrio da força de trabalho na sociedade camponesa, mas também são espaços de sociabilidade nesta sociedade.

Pesquisas sobre o papel dos mutirões no mundo rural brasileiro puderam identificar algumas de suas características mais comuns, como a constatação que:

[...] o que seria um duro dia de trabalho rural caso este fosse contratado e pago pelo “patrão”, torna-se uma jornada que faz do trabalho uma demorada cerimônia de convivência e entremeia o “serviço” e a “brincadeira” (BRANDÃO, 2009, p. 45).

O convidado é uma dessas expressões coletivas de consolidação das relações sociais e de produção presentes em Vila Braba. Há três tipos de convidado: o de *roçar*, o de *planta* e de *capina*:

1º - o convidado de roçar é aquele realizado para abrir o terreno para a roça. O local da roça é definido anteriormente pelo “patrão”, que deverá ser indicado aos participantes do Convidado na manhã em que se dará o trabalho, quando define também o limite do roçado. Uma manhã de serviço, ou duas, dependendo da quantidade de homens, dará uma boa roça, de 20 a 30 feixes de maniva. Um feixe é formado por, aproximadamente, 100 hastes de 2 a 4 metros.

É de responsabilidade do “patrão” a lima para amolar as ferramentas, a merenda (café com farofa de charque, ovos ou bolacha), o almoço e a cachaça. Esta última é imprescindível.

Em cada convidado há papéis bem definidos. Tem o “patrão”, o puxador (aquele que puxa a música para os demais responderem), o distribuidor de bebida (normalmente alguém do grupo doméstico do patrão, que vai regulando a quantidade de bebida distribuída para que não falte) e os roçadores. As

fotografias a seguir são do último convidado de meu pai, o patrão da vez, realizado em julho de 2016, para plantar sua roça;

Fotografia 39 - Tio Zeca em primeiro plano, seguido por Sávio, seu filho, depois Dario, meu pai, e Vaguinho, filho do tio Reginaldo.



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Fotografia 40 - Da direita para a esquerda, tio Alair; Jeová, genro do tio Eduardo, tio Baduca, esposo da tia Dete e tio Bena, no centro.



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Fotografia 41 - Reunião na frente da casa de tio Zeca, antes do convidado de capina – na espera pelo café, prepara-se as ferramentas.



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Fotografia 42 - Vandr , filho de tio Reginaldo, após o convidado preparando gemada (preparo de ovo em neve, com a car e vinho).



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Outra fase da feitura da roça   a derrubada das árvores altas, com motosserra. Essa atividade   comumente realizada por dois ou três homens do grupo doméstico ao qual a roça pertence, ou contando com aqueles mais disponíveis na colabora o diária, como no caso de Dario e Zeca, que fazem juntos suas derrubadas. Mas, dependendo da extensão da área a atividade de

derruba pode ser feita também em formato de convidado. Eu participei do convidado de derrubada de 2017 do meu pai, fazendo o papel de distribuidora da cachaça. Foi uma concessão à pesquisa e a mim, da mesma forma que fui levada para “varrer” na caçada. O terreno a ser “limpo” é cortado em linhas verticais, enquanto que o distribuidor de cachaça e água faz a linha horizontal, indo do início ao final, distribuindo a bebida. Se acaso demorar a chegar cachaça para alguém, com certeza se ouvirá o grito: “traz cachaça, patrão. Êta patrão fraco!”. Assim, percebe-se na fala que quanto mais bebida e comida tivermos no convidado, mais forte é o patrão, e quanto mais forte for o patrão do convidado, mais *peso* (responsabilidade) se colocará no próximo, para que seja melhor que o anterior. O convidado mais “forte” será lembrado até o final da etapa de implantação da roça, em conversas que relembram o “patrão” do dia de que “no convidado do fulano nós passamos bem, teve até...”, e se segue relembrando as coisas boas que tiveram.

O banguê⁴⁰ começa no mato, e é comum que, ao final do convidado, a festa continue na frente da casa do “patrão”, enquanto comem. Devido a minha participação no convidado do meu pai, percebi que muitas vezes se pedia alguma música ao puxador e este relutava em cantar, demonstrando haver músicas específicas só dos convidados de roçar, “proibida para mulheres”, fiquei intrigada em descobrir a do “papagaio”, pedida diversas vezes nesse convidado, e não cantada.

É verdade que, tempos atrás, este banguê significava uma grande festa, o que raramente ocorre nos dias atuais. Em um bate papo em dezembro de

⁴⁰ A palavra "Bangüê" significa "engenho de açúcar", em um dialeto africano, por isso a dança também é conhecida como "dança dos engenhos". No Pará, a dança surge logo após a abolição da escravatura no Município de Cametá, com a chegada de negros fugitivos descendentes de escravos africanos de engenhos de cana-de-açúcar da Ilha do Marajó. Formaram um quilombo em Cametá para a sua proteção e conseguiram escapar do domínio Português, dos trabalhos forçados e da vida de amargura e sofrimentos. Nenhum negro aceitava qualquer aproximação com os brancos, mesmo de interesse puramente comercial, sendo o comércio realizado no meio dos rios, através de pequenas embarcações. As apresentações das manifestações artísticas eram realizadas no Bangüê (Engenho de Açúcar no dialeto Africano), deixando os brancos maravilhados.

A musicalidade presente no Bangüê e a letra de suas músicas relembram a vida, o sofrimento e a identidade cultural dos negros escravos que trabalhavam em engenhos do Pará. A Cantiga do Engenho é um dos exemplos fiéis desse fato. (BLOG CAMETAOARA, **A Dança do Banguê**, 2009.). Mais informações em <<https://cametaoara.blogspot.com/2009/10/danca-do-bangue.html>>

Em Vila Braba, é cantado nos convidados, transformando-se em verso o cotidiano, como também algum acontecimento que ficou marcado na vida da comunidade.

2017, Tio Zeca relembra os convidados de antigamente: “aqueles que deixavam a casa toda suja”, e que ao final todos tinham a responsabilidade de lavar, para deixar a casa do “patrão” limpa, senão no outro ano não eram convidados. Ele conta que iam dormir de véspera na casa do patrão, pois como o deslocamento se dava por canoa ou a pé, então não tinham como ir de manhã. “Ficava rede estirada no lado da casa do patrão”, relembra.

No dia de convidado, se este for perto da Vila Braba, logo cedo, entre 6h30min e 7h horas da manhã, os participantes começam a chegar na casa do “patrão” Se for no Sapo ou no Xandai, então o trator sai as 5h da manhã.

Na chegada, o café já deve estar no tendal, com bolacha, beiju, pipoca (de goma de tapioca) ou farinha de tapioca, e deve ser imediatamente servido. Vão conversando e amolando suas ferramentas. Ao chegarem todos, ou às 7h30, aproximadamente, “antes que sol fique alto”, se dirigem para o local de derrubada.

Participam do convidado os que vivem na Vila Braba, os que são parte da família do cônjuge (como a família da esposa de Cafuné, que sempre participa de seu convidado), e qualquer vizinho que queira “ganhar” o patrão para o seu convidado, ou que o “patrão” tenha ido ao seu e esteja em dívida com ele.

A comida é tarefa da “patroa”. Se for para o Sapo ou Xandai, logo a garrafa de café é colocada na carreta para todos irem “tomando um gole” enquanto o trator não sai, ou irem tomando até a chegada lá. Percebe-se logo “as panelas”, e a conversa gira em torno da especulação para saber o que será servido. Se o patrão for forte⁴¹ ele mata logo um porco, para não correr o risco de “passar vergonha”.

Ao chegar ao local do convidado, a “patroa” serve a merenda, e em seguida vai cuidar do almoço.

Com as árvores todas secas, procede-se a queima, fazendo-se fileiras, com cuidado para que o fogo não passe do limite planejado.

A agricultura de corte e queima tem sido praticada há milênios nas regiões tropicais do planeta, constituindo o principal

⁴¹ As referências a ser “forte” ou ser “fraco” apontam somente a quantidade de bebida e comida servidas no convidado. Um patrão forte é aquele que não é vencido pelos comensais, ou seja, não passa vergonha. Se acaba o trabalho e ainda tem bebida, o patrão era forte; se a bebida acaba antes do trabalho, então ele “passou vergonha”. Assim, há esforço para que ao menos o trabalho acabe ao mesmo tempo que a bebida, do contrário, a “sede” é usada para que o trabalho se encerre rapidamente.

componente dos sistemas de subsistência (...) a agricultura de corte e queima parece ser uma adaptação importante frente aos obstáculos e limites impostos pelas florestas tropicais, e a alta diversidade inter e, principalmente, intraespecífica de espécies cultivadas é uma das características intrínsecas desse sistema agrícola (PERONI & HANAZAKI, 2002 *apud* PEDROSO JUNIOR et al, 2008).

A prática da queima exige técnica ancestral, com perícia na observação da direção do vento, pois qualquer erro pode resultar em desastre sem precedentes. Esta atividade é de responsabilidade do patrão do convidado.

A agricultura de corte e queima, na sua definição mais ampla, é qualquer sistema agrícola contínuo no qual clareiras são abertas para serem cultivadas por períodos mais curtos de tempo do que aqueles destinados ao pousio (Conklin, 1961; Posey, 1984; Eden & Andrade, 1987; Kleinman et al., 1995 *apud* PEDROSO JÚNIOR et al, 2008, p. 154).

Com uma boa queima, é tempo de *encoivarar*, nome que dão ao ato de retirar as sobras das madeiras que não queimaram totalmente. Estas sobras são usadas pelas mulheres em caieiras (fornos) para produzir carvão, ou como lenha. A coivara é a primeira atividade com participação das mulheres como corresponsáveis pelo serviço, juntamente com os homens.

O convidado de planta é o mais festivo. Deste, todos os que convivem em Vila Braba participam, e até os que moram longe, como eu. Segue os mesmos ritos do convidado de roçar, com a diferença na participação das mulheres e crianças. Regado a muita bebida, a tradicional é a *dizimbirra*, como dizem os locais, ou gengibirra, que é feita de suco de gengibre adoçado, acrescido de cachaça. A comida também é parte integrante do processo de realização do convidado de planta. Tradicionalmente, o *patrão forte* manda matar um porco, cuja carne guisada (cozida com temperos diversos) é a comida típica desta festa.

Nos dias anteriores, o “patrão” deverá aparar a maniva para o plantio (comumente na sua roça do ano anterior), cortando-a em hastes de aproximadamente 2 a 3 metros, dividi-la em feixes, e deixá-la em contato com a terra para não secar e perder a seiva. Na véspera do convidado, os feixes deverão ser transportados para o local da roça, com a “ajuda” de outros homens da comunidade.

Na véspera também deverão ser arrumados os locais de corte da maniva, normalmente dois ou três, dependendo do tamanho da roça, para onde os feixes

serão distribuídos, calculando-se a quantidade de maniva que se levará em cada parte da roça.

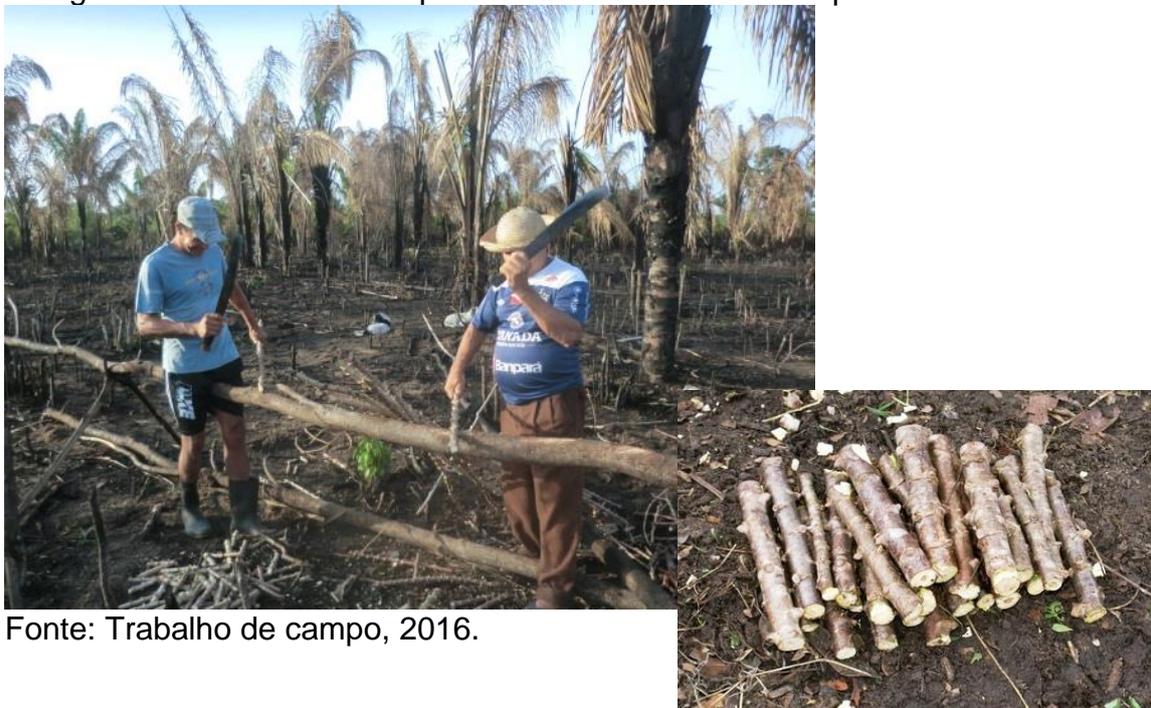
No trabalho, os homens dividem-se em dois *aparadores* (ou cortadores), o *espalhador* e os demais serão *cavadores*. As mulheres são *plantadeiras*.

- Os aparadores: localizados em um dos cantos da área a ser plantada são os responsáveis pelo corte das varas de maniva em pequenas hastes, que medem entre 15 e 20 centímetros.

Esta atividade é realizada na hora da plantação, pois “é preciso que tenha a seiva” da maniva para que “a planta pegue”, ou seja, para que germine.

O espalhador, que é aquele responsável por distribuir a maniva nos paneiros ou bisacos das plantadeiras, não deixando que estas necessitem voltar ao local de corte para pegar hastes, o que causaria atraso no serviço.

Há o distribuidor de cachaça, do mesmo modo que no convidado de roçar. Fotografia 43 - Convidado de planta e Dario e Bena como aparadores ou cortador



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

- Os cavadores: estes possuem a função de fazer as covas em que as hastes serão inseridas. Em um bailado, com enxadas, instrumento usado para o fim, fazem furos no chão, dando um passo na direção do mesmo e outro passo maior tomando distancia, para, novamente, com um único golpe fazer novo buraco. Aqui, diferentemente de outras localidades, não se possui o costume de enfileirar a plantação.

- As plantadeiras: no mesmo ritmo que os homens vão cavando, logo em seguida vão as mulheres com seus paneiros cheios de hastes de maniva. Jogam as hastes de maniva em direção das covas feitas e com os pés vão cobrindo com terra.

Há porfia (competição) para saber quem vence, se as mulheres ficarem sem buraco para plantar então sua cantoria fica mais forte, caçoando dos homens que estão perdendo, e se as plantadeiras ficarem “muito para trás” então são os homens que cantam alto, fazendo brincadeiras com as mulheres. Há muitos gritos, animando para que o trabalho seja mais rápido. Normalmente há uma equidade, e o banguê fica bonito, de se escutar de longe.

Fotografia 44 - Convidado de planta – plantação das hastes de maniva.



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Entre o terceiro e o quarto mês após o plantio, quando a maniva já está com, aproximadamente, oitenta centímetros a um metro de altura, é tempo da primeira capina – terceiro tipo de convidado. É a limpeza da roça, e pela grande possibilidade de encontrarem muitos animais peçonhentos, principalmente cobras, é uma atividade arriscada. Tio Zeca conta que, em 2014, numa roça na ponta de mata da Casca da Bala, Jair, genro do tio Santinho, e os demais convidados, mataram 14 comboias (*Bothrops moojeni* Hoge), uma das cobras mais venenosas que se tem conhecimento na região. Tio João, irmão de vó

Bringela, perdeu os movimentos em uma das mãos após ser mordido por uma surucucu (*Lachesis muta*), em um convidado de capina.

Fotografia 45 - Convidado de capina.



Fonte: Trabalho de Campo, 2015.

O medo faz com que o convidado de capina seja tido como o mais perigoso, exigindo mais equipamentos de proteção (botas, camisas de manga longa, calças compridas e luvas), e o conselho é repetido diversas vezes: “não meta a mão na frente”, ou seja, não use a mão para puxar o mato, mas sim uma forquilha, que é um pequeno pedaço de madeira utilizado pra bater/puxar o mato, o que faz a cobra ir embora. São dois os convidados de capina feitos por roçado, três no máximo, “quando está muito cerrado”, ou seja, quando a roça passa a ser tomada por mato.

O convidado é a maior demonstração de proximidade social, e isso se explicita na relação com o Sítio Beija Flor (da família de Santino) que se separou da Vila Braba e também de seus convidados, ou seja, de sua relação de ajuda mútua, que implica diretamente em sua relação social.

4.3.1.3 Pimentais

Dentre as atividades econômicas o plantio de pimenta-do-reino (*Piper nigrum*) passou a ser a mais importante para investimentos financeiros maiores.

A pimenta-do-reino começou a ser cultivada nas proximidades em meados da década de 70, primeiramente, em Vila Braba. Foi tio Santino o empreendedor inicial, que contratou homem chamado Jaime Baía por conta de experiência que este possuía, pois trabalhara nas lavouras de pimenta em Tomé Açú e tinha produção em Guajará. Jaime Baía plantou 300 pés de pimenta para tio Santino.

Chegado o cultivo à localidade, o próximo a investir na pimenta foi meu pai Dario, juntamente com Zeca, seu cunhado (irmão de sua esposa, Luiza).

Estes fizeram plantação no Patauateua, no início da década de 80; depois destes, João e Doranjo, irmãos da mãe de meu pai, também apostaram na plantação desta cultura.

Neste tempo, a maior dificuldade era conseguir as mudas da pimenta, pois para as estacas havia abundância de acapu (*Vouacapoua americana* Aubl., *Leguminosae.*)– hoje as estacas são um problema, por serem mais caras que a própria muda.

Em Vila Braba existem quatro áreas de pimentais, pertencentes ao tio Mundico (Alaíde), tio Reginaldo, tio Bena, tio Zeca, tio Eduardo, papai (Dario) e Vagner (filho de Reginaldo). Uma área ao lado do campo de futebol pertence a tio Bena, uma outra área, ao lado da casa da tia Alaíde pertence a ela e seu esposo, Mundico; há uma terceira área ao lado direito da entrada da Vila Braba, que pertence a Vagner (filho do tio Reginaldo). A maior área plantada nas terras de Vila Braba, no entanto, localiza-se do lado esquerdo do ramal. Foi plantada em conjunto pelo papai (Dario), tio Zeca, tio Alair e tio Eduardo, quando este último ainda não tinha nenhuma filha casada, e fazia implementação de áreas de pimentais junto com os irmãos. Depois, essa área foi alargada com plantações de Eduardo junto com seus genros, Jeová e Marcos. Hoje, pertence a seis homens.

A plantação desta cultura é feita comumente por dois ou três chefes de grupos domésticos juntos. Primeiro em parceria entre irmãos, como no caso de Eduardo, Zeca e Dario, que possuem pimentais implantados juntos. Após o plantio das mudas é que se divide a quadra e então cada um passa a cuidar do seu. No entanto, quando a mão de obra do grupo doméstico aumenta, como no caso de tio Eduardo, que com o casamento das filhas recebeu mais dois genros que passaram a morar na localidade, essa parceria passa a ser com estes, e não mais com os irmãos.

Assim, pela implementação dos pimentais percebe-se a parceria entre os irmãos, que se ajudam pela disponibilização da força de trabalho. Isto vemos especialmente entre estes três: meu pai Dario, tio Zeca e tio Bena, uma vez que não dispõem de muita força de trabalho - seus filhos estudam na cidade, e só retornam aos finais de semana para a comunidade.

O sítio Sapo contém pimentais, com uma grande área plantada, com quadras pertencentes ao papai, tio Bena, tio Zeca, tio Alair, tio Mundico, tio

Eduardo, tio Reginaldo, compadre Marcos e Jeová. No Xandai a incidência é de roças, uma vez que este local continha mata mais densa, melhor para o roçado.

Dos que moram em Vila Braba, somente tio Cafuné não tem pimentais no território, sendo os seus em Maxixe Assado, nas terras da família de sua esposa, tia Néia.

Os locais escolhidos para o plantio são os de terra mais dura, com incidência de argila, pois creem ser a melhor para o plantio. As regras para a implementação do pimental são as mesmas do roçado, aquele que vive em Vila Braba, e/ou que é considerado parente com direito à utilização do território tem permissão para plantar. Assim, possuem pimentais em Vila Braba: Tio zeca, Tio Alair, Tio Mundico, Tio Bena, Papai (Dario), Tio Eduardo, Jeová e compadre Marcos, genros do Tio Eduardo, e Vagner, filho de Tio Reginaldo.

O tamanho do pimental é variável, de acordo com a capacidade de cuidado que o plantador possui. Papai, por exemplo, não implementa por ano mais que trezentos, quatrocentos pés, pois é a quantidade que ele pode, com pouca “ajuda”, dar conta de cuidar. No entanto, a pimenta-do-reino não é sua única fonte de renda ou poupança. Tio Zeca, para quem a pimenta é a maior fonte de renda anual, e que possui dois filhos jovens para lhe ajudar no trato do pimental, possui um número bem superior, de aproximadamente dois mil pés.

A preparação para o plantio começa com a roçagem do terreno, entre os meses de novembro e dezembro – sendo que é neste último que ocorre o corte e preparação das mudas. Em janeiro são empinadas as estacas, seguido da preparação das caixas⁴² e plantio das mudas.

Quando a muda “pega” na estaca, já medindo entre 40cm e 70cm, é tempo de amarrá-las às estacas com uso de fios, para que cresçam grudadas à esta – trabalho que é feito ao cair da tarde, quando o sol já não está tão quente e também porque não atrapalha o serviço na roça. Neste período, as manhãs são destinadas aos trabalhos nos roçados e as tardes aos pimentais.

A colheita se dá no verão, começando em agosto e findando em outubro. É tempo de trabalho intenso, de mutirões para coletar todos os frutos antes que caiam, sendo que a organização dos dias de trabalho se dá pelo grau de maturação dos frutos. Os que estão caindo tem prioridade na colheita. Recorde-

⁴² Buracos cavados na terra, onde se coloca o adubo.

se que, em caso de pimenta, não se fala em convidado, mas em mutirão, e ainda assim é utilizado em casos de extrema necessidade, quando se está sob risco de perder a colheita. Comumente, cada unidade de produção coleta sua própria pimenta. No entanto, como os pimentais são levantados em parcerias e depois de empinados são divididos, os coletores acabam ficando próximos, na mesma quadra.

Fotos 46, 47 e 48 - Radio ligado à bateria de carro para animar o serviço, fotografia de meu pai sobre o cavalo⁴³, e de minha mãe.



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

⁴³ Nome dado a esta estrutura de madeira, semelhante a uma escada, que serve para alcançar os frutos que estão na parte superior da planta.

Fotografia 49 - Colheita sobre cavalos.



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Fotografias 50, 51 e 52 - Respectivamente, tio Zeca, primo Elielton (filho de tio Bena), e fotografia do retorno à comunidade (todos sentados sobre as sacas de pimenta postas no trator).



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Fotografia 53 e 54 - Respectivamente, pausa para o almoço e prontos para o retorno à comunidade.



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Fotografia 55 - Caminho percorrido atravessando o Campo de Natureza, que divide estas plantações da Comunidade de Vila Braba.



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Fotografias 56 - Caminho percorrido pela mata até a Vila Braba.



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

Fotografias 57 - Produção artística resultante de quase duas horas de viagem de volta a comunidade.



Fonte: Trabalho de Campo, 2016.

As dificuldades para o cultivo apresentam-se com a mudança de clima e a ausência de poder financeiro suficiente para minimizar esses danos ambientais. O período do verão amazônico de 2017 causou graves prejuízos à Vila Braba como um todo. Os pimentais do Sapo morreram todos; os próximos à Vila Braba também secaram em parte, restando somente o do tio Mundico, que pode regar, facilitado pela localização deste. A bem da verdade, ainda nem se sabe a extensão do prejuízo, uma vez que o inverno amazônico em 2018 também foi muito forte, assim como o verão, impedindo os deslocamentos constantes até os sítios.

Além destes problemas ambientais, as dificuldades deste plantio se apresentam mesmo antes do período de safra, principalmente pela falta de capital para comprar os insumos para a adubação. Assim, cada pimentalista “arruma” um patrão, que lhe concederá os adubos, ficando o pagamento acordado para quando acontecer a colheita.

O que acontece é uma espécie de venda antecipada da mercadoria, o que chamam de venda da pimenta na “folha”, o que costuma fazer com que o produto seja vendido abaixo do valor de mercado. Corriqueiramente, o valor da compra na folha é de 50% a menos que o valor do fruto na safra. Assim, o agricultor fica com a safra penhorada, obtendo pouco lucro quando da colheita.

Na safra, primeiro se retira o que já está comprometido com o patrão, aquele que vendeu os adubos necessários no decorrer do ano e/ou comprou pimenta “na folha”, e depois se vende o restante. O dinheiro alcançado com a venda da pimenta é usado para comprar bens duráveis, como máquina de bater açaí, roçadeira, eletrodomésticos ou veículos para uso individual, como as motocicletas. Uma boa safra da pimenta é a possibilidade de realização de sonhos, como comprar uma televisão nova, ou uma moto, por exemplo. Assim, a mandioca garante a sustentação da família o ano todo, e na pimenta-do-reino depositam-se os sonhos de bens pouco acessíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A etnografia aqui apresentada tratou de um grupo camponês morador do Baixo Tocantins/Pa. As percepções sobre a Vila Braba, nome dado à comunidade estudada, são reflexos do encontro de dois modos diferentes de olhar a mesma realidade: um nascido da experiência adquirida no exercício da pesquisa, no aprendizado acadêmico; o outro dado pelo pertencimento à realidade a qual estava estudando – algo que trouxe prós e contras ao trabalho desenvolvido. Ambos os aspectos foram aproveitamos até o limite do possível.

Vila Braba é uma comunidade formada por descendentes do casal Manoel e Esmerina Gonçalves que, deslocando-se da região de ilhas para a de terra firme, depois de um longo processo passou a ocupar, na década de 70, as terras que deram origem à Comunidade.

Foram identificadas ameaças a territorialidade do grupo, decorrentes do processo histórico de distanciamento das ilhas e da beira do rio Tocantins, onde seus ancestrais viviam. A causa desse deslocamento não é atribuída a nenhum fator social externo à realidade do grupo, mesmo que coincida com o período de grandes transformações socioambientais ocorridas a partir dos anos 1970 na região do Médio e Baixo Tocantins, com a construção da rodovia Transcametá (BR 422) (que liga Tucuruí a Cametá, no início da década de 70) (PEDRAZZANI e LEITÃO, 2008) e a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, também iniciada no mesmo período (1974).

Com este estudo evidenciou-se importantes características do grupo, como a endogamia territorial, a utilização do território de modo indiviso e as relações de parentesco como determinantes nesta utilização do território. Foi a investigação destes aspectos que nortearam esta pesquisa e sobre os quais se assentaram grande parte das reflexões aqui encontradas para tentar encontrar respostas aos questionamentos colocados no início deste trabalho.

Partindo da observação prévia sobre a comunidade, do ponto de vista acadêmico, foi identificada a organização de Vila Braba a partir da endogamia territorial. Ao aprofundarmos a investigação sobre este processo foi possível perceber que a interdição de matrimônios entre membros da Pereirada com todos os parentes até terceiro grau é uma das regras invioláveis do grupo. Foram percebidas pelo menos três tentativas de formação de casais entre primos, o que

quebraria a regra, e a forma que o grupo encontrou para resolver o “problema” foi a busca por parceiros em grupos familiares circunvizinhos ou de parentes distantes – mantendo a tradição de formação de novas famílias. Sendo assim, a endogamia territorial que orienta a constituição da comunidade ainda hoje determina os casamentos, e quem sai e quem fica no território.

A partir deste trabalho pudemos identificar que desde a primeira configuração do território, do Mapiraí ao Meratauá, passando pelo Patauateua, na segunda configuração até a conformação atual, o território é usado de modo indiviso, isto é, a Pereirada toda utiliza o território sem reparti-lo entre si.

O uso do território de modo indiviso e as relações que permitem essa forma de utilização garantem a subsistência de todos os grupos domésticos que formam a Pereirada, como também a ajuda mútua no trabalho, em evidência o “convidado”, que garante a implementação das roças mesmo de quem possui menor disponibilidade de mão de obra.

Na percepção das relações de parentesco compreendeu-se que embora houvesse uma hierarquia biológica igual entre todos os irmãos, nem todos apresentavam o pertencimento à Vila Braba, e isto implicava na relação com o território.

Pôde-se afirmar que os laços se estreitavam ou distanciavam-se, fortaleciam-se ou enfraqueciam-se pelas relações estabelecidas e cultivadas, determinando o nível das relações, diferenciadas entre parentes biologicamente iguais, ou ainda, criando um distanciamento social, determinado também pela participação nos ritos definidora do estreitamento ou enfraquecimento dos laços.

Com todo o aporte de conhecimentos alcançado identificamos e destacamos ainda alguns elementos essenciais ao *ethos* do grupo, como a relação que estabelecem os moradores da comunidade com os cursos d’água, que determinaram deste a dinâmica de ocupação ao longo dos anos, quando buscaram de alocam em espaços sob influência de rios e igarapés, até os dias de hoje e todo o envolvimento que, herdado dos antepassados, possuem com o igarapé Tambaí. São diversos os usos praticados por adultos, jovens e crianças, nas diferentes horas do dia até o horário limite dado pelo misticismo. Ora o igarapé é para o lazer, para banhos, lavagem roupas, louças; ora é onde amolecem mandioca para a produção da farinha. O Tambaí é também um local místico, onde visagens põe-se a passear ou descem para matar a sede, como

contam os moradores da comunidade. O igarapé também é um provedor que garante, em muitas ocasiões, o peixe para alimento. É ainda, em muitas ocasiões, a rua por onde circulam entre moradias mais distantes.

A terra é o outro alicerce que possibilita a existência desse grupo, possuindo as condições estruturais sobre as quais são construídos significados que dão vida a uma existência específica, além da garantia de alimento quando se planta ou se extrai o que a natureza oferece, possibilitando a subsistência familiar.

Este campesinato, que resultou de um longo processo de deslocamento, buscando as condições para sua remanescência, subsiste até hoje dada as condições então encontradas no que se tornou a Vila Braba. Careciam de um território com área de roça, local de moradia, mas também de caça, de pesca e encontraram nesse território e todos os caminhos da pesquisa levaram a compreensão de que se torna imperante para o grupo garantir o seu território, a fim de tornar possível sua reprodução social, o que significa garantir a sua existência enquanto um seguimento do campesinato amazônica e baio-tocantino.

Além disso, quero lhes dizer que talvez eu tenha deixado de contar algumas coisas, é verdade. No entanto, creio que o resultado desta pesquisa mostra que, para além do desafio acadêmico que é pesquisar sua própria família, seu próprio grupo camponês, é preciso saber transformar a dificuldade e usá-la a seu favor.

Como tão bem afirmou PEIRANO (2014), uma etnografia implica na existência de outra, e esta é apenas mais uma, porém que carrega o peso de ser alguém da localidade falando sobre si e sobre os seus. Por muitos momentos eu quis desistir, e talvez fosse por ter medo de narrar coisas tão pessoais, até mesmo íntimas. A meu ver, o pesquisador não é senão alguém que adentra a vida de um grupo a fim de revelar suas intimidades. No meu caso, eu já estava lá, e só revelei o que pude. O que não pude, estão em entrelinhas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B. "Terras de preto, terras de santo, terras de índio.". In: CASTRO, E. e HEBBETE, J. (org). **Na trilha dos grandes projetos**. Belém: NAEA, UFPa, 1989. p. 163-96.

ALMEIDA, R. Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 291-298, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 nov. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142010000100020>.

ARAGÃO, C. L. **Os jovens de Vila Braba-Cametá e suas expectativas no contexto da educação do campo**. 2015. Monografia (Especialização). Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém – PA.

ARANTES, A. "Pais, padrinhos e o espírito santo" in ARANTES, A. et al. **Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

ARNAND, C. M. Diagnóstico da pimenta do reino na comunidade Vila Braba Cametá/PA. 2015. **Monografia** (Especialização). Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém – PA.

BRANDÃO, C. R. O trabalho como festa: algumas imagens e palavras sobre o trabalho camponês acompanhado de canto. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, A. (Orgs.). **Diversidade do Campesinato: expressões e categorias - Construções identitárias e sociabilidade**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. V. 1. p. 39-53.

CAÑETE, T. M. R. e CAÑETE, V. R. Populações Tradicionais Amazônicas: revisando conceitos. In Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 5, 2010, Florianópolis, SC. **Anais...** (on-line). São Paulo: ANPPAS, 2010. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT10-29-1009-20100904055930.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2017.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000. P75-35

_____. O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, June 1996. ISSN 1678-9857. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/111579/109656>>. Acesso em: 10 sep. 2016.

CASTRO, S. P. Sesmaria como terra da parentalha: direito de fato versus direito legal. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, A. (Orgs.). **Diversidade do Campesinato: expressões e categorias - Construções identitárias e sociabilidade**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. V. 1. p. 67-88.

CORRÊA, R. B. **Do território recurso ao território abrigo**: modo de vida e o processo de valorização do açaí no município de Cametá-PA/Belém. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Pará, Belém.

COSTA, G. S. Reprodução social do campesinato na região das ilhas em Cametá. In: MOUTINHO, P. e PINTO, R. P. (orgs). **Ambiente complexo, propostas e perspectivas socioambientais**. São Paulo: Contexto, 2009. p. 21-34.

CRUZ, M. M. **A territorialização camponesa na várzea da Amazônia**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Departamento de Geografia - Universidade de São Paulo, São Paulo.

DA MATTA, R. O ofício do Etnólogo, ou como ter “Anthropological Blues”. In NUNES, E. de O. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

DIEGUES, A. C. Água e cultura nas populações tradicionais brasileiras. In: Encontro internacional sobre governança da água na América Latina, 1, 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2007.

FRAXE. T. J. P. **Homens Anfíbios**. Etnografia de um campesinato das Águas. São Paulo/Fortaleza: Annablume/Secretaria da cultura e Desportos do Governo do estado do Ceará, 2000.

GARCIA JUNIOR, A. **Terra de Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GARCIA JR, A. R. e HEREDIA, B. A. de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, A. (Orgs.). **Diversidade do Campesinato: expressões e categorias - construções identitárias e sociabilidade**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. Volume 2. p. 213-143.

GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, A. (Orgs.). Introdução. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, A. (Orgs.). **Diversidade do Campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidade**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. V. I. p. 19-36.

GONÇALVES, A. J. F. VILA BRABA: parentesco e território em uma sociedade camponesa no Baixo Tocantins (PA). 2015. 34 f. **Monografia** (Especialização). Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém – PA.

HARRIS, M. **Life on the Amazon**. Oxford: Oxford University Press. 2000.

_____. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 81-108.

HÉBETTE, J.; ALVES, J. M.; QUINTELA, R. Sa S. Parentesco, vizinhança e organização profissional na formação da frente pioneira amazônica. In:

HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, M. C. (Orgs.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002.

HÉBETTE, J. . Impacto social dos grandes projetos na Amazônia. In: Jean HÉBETTE, J. (Org.). **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. 1ed.Belém: EDUFPA, 2004, v. III, p. 150-155.

LINHARES, A. S. e SANTOS, C. V. “A casa de farinha é a minha morada”: transformações e permanências na produção de farinha em uma comunidade rural na região do Baixo Tocantins-PA. **Revista Agricultura Familiar**. Belém-PA n. 10 p. 53-66, dez. 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/para/cameta.pdf>> Acesso em: 10 set. 2016.

KISHIMOTO, T. M. Jogos, brinquedos e brincadeiras do Brasil. **Espacios en Blanco**, Buenos Aires, n.24, p.81-106, jun 2014. Disponível em: <<http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/46356>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

LIMA, D. e POZZOBON, J. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Revista Estudos Avançados** [online]. 2005, vol.19, n.54, pp.45-76. Disponível em: <<file:///C:/Users/arlet/Desktop/LIMA%20e%20POZZOBON.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2017.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UnB, 2002. **Série Antropologia**, nº 322. 32p.

MAGALHÃES, S. B. Tempo e trajetórias: reflexões sobre representações camponesas. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, M. C. (Orgs.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002.

MONTEIRO, E. D. **Ecologia da paisagem aplicada à análise fitogeográfica dos Campos de Natureza do Município de Cametá-Pará**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Pará, Belém.

MORAES, S. C. de. **Saberes da pesca: uma arqueologia da ciência da tradição**. 2005. 230 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.

MOURA, M. M. **Os Herdeiros da Terra: parentesco e herança numa área rural**. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.

NOGUEIRA, V. S. Lá tudo é do meu pai: Notas etnográficas sobre o território de uma família sertaneja. **Raízes – Revista de Ciências Sociais e Econômicas**. V. 34, n. 2, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.ufcg.edu.br/~raizes/volumes.php?Rg=41>> Acesso em: 20 set. 2016.

OLIVEIRA, A. U. *et al* (Conselho Editorial). Apresentação à coleção. In: WELCH, C. A. *et al* (Orgs.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 9-17.

PEDRAZZANI, G; LEITÃO, W. **O Povo Asuriní da Terra Indígena Trocará (pa): Políticas Públicas e os impactos etnoambientais da UHE Tucuruí**. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, 2008. **Anais...** Porto Seguro, 2008. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2036/gabriel%20pedrazzani.pdf> Acesso em: 25 jun. 2018.

PEDROSO JUNIOR, N. N.; MURRIETA, R. S. S.; ADAMS, C. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Boletim Museu - Emilio Goeldi Ciências Humanas**, Belém , v. 3, n. 2, p. 153-174, ago. 2008.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizonte Antropológico**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, Dec. 2014.

RACHEL A. M. & EDLAINE DE C. G. “Seu funeral, sua escolha”. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 54, nº 1. 2011.

RODRIGUES, C. M. **Biodiversidade e Sustentabilidade**: caracterização de quintais produtivos na comunidade Vila Braba Cametá, Pará. 2015. Monografia (Especialização). Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural - Universidade Federal do Pará, Belém – PA.

SABOURIN E., CARON P. Camponeses e fundos de pasto no Nordeste da Bahia. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, A. (Orgs.). **Diversidade do Campesinato**: expressões e categorias - construções identitárias e sociabilidade. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. V. 2. p. 89-115.

SILVA, L. P. **O uso de indicadores para avaliar processos de manutenção da biodiversidade de agroecossistemas familiares**: estudo de caso na comunidade Vila Braba, município de Cametá, Baixo Tocantins – PA. 2015. Monografia (Especialização). Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural - Universidade Federal do Pará, Belém – PA.

SOARES, E. C. L. **Família, compadrio e relações de poder no Marajá (séculos XVIII e XIX)**. 2010. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

TRAD, L. A. B. Trabalho de campo, narrativa e produção de conhecimento na pesquisa etnográfica contemporânea: subsídios ao campo da saúde **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(3): 627-633, 2012.

VELHO, G. “Observando o familiar”. In _____ **Individualismo e Cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

WEBER, F. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo?. **Horizonte antropológico** [online]. 2009, vol.15, n.32, pp.157-170.

WEBER, F. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo?. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, p. 157-170, Dec. 2009
Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832009000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 set. 2017.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832009000200007>

WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2010.

WOORTMANN, K. Com parente não se negueia. O campesinato como ordem moral. Brasília: Editora Universitária de Brasília/Tempo Brasileiro, 1990. (**Anuário Antropológico/87**)

WOORTMANN, E. O sítio camponês. In: Anuário Antropológico 81. Edições Universidade Federal do Ceará; Rio de Janeiro, **Tempo Brasileiro**, 1983. p. 164-203.

_____. Parentesco e Reprodução Camponesa. **Ciências Sociais Hoje/1985**: 192-219.

_____. "Matrimônio e Patrimônio". Trabalho apresentado ao **Seminário "Mulher Rural"**, 1987.

_____. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. Brasília: Ed. UnB, 1995.

_____. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, Emília Pietrafesa; MENEZES, Marilda Aparecida; MARIN, Acevedo (Orgs.). **Diversidade do Campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidade**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. Volume 2. p. 119-130.

WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen.F. **Fuga a Três Vozes**. Anuário Antropológico 91. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.